

CAROLINE CRISTIANE DE SOUSA

**SEM-TERRA COM TERRA: CONTRADIÇÕES E
POTENCIALIDADES NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL
E PRODUTIVA DE ASSENTAMENTOS RURAIS**

**PUC-CAMPINAS
2016**

CAROLINE CRISTIANE DE SOUSA

**SEM-TERRA COM TERRA: CONTRADIÇÕES E
POTENCIALIDADES NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL
E PRODUTIVA DE ASSENTAMENTOS RURAIS**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – PUC-Campinas, como requisito para obtenção do título de Doutora em Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Hespanhol Bernardo.

**PUC-CAMPINAS
2016**

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t302
S725s

Sousa, Caroline Cristiane de.

Sem-terra com terra: contradições e potencialidades na organização social e produtiva de assentamentos rurais / Caroline Cristiane de Sousa. – Campinas: PUC-Campinas, 2016.
175p.

Orientadora: Márcia Hespanhol Bernardo.
Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.
Inclui anexo e bibliografia.

1. Psicologia social. 2. Reforma agrária. 3. Posse de terra. 4. Estrutura social. 5. Movimentos sociais rurais. I. Bernardo, Márcia Hespanhol. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

22. ed. CDD – t302

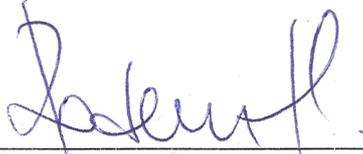
CAROLINE CRISTIANE DE SOUSA

**SEM-TERRA COM TERRA: CONTRADIÇÕES E
POTENCIALIDADES NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL
E PRODUTIVA DE ASSENTAMENTOS RURAIS**

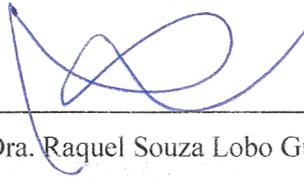
BANCA EXAMINADORA



Presidente Profa. Dra. Márcia Hespanhol Bernardo



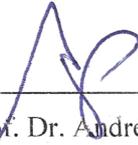
Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho



Profa. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo



Profa. Dra. Cris Fernández Andrada



Prof. Dr. André Pires

PUC-CAMPINAS
2016

RESUMO

SOUSA, Caroline Cristiane. Sem-terra com terra: contradições e potencialidades na organização social e produtiva de assentamentos rurais. 2016. 176f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2016.

As contradições e as potencialidades inerentes à organização social e produtiva dos assentamentos rurais de reforma agrária são temáticas recorrentes em pesquisas de diversas áreas do conhecimento. A discussão sobre a centralidade dos movimentos sociais do campo, a organização do trabalho neste contexto e a possibilidade de permanência das famílias na terra, entre outros temas, tem contribuído com a concretização de experiências contra hegemônicas no contexto rural. Desta forma, com o objetivo de compreender a relação entre os processos de articulação coletiva e a organização produtiva no contexto de um assentamento rural de reforma agrária, este trabalho pretende contribuir com o debate sobre as contradições e as potencialidades das lutas sociais pelo direito à terra, ao trabalho e à moradia. Para tanto, realizamos uma análise sobre a centralidade dos processos de organização social local e suas implicações para a organização produtiva no contexto de um assentamento rural.

Em consonância com os objetivos da pesquisa, utilizamos o método etnográfico para o desenvolvimento deste estudo. A utilização do método etnográfico nos permitiu não apenas compreender os aspectos relativos às potencialidades e contradições do processo de articulação coletiva neste contexto, mas também refletir sobre o modo como cada trabalhador/a rural assentado/a é afetado/a por esse fenômeno.

A pesquisa de campo foi realizada em um assentamento de reforma agrária localizado na cidade de Araras – SP. Este assentamento é formado por quatro áreas, compondo um conjunto permeado por diferentes características. Foram participantes da pesquisa os atores/atrizes de alguma forma envolvidos/as com o assentamento, ou seja, os/as assentados/as e apoiadores/as que eventualmente participaram dos encontros realizados durante o trabalho de campo. Além dos registros em diário de campo gerados pelas observações participantes, também foram realizadas três entrevistas com assentados de uma mesma área do assentamento.

As contradições e potencialidades identificadas no contexto pesquisado são discutidas com base nos pressupostos teóricos da Psicologia Comunitária. Com sua práxis voltada para a mudança social e partindo do princípio de não destacar deficiências, mas sim as potencialidades dos indivíduos e da comunidade, a Psicologia Comunitária tem uma relação com a perspectiva de resistência cotidiana, com o rompimento dos mecanismos de opressão, bem como o compromisso de dar visibilidade aos enfrentamentos e microrresistências de pequenos grupos.

Os resultados da pesquisa indicam que os processos de articulação coletiva são centrais para a organização produtiva enquanto principal elemento que sustenta a permanência dos/as assentados/as na terra. Portanto, o fortalecimento destas duas esferas, quais sejam, a organização produtiva e também a organização social, é determinante para a prosperidade do assentamento e para a permanência desse coletivo de assentados/as em seus lotes de terra.

Palavras-chave: psicologia rural, organização social, organização produtiva, assentamento rural, movimentos sociais, resistência cotidiana.

ABSTRACT

SOUSA, Caroline Cristiane. Landless with land: contradictions and potentialities in the rural settlements social and productive organization. 2016. 176f. Thesis (PhD in Psychology) – Catholic University of Campinas, Life Sciences Center, Psychology Post-graduation Program, Campinas, 2016.

The contradictions and potentialities concerning the social and productive organization of land reform rural settlements are recurrent themes in studies of several areas of knowledge. The discussions about the centrality of the rural social movements, about the work organization in this context and the possibility of the families remaining in the land, among other themes, have contributed to concretize the counter-hegemonic experiences in the rural setting. Thus, aiming at understanding the relation between the collective articulation processes and the productive organization in a land reform rural settlement, this paper wishes to contribute with the debate on the contradictions and potentialities of the social struggles for land, work and housing rights. For this purpose we carried out an analysis about the centrality of the local social organization processes and its implications for the productive organization in the context of a rural settlement.

According to the research aims, this study was conducted by the ethnographic method. This methodology allows us not only to understand the aspects related to the potentialities and contradictions of the collective articulation process in this context, but also to reflect on the way each settled rural worker is affected by this phenomenon.

The field research was carried out in a land reform settlement located in the city called Araras, in the state of São Paulo. This settlement is made of four areas, composing an assembly permeated by different characteristics. The research participants were the actors/actresses in some way involved with the settlement, such as the settlers and the supporters who eventually took part in meetings held during the fieldwork. Besides the entries in the field diary brought forth by participant observations, we conducted three interviews with the settlers from a same settlement area.

The discussion on the contradictions and potentialities identified in the research context are grounded on the Community Psychology theoretical assumptions. With its praxis directed to social change and by adhering to its principle of not enhancing deficiencies, but individuals and community potentialities, Community Psychology is concerned with the perspective of daily resistance, with the breaking down of oppression mechanisms, as well as with its commitment of lending visibility to small groups' confrontations and micro resistances.

The research results indicate that collective articulation processes are central for the productive organization as it is the main element to keep the settlers in the land. Therefore, the strengthening of these two spheres, productive organization and social organization, is determinant for the settlement prosperity and for maintaining this collective of settlers in their plots of land.

Keywords: Rural Psychology, social organization, productive organization, rural settlement, social movements, daily resistance.

RESUMEN

SOUSA, Caroline Cristiane. Sin-tierra con tierra: contradicciones y potencialidades en la organización social y productiva de asentamientos rurales. 2016. 176f. Tesis (Doctorado en Psicología) – Pontificia Universidad Católica de Campinas, Centro de Ciencias de la Vida, Programa de Posgrado en Psicología, Campinas, 2016.

Las contradicciones y las potencialidades inherentes a la organización social y productiva de los asentamientos rurales de reforma agraria son temáticas recurrentes en investigaciones de diversas áreas del conocimiento. La discusión sobre la centralidad de los movimientos sociales del campo, sobre la organización del trabajo en este contexto y la posibilidad de permanencia de las familias en la tierra, entre otros temas, han contribuido con la concretización de experiencias contra hegemónicas en el contexto rural. De esa forma, con el objetivo de comprender la relación entre los procesos de articulación colectiva y la organización productiva en el contexto de un asentamiento rural de reforma agraria, este trabajo pretende contribuir en el debate sobre las contradicciones y las potencialidades de las luchas sociales por el derecho a la tierra, al trabajo y a la vivienda. Para ese fin, realizamos un análisis sobre la centralidad de los procesos de organización social local y sus implicaciones para la organización productiva en el contexto de un asentamiento rural.

En concordancia con los objetivos de la investigación, utilizamos el método etnográfico para el desarrollo del presente estudio. El empleo del método etnográfico nos permite, no sólo comprender los aspectos relativos a las potencialidades y contradicciones del proceso de articulación colectiva en este contexto, sino también, reflexionar sobre la forma como cada trabajador/a rural asentado/a es afectado/a por ese fenómeno.

La investigación de campo fue realizada en un asentamiento de reforma agraria ubicado en la ciudad de Araras – SP. Dicho asentamiento es constituido por cuatro áreas, conformando, así, un conjunto permeado por diferentes características. Los participantes de la investigación fueron los actores/actrices que, de alguna forma, estuvieron involucrados/das con el asentamiento, es decir, los asentados/as y apoyadores/as que eventualmente participaron de los encuentros realizados durante el trabajo de campo. Además de los registros en diario de campo generados por las observaciones participantes, también fueron realizadas tres entrevistas con participantes de una misma área del asentamiento.

Las contradicciones y potencialidades identificadas en el contexto pesquisado son discutidas con base en los presupuestos teóricos de la Psicología Comunitaria. Con su praxis orientada hacia la transformación social y partiendo del principio de no destacar deficiencias y, sí, las potencialidades de los individuos y de la comunidad, la Psicología Comunitaria mantiene una relación con la perspectiva de resistencia cotidiana, con la ruptura de los mecanismos de opresión, así como también, con el compromiso para dar visibilidad a los enfrentamientos y micro resistencias de pequeños grupos.

Los resultados de la investigación indican que los procesos de articulación colectiva son centrales para la organización productiva por ser el principal elemento que sustenta la permanencia de los/las asentados/as en la tierra. Por lo tanto, el fortalecimiento de cualquiera de estas dos esferas, la organización productiva y también la organización social, es determinante para la prosperidad del asentamiento y para la permanencia del colectivo de asentados/as en sus lotes de tierra.

Palabras clave: psicología rural, organización social, organización productiva, asentamiento rural, movimientos sociales, resistencia cotidiana.

Agradecimentos

Agradeço especialmente aos assentados e assentadas que participaram desta pesquisa e todos/as os/as outros/as deste país que, em sua luta diária, contribuem para a mudança das relações de exploração no campo.

Meus sinceros agradecimentos à Profa. Dra. Marcia Hespanhol Bernardo, que acompanhou todo o trabalho com muita dedicação e compreensão. Certamente sem sua colaboração este trabalho não poderia se concretizar.

Agradeço também ao grupo de pesquisa “Trabalho no contexto atual: estudos críticos em Psicologia Social”, especialmente minhas queridas amigas Heloísa, Johanna e Ana Carolina. Um agradecimento especial também à minha amiga Juliana Nóbrega, que também tem me acompanhado nesta caminhada e contribuiu sobremaneira para minha decisão de entrar na pós-graduação.

Um agradecimento especial à minha família, que deu sentido à realização desta pesquisa. Aos meus pais, Júlio e Débora, que foram uma inspiração constante. Agradeço, ainda, à minha irmã, Viviane e meu cunhado, James e aos meus sobrinhos, Júlio e Arthur, estes últimos responsáveis pela renovação de um projeto de vida em nossa família.

Também agradeço especialmente ao meu companheiro, Saulo, pelo apoio durante todo este processo, pela compreensão em adiar tantos planos em virtude da conclusão deste trabalho.

Agradeço à CAPES, que tornou possível a realização deste projeto por meio da bolsa de estudos concedida durante o período do doutorado.

Ressalto, ainda, a importância da experiência proporcionada pelo doutorado sanduíche, também financiado pela CAPES. O estágio no exterior foi realizado na Universidad de Valladolid, na Espanha, onde fui carinhosamente recebida pela

professora Fátima Cruz, a quem também gostaria de agradecer imensamente, por me oferecer a oportunidade de conhecer aspectos importantes do meio rural espanhol, bem como e as possibilidades de atuação em psicologia neste âmbito.

Este trabalho é dedicado aos assentados e assentadas
que participaram da pesquisa e tornaram
possível a realização deste estudo.

Dedico este trabalho também aos/às meus/minhas filhas/os,
que já estavam comigo ao final deste processo e que,
acima de tudo, me motivam a continuar buscando
contribuir com o fortalecimento de indivíduos
e coletivos em minha trajetória profissional.

Tabela de Siglas e abreviaturas

ABA – Associação Brasileira de Agroecologia
ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
COAF – Cooperativa de Apicultores e Agricultores Familiares de Araras e Região
Conab – Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo
FAO – *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)
FBSSAN – Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar
FEPASA – Ferrovia Paulista S.A.
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS – Instituto Nacional Seguro Social
ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD – Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária
MMM – Marcha Mundial das Mulheres
MPA – Movimento de Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial de Saúde
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PNSIPCF – Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta
PPAIS – Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social
PQRA – Pesquisa Qualidade de Vida nos Assentamentos
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONARA – Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSF – Programa de Saúde da Família
RBJA – Rede Brasileira de Justiça Ambiental
RENAST – Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador
SESAN – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SINTRA – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araras e região
SRB – Sociedade Rural Brasileira
UDR – União Democrática Ruralista

Sumário

Tabela de Siglas e abreviaturas	10
APRESENTAÇÃO	1
1. DO QUE É COMPOSTO ESTE SOLO? A QUESTÃO DA TERRA NO BRASIL	14
1.1 O rural para além do agrário	15
1.2 Breve histórico da questão agrária no Brasil.....	19
1.3 Contradições da Reforma Agrária atual no Brasil.....	25
1.4 Novas perspectivas para o mundo rural?.....	30
1.5 Assentamentos rurais: origens, impactos e principais atores envolvidos	33
1.6 Trabalho rural assalariado e campesinato	36
1.7 Reflexos das contradições da questão agrária na história de vida dos/as assentados/as.....	40
1.8 Semeando novas perspectivas: aproximações recentes entre a psicologia e a questão agrária	44
1.8.1 Contribuições da Psicologia Comunitária.....	49
2. TECENDO CAMINHOS: O MÉTODO E O CAMPO DE PESQUISA.....	55
2.1 O cenário da pesquisa: vida e trabalho no assentamento	59
2.1.1 Entrada em campo	67
2.1.2 Processo de pesquisa.....	71
2.1.3 Considerações sobre as entrevistas	75
3. CULTIVANDO RESISTÊNCIAS: CONTRADIÇÕES E POTENCIALIDADES DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA NO ASSENTAMENTO	79
3.1 Estratégias para garantir a permanência no assentamento	81
3.1.1 A dupla função da associação: representação política e articulação para comercialização coletiva	91
3.2 Contradições do atual projeto de reforma agrária para a vida cotidiana no assentamento: o estigma dos sem-terra e as resistências cotidianas	97
3.2.1 Recontando histórias.....	104
3.3 Ressignificando o trabalho feminino: da participação “secundária” no orçamento familiar à mão de obra principal no lote	108
3.4 Fortalecimento psicossocial: redes de solidariedade e o processo saúde-doença.....	116
3.5 Organização produtiva: contradições e novas perspectivas para a permanência no assentamento	124
3.5.1 Perspectivas de trabalho dentro e fora do assentamento	134
3.5.2 Produção de base agroecológica: um novo projeto para o assentamento?	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
Referências	150
Anexos.....	157

APRESENTAÇÃO



Figura 1 – Entrada do Assentamento – área III. A ponte não pode ser vista na foto, mas está exatamente sob o ponto em que sombra das árvores atravessa a estrada.

Foto: Caroline C. de Sousa.

Meu trabalho se desenvolve segundo a observação de Nietzsche, que não apreciava o autor envolvido na produção intencional e deliberada de um livro, e sim aquele cujos pensamentos formavam um livro de forma espontânea e inadvertidamente (Mariátegui, 2010, p. 31).

As contradições e as potencialidades inerentes à organização social e produtiva dos assentamentos rurais de reforma agrária foram e continuam sendo abordadas por diversas pesquisas, de várias áreas do conhecimento, contribuindo com o debate e também com a concretização de experiências contra hegemônicas. Muito se tem discutido sobre a centralidade dos movimentos sociais do campo, sobre a organização

do trabalho neste contexto e a possibilidade de permanência das famílias na terra, sobre a educação no campo, entre outros temas extremamente relevantes. Este trabalho pretende contribuir com o debate sobre as contradições e as potencialidades das lutas sociais pelo direito à terra, ao trabalho e à moradia. Para tanto, realizamos uma análise sobre a centralidade dos processos de organização social local e suas implicações para a organização produtiva no contexto de um assentamento rural.

A pesquisa de campo foi realizada em um assentamento de reforma agrária localizado na cidade de Araras – SP. Este assentamento é formado por quatro áreas, compondo um conjunto permeado por diferentes características presentes em cada uma delas. As contradições e potencialidades identificadas no assentamento pesquisado são discutidas com base nos pressupostos teóricos da Psicologia Comunitária. Por ter realizado uma pesquisa etnográfica, tentarei, ao longo do texto, transmitir ao/à leitor/a, ao menos uma pequena parte, da riqueza proporcionada por essa experiência, trazendo trechos do diário de campo que contam sobre o espaço físico, sobre algumas pessoas notadamente significativas no percurso da pesquisa.

Dessa forma, iniciarei o texto com algumas inquietações sobre as contradições do contexto e de pesquisa.

Uma estrada de chão batido. A poeira que cegava quando se cruzava com algum outro carro. Os barrancos, sim, os limites ao longo dessa estrada. Nos barrancos, as braquiárias, com as folhas já vermelhas de segurar o pó, diziam sobre quanto tempo já demorava a chuva. O chão seco, as folhas quase secas, o ar arduamente seco e, assim, “*segue o seco*” até que chega a ponte. Sobre um pequeno riacho, que, ao contrário do que se poderia imaginar, não está ali para amenizar a secura. Apesar da vista agradável, o cheiro é forte. Mas e a ponte? A ponte também não está ali para facilitar a passagem de um lado para o outro. A travessia é sempre perigosa, o medo me toma. Continuo, quase parando. Mas

que ponte é esta? Por que se fez assim tão precária? Está mais para uma anteponte, quase que um impedimento para a travessia entre os dois lados. Numa primeira vez, há que ter coragem para passar por esse caminho tão estreito, sem proteção lateral. Mesmo assim se passa. E de tanto passar, de ir e voltar, não é que se constrói uma nova ponte! É certo que esta deveria ser mais segura. Mas não, ainda não se pode dizer nada sobre isso. Apenas muitas passadas, muitas idas e vindas poderão nos trazer alguma segurança nessa travessia. Por enquanto, ainda me pergunto se esta ponte poderá fazer das margens do rio, não mais dois lados opostos, mas um mesmo território (sistematização de alguns trechos do diário de campo).

Este pequeno trecho sobre o início do trabalho de campo traz algumas reflexões sobre o contexto de pesquisa e também sobre a problemática estudada. De fato, há uma ponte que dá acesso a uma das áreas do assentamento e que era muito precária no início do trabalho de campo. A melhoria desta passagem era uma reivindicação antiga dos/as assentados/as. Ocorre que, durante o trabalho de campo, esta ponte foi substituída. As obras demoraram alguns meses, período no qual era necessário fazer um caminho mais longo, desconhecido para mim, onde cheguei a me perder algumas vezes. Porém, antes de finalizar a pesquisa, tive a oportunidade de cruzar a nova ponte algumas vezes.

Início este trabalho falando sobre a entrada que utilizei para chegar ao assentamento, sobre a ponte e o riacho, pois desta forma pode ser ilustrada a experiência vivenciada durante este trabalho de pesquisa. Apesar de ter certa familiaridade com questões do campo e do trabalho rural, inicialmente, ainda possuía uma visão um tanto quanto idealizada das possibilidades de realização de um projeto de vida e trabalho neste contexto. A beleza do entorno do riacho em contraposição à poluição que impede o aproveitamento de suas águas pelos/as assentados/as já indicavam as contradições que eu encontraria no processo de pesquisa. Além disso, a ponte me parece o melhor

exemplo para pensar sobre a dificuldade de transpor os limites entre as concepções preestabelecidas que carregamos e o aprendizado de diferentes formas de conceber o mundo. As experiências ali vividas podem ser retratadas por esta metáfora da ponte que se reconstrói a cada encontro, que parece cada vez menos insegura e que, ao final, de fato se renova.

Com este pequeno trecho extraído do diário de campo, busco enfatizar que, na vivência desta pesquisa, a ponte representou, portanto, não apenas a ligação física entre o assentamento e seu entorno, mas também a possibilidade de integração deste contexto à cidade. Ainda, é importante destacar que também foi necessário trabalhar no sentido de construir uma ponte teórica e empírica, visto que, em psicologia, o estudo sobre contextos rurais ainda é pouco expressivo no meio acadêmico (apesar das importantes contribuições já existentes, como veremos a seguir). Desta forma, pretendo enfatizar a relevância desta experiência para minha trajetória profissional, bem como para a área temática no qual este trabalho está inserido. Este texto trata, portanto, de um esforço em sistematizar algumas contribuições para o debate sobre a organização social e produtiva de trabalhadores/as do campo, sobre as contradições e potencialidades inerentes ao processo de luta pelo acesso e permanência na terra.

Desenvolvida no grupo de pesquisa “Trabalho no contexto atual: estudos críticos em Psicologia Social”, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da PUC-Campinas, esta pesquisa foi iniciada com o objetivo de compreender a relação entre a organização produtiva e o processo saúde-doença no contexto de um assentamento rural de reforma agrária. Entretanto, a demanda encontrada, quando iniciado o trabalho de campo, transformou o projeto, de forma que as questões mais relevantes apresentadas pelos/as participantes foram incorporadas e priorizadas, a fim de que também fosse possível contribuir de alguma maneira com as problemáticas

enfrentadas por eles/as. Assim, o desenvolvimento do trabalho de campo, neste caso, foi influenciado pelo compromisso ético de compartilhar com os/as participantes a responsabilidade de construir um conhecimento que fosse relevante para as pessoas que compõem a realidade pesquisada.

Nesta perspectiva, a utilização do método etnográfico foi importante por permitir a adequação do projeto de pesquisa em função das demandas apresentadas pelos/as participantes. Dessa forma, foi possível manter os pressupostos teórico-metodológicos que guiaram o projeto inicial, ao passo que as demandas dos participantes transformaram os primeiros objetivos definidos para a realização da pesquisa.

Minha hipótese era de que, por não serem assalariados/as e por serem titulares dos lotes, esses/as trabalhadores/as teriam autonomia suficiente em seu processo de trabalho para minimizar possíveis agravos à saúde desencadeados pelo trabalho. Os/as trabalhadores/as, também com a posse da terra, participam ativamente do planejamento e execução das atividades produtivas que desenvolvem, aproximando-se da definição de camponês de Engels (1894-1981). Em tal contexto, o trabalho rural nos assentamentos poderia representar um importante *locus* de estudo, por caracterizar-se como um espaço no qual os/as pequenos/as agricultores/as organizam-se mutuamente para atividades agropecuárias, participando ativamente do planejamento e da organização do próprio processo de trabalho (Gemma, Tereso e Abrahão, 2010). Esta hipótese foi pensada a partir dos pressupostos da Psicologia Social do Trabalho com base em autores/as como Dejours (1986), Sato (2002), Bernardo (2009), Jacques, (2007), entre outros, que indicam que a possibilidade de autonomia na organização do processo produtivo reduz a incidência de adoecimento relacionado ao trabalho.

Entretanto, o que foi possível compreender durante o trabalho de campo é que a simples ausência da figura do patrão ou uma chefia direta, incluindo relações de

hierarquia, não necessariamente implica o rompimento da divisão social do trabalho ou uma maior autonomia para os/as trabalhadores/as, mesmo que estes/as não apenas executem, mas também planejem suas tarefas diárias.

A convivência com alguns destes/as trabalhadores/as permitiu, portanto, a compreensão da complexidade de fatores envolvidos nesta questão. O próprio caminho percorrido durante o trabalho de campo foi indicando a diversidade de elementos que compõem esta problemática. Apesar da proximidade com alguns/mas assentados/as, a temática da relação trabalho-saúde acabava por ficar em segundo plano.

Esse distanciamento aconteceu, principalmente, porque durante grande parte do trabalho de campo estive envolvida com os dilemas cotidianos de convivência comunitária e as dificuldades de organização política no contexto do assentamento. Em um primeiro momento, nada disso parecia estar relacionado à organização produtiva e sua interface com o processo saúde-doença. Entretanto, este caminho foi trilhado, pois considerava que a compreensão de tal contexto, de maneira geral, seria interessante para o desenvolvimento da pesquisa. Desta forma, em determinado momento, apresentei uma proposta de realizar atividades em grupo com a finalidade de resgatar a história do assentamento e contribuir com a articulação entre os/as assentados/as. Assim, foram realizados alguns encontros com esta finalidade, mas esta proposta, como veremos mais adiante, não teve continuidade.

Com o decorrer da pesquisa, no entanto, foi possível compreender que toda movimentação em campo e todo o material produzido a partir destes encontros já dizia respeito à questão da organização do trabalho no assentamento e estavam relacionados ao processo saúde-doença, se este for compreendido como bem-estar biopsicossocial, conforme define a Organização Mundial de Saúde (Segre & Ferraz, 1997). Essas informações foram cruciais para o entendimento de que, apesar de não estarem

subordinados a uma chefia direta, estes/as trabalhadores/as não tinham autonomia com relação à organização do trabalho no lote, visto que, em alguma medida, dependiam de fatores externos (à sua unidade produtiva e até mesmo externos ao assentamento), tanto no que tange à produção como também à comercialização. Também foi possível compreender a heterogeneidade específica do assentamento. Ao contrário do que se poderia supor, este contexto é caracterizado pela combinação de diferentes tipos de trabalhadores/as, diferentes famílias, com diferentes religiões, diferentes modos de organização produtiva, diferentes inserções no processo de ocupação da terra, etc.

Com base nestas reflexões disparadas pelas vivências propiciadas pela inserção em campo e, com base nos pressupostos do método etnográfico, que reconhece o papel ativo e transformador da pesquisa de campo na totalidade do estudo, conseguiu-se adequar o projeto e seus objetivos de acordo com a contribuição das pessoas que efetivamente foram participantes ao longo deste processo. Orientada pela perspectiva teórica da Psicologia Comunitária, enquanto subárea da Psicologia Social, a tese defendida aqui é a de que o fortalecimento psicossocial dos/as assentados/as é uma questão central para a viabilidade do assentamento estudado. Esta tese baseia-se no fato de que os processos de articulação coletiva são determinantes para a manutenção da atividade produtiva no contexto do assentamento o que, por sua vez, constitui-se no principal elemento que sustenta a permanência dos/as assentados/as na terra. Portanto, o objetivo desta pesquisa foi compreender a relação entre os processos de articulação coletiva, a organização produtiva e a viabilidade social e econômica do assentamento estudado.

Mais especificamente, os objetivos foram: identificar quais são as estratégias criadas para o enfrentamento dos conflitos existentes nas relações estabelecidas tanto dentro como fora do assentamento; compreender de que modo estas estratégias, ou

formas de resistência cotidianas, podem contribuir para o fortalecimento do da coletividade no assentamento; e se, de fato, esse fortalecimento pode contribuir, de alguma maneira, com a manutenção da atividade produtiva no lote e, conseqüentemente, com a permanência dessas famílias na terra.

Ao tentar buscar discutir essas questões tive a oportunidade de contar uma trajetória de muitas descobertas, de muitas incertezas, mas que, sobretudo, trouxe-me a oportunidade de contribuir para a construção de diferentes formas de conceber a relação entre psicologia, ruralidades e trabalho. O que inicialmente fora um trabalho um tanto quanto solitário, aos poucos foi encontrando companhia e colaboração. A complexidade do tema muitas vezes dificultou que a pesquisa fosse conduzida de forma mais direta, linear, o que, ao final, permitiu que o trabalho se tornasse mais rico e interessante. Se não conseguimos contemplar toda a complexidade da questão elencada para a pesquisa, ao menos foi possível abordar a diversidade e algumas contradições dos elementos que a compõem. Assim, o trabalho de campo, que poderia ter sido realizado com poucas observações e algumas entrevistas, foi enriquecido por uma experiência intensa de contato com os/as participantes da pesquisa e com o próprio espaço físico onde ela foi realizada.

Desta forma, é importante salientar que, para além de apresentar os resultados de uma tese de doutorado, este texto foi escrito com o compromisso de provocar o questionamento sobre as condições de trabalho a que nos submetemos cotidianamente, de contribuir com a reflexão sobre nossas práticas de cuidado com a vida, sobre as relações que estabelecemos com a natureza e, sobretudo, como todas estas questões têm sido abordadas pela Psicologia no contexto atual.

A aproximação com a questão da terra e as vivências dos trabalhadores rurais sempre foi muito marcante tanto em minha trajetória pessoal quanto profissional. Sou

descendente de uma família de migrantes, que, em meados da década de 1960, período de plena expansão da modernização da agricultura no Brasil, foi expulsa do campo e seguiu para uma cidade distante em busca de melhores condições de vida. Inevitavelmente, as histórias sobre o desenraizamento e a nostalgia com relação à vida no campo sempre fizeram parte de minha infância. Talvez, por não compreender o quanto sua trajetória tinha relação com o contexto histórico, as dificuldades de meu avô em se adaptar à vida na cidade e se ajustar ao trabalho neste contexto eram vistas como uma questão individual. Por não conseguir se desligar da vida no campo, ele criava vacas, cavalos e outros pequenos animais em meio a um bairro de casas populares. Apesar de não ter conhecido meu avô e de não ter crescido no meio rural, vivenciei uma experiência muito parecida, pois meu pai, mesmo vivendo em uma área urbana desde pequeno e trabalhando como eletricitário, também criava porcos, cabras, patos, coelhos, gansos, galinhas e até uma égua no quintal da casa onde morávamos.

Embora sem relação com movimentos sociais de luta pela terra, o desejo de retornar ao campo sempre esteve presente no imaginário da família. Contudo, a concretização desse desejo era impedida pela necessidade de manter-se na cidade que oferecia mais oportunidades de trabalho. Esse tema, no entanto, adquire relevância especial no momento em que, após uma vida de trabalho na cidade, a aposentadoria trouxe a meu pai a oportunidade de voltar à terra natal e retomar os vínculos com a família extensa (aqueles/as que lá permaneceram ou que também estão retornando neste momento) e a oportunidade de experimentar o estilo de vida que se pode levar no interior. O desejo de voltar para a cidade natal e para o campo, nesse contexto, representou uma possibilidade de libertação da exploração e da opressão que a maioria dos/as trabalhadores/as experimentam nas grandes cidades. De fato, em virtude da luta

cotidiana pela sobrevivência, grande parte dos trabalhadores/as dificilmente pode desfrutar das vantagens de se viver em uma grande cidade.

Entretanto, a realização do sonho de ter melhor qualidade vida no interior só é possível para aqueles que não mais dependem do trabalho remunerado para sobreviver. O retorno ao campo para os que necessitam continuar sua vida economicamente ativa neste contexto, infelizmente, não tem o mesmo significado. Há uma grande diferença entre aqueles que retornam ao campo com a sobrevivência garantida pela aposentadoria (portanto, tendo condições de desfrutar de momentos de lazer, de descanso e também de trabalho naquilo que os convém) em contraposição aos demais que permanecem trabalhando na terra, submetidos a condições de trabalho tão precárias quanto as enfrentadas pelos/as trabalhadores/as urbanos/as. Estas experiências pessoais somente foram refletidas com o processo de pesquisa, visto que estas mesmas contradições também foram observadas no contexto do assentamento.

Foram essas contradições – que, além de estudadas, também foram vivenciadas intensamente durante a pesquisa – que tiveram um papel central no desenvolvimento deste trabalho. Se, por um lado, a perspectiva de viver e trabalhar no campo oferece a oportunidade de conquistar mais qualidade de vida (como apontado pelos participantes desta pesquisa: o contato com a natureza, a tranquilidade, a relativa autonomia nas atividades produtivas), por outro, também pode ser tão opressora quanto a vida e o trabalho no contexto urbano (pela dificuldade de acesso a serviços públicos, pela dificuldade de mobilidade, pelas condições precárias de trabalho, etc.).

Meu interesse pelo estudo e trabalho no contexto rural vem desde minha primeira formação profissional, pois, ao terminar o ensino fundamental, decidi estudar em um colégio técnico agrícola em regime de internato. Durante três anos, vivi em uma fazenda, estudei e trabalhei no campo, concluindo o curso de Técnico em Agropecuária.

Embora nunca tenha atuado profissionalmente nesta área, sempre mantive o interesse pela agricultura e pela vida no campo. Portanto, a escolha do contexto e temática para a realização desta pesquisa está diretamente relacionada com o impacto dessas experiências, tanto as pessoais quanto as profissionais, para a trajetória da pesquisa.

A proposta de realizar uma pesquisa no âmbito de um assentamento rural também foi influenciada pelos desdobramentos de meu mestrado, que tinha por objetivo compreender as relações entre movimentos sociais por trabalho e moradia no contexto de uma fábrica ocupada no interior de São Paulo (Sousa, 2011). Durante o desenvolvimento da pesquisa de mestrado, foi possível observar o cotidiano dos movimentos sociais envolvidos e identificar que as mobilizações coletivas eram determinantes para a continuidade de duas importantes experiências de reafirmação da capacidade de organização dos trabalhadores e trabalhadoras na luta por trabalho e moradia.

Com a intenção de dar continuidade ao estudo sobre o cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras, contemplando a mobilização coletiva pelo direito ao trabalho articulado à moradia, foi levantada a possibilidade de buscar um contexto no qual esta relação também fosse central. Ao retomar contatos com pessoas ligadas aos movimentos sociais com os quais estive envolvida durante minha formação e experiências profissionais, surgiu a possibilidade de realizar o estudo com trabalhadores/as rurais assentados/as, ou seja, atores sociais que, independentemente da participação em movimentos sociais organizados, tiveram acesso a uma parcela de terra que possui a dupla função de oferecer moradia e possibilidade de trabalho.

Dentre as diversas formas de trabalho encontradas no mundo rural, o contexto de assentamentos de reforma agrária foi considerado relevante para a pesquisa, pois agrega a questão da luta pela terra, ou seja, o envolvimento dos trabalhadores rurais com

movimentos sociais de luta pelo direito ao trabalho e à moradia digna. Além disso, havia grande interesse em desenvolver a pesquisa na área rural, especificamente em um assentamento rural de reforma agrária.

Esta breve apresentação traz elementos para compreensão de que este trabalho, assim como qualquer outro, possui uma dimensão afetiva. Assim, durante o processo de pesquisa, pude compreender o quanto eu também faço parte do fenômeno que estudo. Dessa forma, a realização desta pesquisa também reflete meu desejo de alcançar condições dignas de vida e contribuir para que essas condições dignas de vida também possam ser conquistadas por outras pessoas.

O presente texto está organizado em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. Na introdução são apresentados o problema de pesquisa, as transformações durante o processo de trabalho, bem como a justificativa pessoal que motivou o interesse pelo tema aqui discutido.

O primeiro capítulo apresenta alguns elementos necessários para a compreensão da questão agrária no Brasil, ou seja, um panorama do contexto macroestrutural e os efeitos de sua dinâmica para este campo de pesquisa. São discutidas, ainda, as repercussões dos assentamentos rurais de reforma agrária e a importância da luta social pela terra no Brasil. Nos três subtítulos em que está dividido, são discutidas as contradições da reforma agrária atual, o histórico de conflitos na luta pela terra no país e as diferentes modalidades de relação de trabalho no campo brasileiro.

O segundo capítulo trata do método, abordando os fundamentos da etnografia, o percurso metodológico trilhado para inserção em campo e para o desenvolvimento da pesquisa de maneira geral. Ainda neste capítulo é apresentado o cenário de pesquisa, suas particularidades, suas contradições internas, suas potencialidades, ou seja, o histórico e as características atuais do assentamento estudado. Nas informações

preliminares do trabalho de campo, foram incluídos alguns elementos sobre os dilemas da organização política dos assentados.

O terceiro capítulo aborda os fundamentos teóricos da pesquisa, explicitando as contribuições da Psicologia Comunitária para as reflexões estabelecidas com relação às principais questões identificadas em campo. Este capítulo ainda apresenta como a Psicologia enquanto profissão e ciência, tem se aproximado das questões relacionadas à terra.

O quarto capítulo está dividido em sete subtítulos que correspondem aos elementos mais relevantes para os objetivos da pesquisa.

Neste capítulo são apresentados diversos trechos e sistematizações das anotações de diário de campo, a fim de ilustrar, com relatos de experiências individuais e coletivas (possibilitadas pela interação contínua entre pesquisadora e participantes da pesquisa), quais os principais elementos observados durante o trabalho de campo. Por meio da análise das situações descritas e, com base no referencial teórico-metodológico já explicitado, são apresentados os resultados da pesquisa.

Nas considerações finais serão destacadas as questões mais relevantes para a conclusão do trabalho, bem como as possíveis contribuições da Psicologia Comunitária e da Agroecologia para o fortalecimento da organização social e das transformações das relações de produção no assentamento.

1. DO QUE É COMPOSTO ESTE SOLO? A QUESTÃO DA TERRA NO BRASIL



Figura 2 – Plantação de feijão recém-germinada. Ao lado, as fileiras de bananeira ajudam a manter as curvas de nível.
Foto: Caroline C. de Sousa.

Esta terra é desmedida
e devia ser comum,
Devia ser repartida
um toco pra cada um,
mode morar sossegado.
Eu já tenho imaginado
Que a baixa, o sertão e a serra,
Devia sê coisa nossa;
Quem não trabalha na roça,
Que diabo é que quer com a terra?

(A terra dos posseiros de Deus, de Patativa do Assaré)

Com o intuito de apresentar os aspectos que atuam diretamente sobre a forma como os/as participantes desta pesquisa se organizam coletivamente, como organizam

sua produção e como estes processos podem ser determinantes para sua permanência no lote, iniciarei este capítulo com a discussão dos aspectos macrossociais e da contextualização histórica da questão agrária no Brasil. Posteriormente, apresentarei alguns aspectos específicos à luta dos/as trabalhadores/as do campo e seu papel na criação dos assentamentos rurais. Portanto, será apresentado um breve panorama da questão agrária no Brasil, a fim de que se possa conhecer o modo como o contexto rural no país vem se transformando historicamente. Essas informações serão relevantes para a compreensão do modo como estes fatores interferem na configuração do contexto específico em que foi realizada a pesquisa.

1.1 O rural para além do agrário

O mundo rural não se limita ao agrário enquanto setor produtivo, mas ao contrário, é muito mais complexo e controverso. Também não é suficiente a oposição das características do meio rural em oposição às especificidades do meio urbano.

As contradições da questão agrária no Brasil, portanto, encontram-se já na forma como se define o meio rural. A definição de áreas rurais do IBGE (a que predomina no Brasil), segundo Abramovay (2009), é marcada por seu caráter residual. De acordo com o autor:

[...] as áreas rurais são aquelas que se encontram fora dos limites das cidades, cujo estabelecimento é prerrogativa das prefeituras municipais. O acesso a infraestruturas e serviços básicos e um mínimo de adensamento são suficientes para que a população se torne “urbana”. Com isso, o meio rural corresponde aos remanescentes ainda não atingidos pelas cidades e sua emancipação social passa a ser vista – de maneira distorcida – como “urbanização da vida no campo” (p. 19).

Tal definição é também problematizada por Itani (2007) ao dizer que, no Brasil, as áreas rurais são definidas como aquelas que estão fora dos limites da cidade e que a

densidade populacional e a presença de infraestrutura (mesmo que precária) são aspectos que caracterizam o espaço urbano. Para Cruz-Souza (2006), esta é uma forma de desvalorização do meio rural, pois sustenta representações negativas sobre o campo e seus habitantes, interferindo negativamente na escolha pelo trabalho rural e na permanência dos jovens neste espaço. Essas representações do contexto rural legitimam a necessidade de modernização, ou seja, adaptação do campo ao modelo desenvolvimentista industrial, caracteristicamente urbano.

Com essa classificação, o meio rural torna-se caracterizado pela falta, por um espaço marcado pelo atraso, de modo que o contexto urbano torna-se um referencial para o desenvolvimento do meio rural. Portanto, essa forma de “delimitação do rural pelos poderes públicos municipais serve mais aos objetivos fiscais do que à consideração ou valorização dos aspectos geográficos, sociais, econômicos e culturais” (Itani, 2007, p. 168).

É importante salientar que os critérios para delimitação do espaço rural ou urbano variam em cada país. Abravomay (2003) destaca três formas dominantes de classificação e divisão dos espaços entre rural e urbano: 1- a administrativa (predominante no Brasil), na qual as “consequências fiscais da definição acabam sendo mais importantes que seus aspectos geográficos, sociais, econômicos e culturais” (p. 22); 2- a econômica, determinada pela ocupação da mão de obra na agricultura e 3- a populacional, que estabelece um número máximo de pessoas nos agrupamentos humanos considerados rurais. Entretanto, o autor enfatiza que não há uma definição universal para o meio rural, mas que há um traço comum em trabalhos mais recentes sobre o tema, que consiste basicamente no princípio de que o rural não é definido por oposição às cidades e, sim, pela sua relação complementar.

Para Vasques (2009), o problema da delimitação utilizada no Brasil para definir o rural é que, de fato, o país pode ser muito menos urbanizado do que se imagina, pois “considera-se urbano a sede de qualquer Município, vila ou distrito, independentemente de suas características” (p. 858). Desta forma, como aponta Albuquerque (2001), é necessário adotar indicadores mais amplos no que diz respeito à definição de rural (p. 226).

Afinal, como poderemos considerar, para efeito de análise e intervenção psicossociais (Albuquerque, 2001), que os aspectos individuais e coletivos a serem trabalhados serão idênticos em uma vila com 10.000 habitantes e em um grande centro urbano de um milhão de habitantes? Diversos fatores podem influenciar nessa diferenciação, como as condições de moradia, de mobilidade, a ocupação do solo, o custo de vida, a possibilidade de acesso a serviços básicos, a questão da convivência comunitária, o mercado de trabalho, a monetarização das relações interpessoais, ou seja, a maior ou menor mediação pelo dinheiro nas relações de troca.

Mesmo municípios com maior densidade populacional, muitas vezes, são constituídos por um núcleo considerado urbano (com concentração de casas, de pessoas, serviços e indústrias) e outro rural (caracterizado pela dispersão de casas, pela baixa densidade demográfica e pela atividade agrária). Por isto, autores como Albuquerque (2001), Leite et al. (2013), Vasquez (2009) apontam que o Brasil é muito mais rural do que se imagina, já que, também em municípios com mais de 20.000 habitantes há pessoas que vivem na zona rural.

À esta problemática soma-se a questão da redução do espaço rural à agricultura. Abramovay (2003) afirma que: “ruralidade é um *conceito de natureza territorial e não setorial*” (p. 24, grifos do autor), pois, assim como a cidade não se reduz às indústrias, o meio rural também não se define pela atividade agrícola. Ao contrário, apresenta-se

muito mais amplo, com diferentes funções sociais como a moradia, o lazer, a proteção ambiental e outras atividades produtivas que podem ser realizadas no campo, como o artesanato, por exemplo.

De acordo com Tomaz Jr. (2001), o redimensionamento das relações de trabalho no campo proporciona um aumento significativo das atividades não agrárias expressas no meio rural, como “pesque-pagues, spas, hotéis-fazenda; estâncias, etc.” (p. 95). Fica claro, então, que o contexto rural é muito mais amplo e complexo se comparado ao agrário enquanto setor produtivo que compõe a diversidade de fontes de renda ou recursos no campo. Além da atividade agrícola podemos encontrar também pessoas sobrevivendo do comércio, de pequenas indústrias, serviços ou aposentadoria (Albuquerque, 2001).

Wanderley (2001) também apresenta alguns dos aspectos que compõem o caráter multidimensional da conceituação do mundo rural:

Este mundo rural se move em um espaço específico, o espaço rural, entendido em sua dupla face. Em primeiro lugar, enquanto um *espaço físico diferenciado*. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo lugar, enquanto *um lugar de vida*, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional) (p. 32, grifo nosso).

A autora destaca, portanto, que o rural é tanto um espaço físico diferenciado, como também um local onde se constroem relações diferenciadas. Sendo assim, para além da classificação demográfica, o contexto rural é caracterizado também pelas relações e pelos laços de afetividade estabelecidos em determinado território.

Como destacam Ximenes e Moura Jr.(2013), é necessário compreender o rural como um espaço em que as subjetividades se constroem a partir dos vínculos afetivos e do sentimento de pertença ao território. De acordo com os autores, os vínculos construídos no contexto rural podem ser mais significativos que aqueles característicos do contexto urbano. Ximenes e Moura Jr. apontam que esse fenômeno pode ocorrer em virtude das incongruências que dificultam o processo de aproximação entre os moradores, tais como a frágil delimitação espacial de diferentes bairros ou comunidades (o que pode dificultar a identificação de um local como referência identitária) e a diluição dos vínculos entre múltiplas relações superficiais estabelecidas nas diferentes instâncias em que esta população circula. Na área rural, a construção de uma noção de pertencimento tende a ser mais facilmente estabelecida, pois cada território pode ser mais facilmente delimitado, de forma que o vínculo entre as pessoas que o compõem, de maneira geral, tende a apresentar-se de forma mais consolidada.

Considerando esse panorama, no tópico a seguir serão apresentadas algumas características da questão agrária consideradas como relevantes para a compreensão do processo de formação dos assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil.

1.2 Breve histórico da questão agrária no Brasil

A questão agrária, no Brasil, é marcada pela opressão de grande parcela da população, pela concessão de privilégios à outra parcela, assim como pela intensa mobilização social de luta pela terra.

A ordenação da ocupação do solo sempre foi um problema na história do Brasil, marcada por conflitos violentos desde a colonização portuguesa. A problemática da

ocupação do solo no Brasil permanece, portanto, como um dos efeitos da colonização portuguesa (Quijano, 2005).

Segundo Martins (1998), a comercialização de terras no país tem origem com a promulgação da Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), que aboliu o antigo sistema de sesmarias (em que as terras eram distribuídas pela Coroa Portuguesa para pessoas com as quais estabeleciam relação de confiança). Foi somente a partir desta lei que a posse da terra rural ou urbana passou a ser comercializada como propriedade privada (Itani, 2007), sendo adquirida, portanto, apenas por meio de compra. Desta forma, o acesso à terra, assim como no antigo regime, continuou restrito a uma pequena parcela da população que possuía recursos para a compra e manutenção de propriedades rurais. Assim, mesmo após a Lei de Terras, nada foi alterado com relação à concentração de terras no país.

Martins (1998) afirma, ainda, que o debate sobre a propriedade fundiária foi também o debate sobre a abolição da escravatura e a colonização. Com a abolição da escravatura, em 1888, a posse da terra passa a ter função central na transição para o regime de trabalho “livre”, pois os fazendeiros já não possuíam mais o “capital humano” personificado na figura do escravo. A Lei de Terras e a regulamentação de sua ocupação foram propícias neste período histórico, pois “consagrava aquilo que não existia plenamente: a terra como equivalente de capital, como renda territorial capitalizada” (Martins, 1998, p. 147). A propriedade do escravo fora, então, substituída pela propriedade da terra. Conforme aponta Martins (1996), “a renda capitalizada no escravo transformava-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa” (p. 32). E assim foram criadas condições para a exploração da força de trabalho, ainda mais vantajosas, para os fazendeiros, do que o próprio regime de escravidão.

Naquele momento histórico, o possível prejuízo dos proprietários rurais tinha de ser compensado. Como não possuíam mais a mão de obra escrava, trataram de limitar o acesso à terra, para que os/as trabalhadores/as (fossem escravos/as libertos ou imigrantes europeus) necessitassem se submeter ao trabalho em suas propriedades sob as condições determinadas pelos próprios fazendeiros, assegurando o caráter compulsório do trabalho.

Entretanto, ainda neste período, grande parte dos/as escravos/as libertos/as não teve uma postura passiva, mobilizando-se e criando diversas formas de resistência, como, por exemplo, a criação de diversos quilombos em todo país (Itani, 2007). Desde então, tanto quilombolas, quanto a população do campo, de forma geral, não foi passiva com relação à continuidade da concentração de poder e de terra, que, à revelia das lutas populares, persiste até os dias atuais. É importante destacar que os/as camponeses/as tiveram um papel central na luta pela terra, quando, no início do século XX, criaram as ligas camponesas, um movimento social que reivindica o uso e a posse da terra e coloca em pauta a discussão sobre a destruição do campesinato (Bastos, 1984).

Contudo, somente na década de 1960, a demanda por terra no Brasil foi reconhecida e legitimada por meio de instrumento jurídico. Como parte das “reformas de base”, que consistiam em medidas econômicas e sociais propostas pelo governo de João Goulart, foi criado o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) – que, ironicamente, foi promulgado já na vigência da ditadura militar – definindo que a propriedade da terra deveria desempenhar sua função social na medida em que estivessem garantidas algumas condicionalidades, tais como: proporcionar o bem-estar dos proprietários, dos trabalhadores/as e suas famílias; manter sua produtividade; preservar os recursos naturais e relações de trabalho justas. O Estatuto da Terra, em seu

artigo 186, estabelece os critérios para que se cumpra a função social da propriedade rural:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

(Brasil, 1988, art. 186).

O Estatuto da Terra tinha como proposta ser o marco orientador do processo de reforma agrária e resolução dos conflitos agrários no país, mas, em certa medida, refletiu as contradições políticas de um período histórico marcado pelo golpe civil-militar. Em suma, ele abordava, em seu texto, simultaneamente, questões como a tecnologia e modernização do campo, a colonização e a reforma agrária. Dessa forma, a elaboração do documento foi dividida em duas tendências opostas: uma voltada para a modernização dos latifúndios, enquanto proposta de desenvolvimento agrícola, e outra que reivindicava a reforma agrária e a democratização da terra. Como se poderia supor, durante o período da ditadura militar, a tendência que prevaleceu foi a de desenvolvimento agrícola, juntamente com a forte repressão aos movimentos sociais e sindicais (Leite et al., 2004).

Vale lembrar que, ainda em 1963, foi criado o primeiro Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4214, de 1963). Também fruto de grandes debates populares e atendendo a antigas reivindicações camponesas, previa a regulamentação da jornada de trabalho, o repouso semanal, garantias específicas às mulheres, a organização em sindicatos, entre outras questões. A proposta era estender aos/às trabalhadores/as do campo, os direitos trabalhistas já garantidos aos/às trabalhadores/as urbanas desde 1943, com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). No entanto, esse primeiro Estatuto do

Trabalhador Rural, em função das mesmas circunstâncias históricas, nunca entrou em vigor.

Apenas em 1973, ainda durante a ditadura, o Estatuto do Trabalhador Rural foi retomado por meio da Lei nº 5.889 (regulamentada pelo Decreto nº 73.626/1974). Mas, infelizmente, essa também não foi, de fato, uma tentativa de equiparar a regulamentação trabalhista e garantir melhores condições de trabalho na área rural. Essa medida fazia parte do pacote de modernização agrícola e industrialização do campo, impostas pelos EUA, medidas que ficaram conhecidas como a “Revolução Verde”. Esse processo de intensificação da produtividade por meio da disseminação das monoculturas em todo país e aumento significativo de terras agriculturáveis, ocorreu sem o devido planejamento e discussão sobre os impactos sociais dessas medidas (Leite e Dimenstein, 2013).

Nesse período, que se estendeu desde a década de 1960 até meados de 1980, a entrada das empresas transnacionais foi facilitada e até incentivada pelos diversos governos militares, contribuindo com a expulsão dos/as trabalhadores/as rurais do campo e com a introdução de novas tecnologias de cultivo que, inevitavelmente, provocaram significativos danos sociais e ambientais. O foco destas ações estava, portanto, no incentivo à intensificação da produtividade agrícola e não na melhoria das condições de vida e trabalho no meio rural (Tomaz Jr., 2001), impondo a adaptação da natureza às necessidades da produção de *commodities* (Shiva, 2002).

Esse período foi fortemente marcado por retrocessos na questão agrária, pela crescente subordinação da terra ao capital e pela falta de colaboração do Estado. De acordo com Carvalho (2008), o governo militar, com sua proposta desenvolvimentista, desencadeou um o aumento significativo da concentração de terra e de desigualdades no campo. As determinações com relação à questão agrária concentraram-se no incentivo à

colonização da região amazônica, sem, no entanto, propor alterações na estrutura fundiária do país.

O ambiente desfavorável para a mobilização política durante o período militar comprometeu também as mobilizações populares no campo. Muitos/as trabalhadores/as rurais que se organizavam politicamente sofreram perseguições, foram presos/as, exilados/as ou exterminados/as. Mas, apesar da hostilidade desse contexto, marcado pela repressão e suspensão de direitos, os movimentos sociais do campo permaneceram em luta. A partir da década de 1980, com a abertura política, os movimentos de luta pela terra, como as ligas camponesas, os atingidos por barragens, os seringueiros, os quilombolas e os sem-terra, retomam seu papel fundamental de enfrentamento às desigualdades no âmbito rural. Nesse contexto, as ocupações representavam a busca pelo direito à terra, ao trabalho e à moradia, bem como a efetivação da função social da terra. Mas, Bergamasco e Norder (2003) lembram que:

A luta pela terra não era a luta por qualquer terra, mas a luta pelo espaço rural com maior capacidade de uso; uma luta pelo estabelecimento de relações sociais que superassem a dominação realizada no latifúndio; uma luta por outro modelo de desenvolvimento rural (p. 20).

Assim, no bojo das mobilizações populares pela Constituinte, os movimentos de resistência no campo contribuem para a construção de uma nova concepção de ocupação do espaço e utilização de seus recursos. A proposta inicial de Reforma Agrária Popular estava estruturada em função da defesa de um modelo de vida e trabalho no meio rural que não priorizava apenas o desenvolvimento econômico. De acordo com esse princípio, as terras destinadas à desapropriação por interesse social não seriam, apenas as improdutivas. Com isso, entendia-se que os grandes latifúndios, independentemente de serem ou não produtivos, também estariam sujeitos à desapropriação por interesse social, pois contribuía sobremaneira para a intensificação

da concentração fundiária e para a desigualdade entre proprietários de terra e trabalhadores/as rurais. Mais adiante veremos como essa, dentre outras questões, causaram forte reação da burguesia rural e interferiram negativamente na implantação do I e do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

1.3 Contradições da Reforma Agrária atual no Brasil

A Reforma Agrária é definida no primeiro artigo do Estatuto da Terra, como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (Brasil, 1964, Art. 1º, §1º). Ainda de acordo com este documento, é dever do poder público garantir as condições para que os/as trabalhadores/as tenham acesso à propriedade da terra onde possa produzir o suficiente para garantir a sobrevivência de sua família.

Após a abertura democrática e a intensificação da pressão por parte de movimentos sociais que reivindicavam o direito de acesso à terra, o Estado iniciou um plano nacional para cumprir com o dever regularizar a situação destes/as trabalhadores/as. Assim, em 1985, foi implantado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), apresentado pelo antigo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD). Esse Plano seria executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de acordo com os termos estabelecidos no Estatuto da Terra. Todavia, por conter a proposta de desapropriação por interesse social, provocou uma reação imediata dos grandes proprietários rurais e seus respectivos órgãos de representação, como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a União Democrática Ruralista (UDR).

Em virtude da força política dos latifundiários e suas as reações ao I PNRA, este último foi radicalmente modificado, excluindo as propriedades produtivas daquelas passíveis de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. A pressão da CNA, SRB e UDR modificou a proposta no I PNRA, justificando a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico para aumentar a produtividade e solucionar problemas como o desemprego e a fome. Entretanto, essas medidas intensificaram sobremaneira a concentração de terras, contribuindo para o aumento das desigualdades, explicitando a contradição entre esse modelo de desenvolvimento econômico e a pobreza no campo.

A meta do I PNRA era assentar 1.400.000 famílias em 43.090.000 hectares de terras entre os anos de 1985 e 1989. Entretanto, como observa Fleury (2015), essa meta não foi atingida e o I PNRA fracassou, pois os resultados ficaram muito aquém do esperado. No período mencionado, foram assentadas apenas 91.700 famílias em 4.500.000 hectares de terras. A distribuição de terras foi interrompida em 1990 e retomada apenas no governo FHC, em 1994. Implantada, em 2003, ainda durante o primeiro governo Lula, no II PNRA a Reforma Agrária é definida como:

condição para a retomada do crescimento econômico com distribuição de renda e para a construção de uma nação moderna e soberana. Ela promove a geração de empregos e renda, a ocupação soberana e equilibrada do território, garante a segurança alimentar, promove e preserva tradições culturais e o meio ambiente, impulsiona a economia local e o desenvolvimento regional.

Partindo dessa concepção de reforma agrária, o II PNRA tinha como meta assentar 400.000 famílias, além de regularizar 500.000 posses. Os resultados do II PNRA são controversos, pois as estatísticas não são claras com relação à implantação de novos assentamentos ou regularização daqueles já existentes. Apesar disso, estima-se que, entre 1985 e 2010, foram distribuídos/regularizados cerca de 77 milhões de

hectares de terra, nos quais foram assentadas aproximadamente 1,3 milhão de famílias (Fleury, 2015).

Entretanto, mesmo considerando que estes sejam números significativos, na prática, encontramos uma realidade bem diferente do que é previsto como meta no II PNRA, ou seja, assim como o primeiro plano, este também não foi suficiente para efetivar a mudança necessária na estrutura fundiária do país.

Além das metas quantitativas, o II PNRA contava também com metas relacionadas à recuperação da capacidade produtiva e viabilidade econômica de assentamentos já existentes, promoção da igualdade de gênero na Reforma Agrária, garantia de assistência técnica e extensão rural, facilidade de acesso ao crédito rural, universalização do acesso à educação, cultura e seguridade social nas áreas reformadas, entre outras (Brasil, 2003). Incluir essas metas no Plano de Reforma Agrária foi um passo importante, embora pouco se tenha avançado no sentido de sua efetivação. A análise desses dados não pode ser feita apenas estatisticamente nem genericamente, ou seja, é necessário que se considere as especificidades de cada região do país.

Para além da quantidade de assentamentos e famílias assentadas, outros dados relevantes dizem respeito às condições de vida dessas famílias. Em 2010, o INCRA realizou a “Pesquisa sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda” (PQRA) nas áreas reformadas e disponibilizou dados qualitativos e quantitativos sobre os assentamentos rurais e a condição de vida dos assentados. “A PQRA abrangeu todas as 804.867 famílias assentadas entre 1985 e 2008, mediante a aplicação de 16.153 entrevistas, distribuídas em 1.164 assentamentos por todo o Brasil [...]” (INCRA, p. 4). Os resultados apontam que a população assentada no país ultrapassa 3,6 milhões de pessoas. Deste total, 53% é constituída por homens e 47% mulheres, compondo famílias de quatro pessoas ou mais.

Com relação à qualidade de vida, a principal queixa das famílias são a dificuldade de acesso à água (79% delas têm acesso insuficiente) e as condições de estradas e vias de acesso aos lotes (57% informaram descontentamento nesta questão). Os dados apontam, ainda, que 76% das moradias possuem tratamento de dejetos e energia elétrica em seus lotes. O índice de alfabetização até o primeiro grau está em torno de 84% entre os assentados, porém, com menos de 10% de acesso ao ensino médio e superior. Com relação à saúde, os dados indicam que 56% das famílias estão descontentes com o acesso a hospitais e postos de saúde, confirmando o desafio da universalização da saúde, especialmente no meio rural e nas regiões norte e nordeste.

Os resultados da pesquisa realizada pelo INCRA apontam também que a percepção das melhorias nas condições de vida dentre as famílias assentadas, após o acesso à terra, é marcante e que o principal meio de produção (a terra) é percebido como suficiente para as famílias. Todavia, é necessário enfatizar que estes dados são questionáveis, visto que não são poucos os problemas enfrentados pelos assentados, justamente porque a posse da terra, como destacam Bergamasco e Norder (2003) e Leite et al. (2004), não é suficiente para que as famílias possam permanecer no campo. Ao contrário, como já discutido acima, a reforma agrária não se limita ao reordenamento da ocupação do solo. Itani (2007) nos lembra que:

Os projetos de assentamento rural constituem uma forma de uso e ocupação do solo rural distinta das formas tradicionais rurais, tanto quanto das formas verificadas no processo de expansão urbana nos municípios em que são implementados [...] os projetos de assentamento constituem uma política pública que *possibilita, ao mesmo tempo, a moradia e a inserção produtiva das famílias assentadas* (p. 243, grifo nosso).

E é justamente a criação de assentamentos rurais que se constitui como a principal medida a ser executada pelo PNRA, enquanto política pública. E, apesar de a

reforma agrária no Brasil estar muito aquém do ideal, Leite et al. (2004), ao descrever as transformações transcorridas nos assentamentos, bem como em seu entorno, enfatizam a relevância dessa nova forma de organização no campo. O desafio enfrentado pelos assentamentos atualmente estão relacionados à viabilidade econômica, mas também envolvem os aspectos políticos, ambientais e sociais. Os autores ressaltam, portanto, que o impacto positivo dos projetos de assentamento já implantados é que estas experiências estão proporcionando a criação de uma nova realidade para o contexto rural brasileiro, assim como a consolidação de uma nova categoria, a dos/as assentados/as. No próximo subtítulo serão apontados alguns aspectos relevantes para a compreensão de como se forma essa categoria a partir da criação dos assentamentos rurais.

Ainda com relação às contradições da Reforma Agrária em curso, vale ressaltar que, de acordo com dados do Ministério da Agricultura (MDA), a agricultura familiar é responsável pelo abastecimento de aproximadamente 70% dos alimentos consumidos pela população rural e urbana, gerando trabalho para cerca de 12,3 milhões de pessoas, o que demonstra a importância desse tipo de relação com a terra não apenas para os agricultores, mas para o abastecimento da população em geral.

O Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), por exemplo, determina que, no mínimo, 30% dos alimentos comprados por órgãos estaduais como escolas, presídios, hospitais e instituições assistenciais sejam provenientes da agricultura familiar. Entretanto, este programa não teve expressividade e, assim como os programas do governo federal, esbarra em grandes barreiras, como a dificuldade de transporte dos produtos. Tais programas, de maneira geral, vêm de cima para baixo, são planejados sem a participação dos/as trabalhadores/as rurais e pautados na produção e comercialização individual. Desta forma, poucos/as agricultores/as têm acesso ao

PPAIS, assim como ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que também está longe de apresentar alternativas efetivas aos problemas vivenciados pelos agricultores familiares e principalmente por assentados/as.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por exemplo, oferece financiamento para agricultores/as, familiares e assentados/as com baixas taxas de juros. Entretanto, a necessidade de ter a regularização do CPF e a comprovação de que não há dívidas a eles vinculadas impedem grande parte dos assentados/as de conseguir acesso ao financiamento.

Desta forma, entende-se que ainda há muito que avançar com relação à forma como se conduz a reforma agrária atualmente. Além da intensificação de ocupações de terras, também é necessário ampliar os programas de extensão rural e de subsídios aos/às pequenos/as agricultores/as. Esses programas precisam, inclusive, ser construídos com a participação desses atores sociais, a fim de que suas necessidades sejam de fato contempladas e efetivamente possam contribuir para diminuição de desigualdades no campo.

1.4 Novas perspectivas para o mundo rural?

Essa exposição evidencia que o histórico da política agrária no Brasil foi pautado em um modelo de desenvolvimento referenciado exclusivamente por fatores econômicos, deixando de lado as consequências sociais e culturais das significativas transformações dos modos de produção agropecuário e a dominação do agronegócio. Assim, a ideia de que o desenvolvimento econômico é sinônimo de industrialização, conforme ressalta Cruz-Souza (2006), estendeu-se do contexto urbano para o rural. A

industrialização da agricultura, portanto, modernizou o campo, priorizou a monocultura e contribuiu para a desvalorização da agricultura camponesa.

A análise das transformações do mundo rural está associada ao questionamento do modelo de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico ilimitado, sem considerar os aspectos políticos, sociais, culturais e afetivos em diferentes contextos (Cruz-Souza, 2006). Pautando-se na crítica de que o desenvolvimento socioeconômico não se restringe a uma sucessão de etapas isoladas que, ao final, resultam no processo de industrialização, observa-se, atualmente, o surgimento de questionamentos sobre a ditadura do desenvolvimento associado ao crescimento econômico.

Segundo Souza & Brandenburg (2010), a partir da década de 1980, iniciou-se, especialmente nos países da União Europeia, um processo de revalorização da natureza como mediadora das relações sociais, inclusive as de produção, que acaba também influenciando os movimentos sociais brasileiros de luta pela terra. Apesar das tensões vivenciadas no contexto brasileiro, como a expansão do agronegócio, o uso indiscriminado de sementes transgênicas e a falta de controle sobre os agrotóxicos, os movimentos ou instituições que questionam este modelo de produtividade agrícola são cada vez mais expressivos. Esses movimentos, além de outras questões, também incorporaram essa pauta, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida, o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a Marcha das Margaridas, entre outros. Atualmente, esses movimentos contribuem para uma

articulação em âmbito nacional, com vistas a minimizar os efeitos extremamente negativos do agronegócio para a sociedade, além de propor outros modelos de organização produtiva no campo.

Este processo é também acompanhado por um movimento de revalorização dos territórios e das identidades tradicionais, iniciando um processo de mudança de foco no desenvolvimento agrícola (enquanto setor produtivo) para o desenvolvimento do território rural. Apesar deste movimento representar um avanço no que diz respeito à busca de uma prática agrícola mais adequada às possibilidades de cada território e de seus ocupantes, é necessário ir além de uma mudança superficial.

Neste sentido, vale destacar as críticas de Latouche (2009) ao conceito de desenvolvimento enquanto uma lógica destruidora e insustentável. Em contraposição à lógica do desenvolvimento (que, sob a perspectiva do autor, é incompatível com a sustentabilidade), ele defende o conceito de decrescimento. Latouche define o decrescimento como um movimento que

[...] tem como principal meta enfatizar fortemente o abandono do objetivo do crescimento ilimitado, objetivo cujo motor não é outro senão a busca do lucro por parte dos detentores do capital, com consequências desastrosas para o meio ambiente e portanto para a humanidade. Não só a sociedade fica condenada a não ser mais que o instrumento ou o meio da mecânica produtiva, mas o próprio homem tende a se transformar no refugo de um sistema que visa a torná-lo inútil e prescindir dele (2009, p. 4).

Considera-se que esse movimento de decrescimento defendido por Latouche (2009) seja mais adequado que a perspectiva de “desenvolvimento sustentável” no sentido de que propõe uma lógica diferente para pensar a relação que estabelecemos com os territórios rurais e o meio ambiente como um todo. Como salienta o autor, os altos índices de crescimento da economia não correspondem à qualidade de vida da

população do campo ou da cidade, mas sim ao aumento do lucro dos capitalistas. O aumento da produtividade agrícola, portanto, de forma alguma está relacionada à produção de alimentos para sanar a fome, visto que, apesar de a produção agrícola ter aumentado significativamente nas últimas décadas, a falta ou o desperdício de alimentos também é crescente em todo o mundo.

Assim, entendendo a necessidade de mudança de perspectiva em relação ao meio rural e ao homem e à mulher que vivem no campo, o próximo subtítulo destaca como os assentamentos rurais podem ser uma alternativa viável na busca dessas transformações.

1.5 Assentamentos rurais: origens, impactos e principais atores envolvidos

A criação dos assentamentos rurais pode ter origens muito diversas. Esses espaços podem ser o resultado de um longo processo de luta empreendido por um movimento social organizado, por pequenos agricultores/as independentes ou mesmo fruto de negociações entre sindicatos e órgão governamentais. Leite et al. (2004) descrevem as circunstâncias que podem levar a criação dos assentamentos rurais:

[...] regularizações fundiárias em terras ocupadas às vezes há décadas por “posseiros”; áreas de conflito gerado pela tentativa de expulsão de trabalhadores que há muito viviam na terra como “rendeiros” ou “agregados”; áreas improdutivas ocupadas por movimentos de luta pela terra (como o MST) ou também por sindicatos de trabalhadores rurais; reservas extrativistas, fruto da luta de seringueiros pela permanência em terras que exploravam há gerações; usinas falidas, posteriormente desapropriadas, onde foram alocados os próprios trabalhadores que anteriormente eram assalariados etc. (p. 21).

Os mesmos autores descrevem também quais seriam os principais atores envolvidos em processos de luta que culminaram na criação de assentamentos rurais, enfatizando a diversidade desse público:

Do ponto de vista da inserção no processo produtivo, encontramos posseiros com longa história de ocupação da terra; filhos de produtores familiares empobrecidos que, sem acesso à terra, optaram pela ocupação como forma para se perpetuarem como produtores independentes; parceiros em busca da terra própria; pequenos produtores atingidos por obras públicas, em especial construção de hidrelétricas; seringueiros que passaram a resistir a desmatamentos que ameaçavam seu modo de vida; assalariados rurais, muitas vezes completamente integrados ao mercado de trabalho; populações de periferia urbana, com empregos estáveis ou não, eventualmente com remota origem rural, mas dispostos à ocupação; aposentados que depositaram no acesso à terra a expectativa de um complemento de renda etc. (p. 21).

A revisão de literatura mostra que a luta pela reforma agrária no Brasil caracteriza-se, principalmente, pela mobilização coletiva da classe trabalhadora. Em contraposição à reestruturação produtiva agroindustrial, que gera precarização do trabalho e desemprego estrutural, os assentamentos rurais representam, desse modo, uma possibilidade de organização social diferenciada, marcada pela luta e resistência dos/as trabalhadores/as do campo e da cidade em busca de melhores condições de vida e trabalho (Scopinho, 2010).

Tomaz Jr. (2000) ressalta, ainda, que o desenho societal dos trabalhadores que se envolvem na luta pela terra no Brasil compreende não apenas trabalhadores de origem rural, mas um conjunto diversificado de trabalhadores em “busca da dignidade e do direito ao trabalho perdidos” (p. 95). Com a formação desse novo contingente de trabalhadores/as demandando a terra, surgem conflitos entre os/as pequenos/as agricultores/as – ou agricultores/as familiares/as, como se tem convencionado chamar –

e os/as demais trabalhadores/as que querem retornar ou mesmo vivenciar pela primeira vez esta condição.

Nesse sentido, Bergamasco e Norder (2003) apontam a dificuldade de articulação entre diferentes grupos que, historicamente, passaram pelo mesmo processo de exclusão da terra e privação de direitos sociais:

A aproximação entre assalariados rurais e agricultores familiares tem sido um dos grandes desafios enfrentados pelo sindicalismo rural, e que se torna ainda mais complicado com a formação de um grupo de “excluídos” e desempregados (permanente ou sazonalmente) rurais ou urbanos, que também passaram a lutar pelo retorno à condição camponesa, através da reivindicação da reforma agrária, mesmo depois de experiências muitas vezes não muito bem-sucedidas nos centros urbanos (Bergamasco e Norder, 2003, p. 36).

Já Itani (2007) argumenta que os questionamentos sobre a prática da monocultura e a valorização da agricultura familiar – que caracteriza os assentamentos – possibilitam a superação da falsa dicotomia entre os/as pequenos/as produtores/as rurais, ou seja, aqueles/as que já possuem uma propriedade rural, e os/as que lutam pela terra, pois as reivindicações políticas defendidas por estes/as últimos/as acabam por beneficiar os/as trabalhadores/as do campo como um todo.

Na sequência, serão trazidos alguns elementos para a compreensão da problemática das diferentes formas de trabalho no campo e as contradições vivenciadas pelos/as trabalhadores/as rurais assentados/as. Por conta da complexidade da vivência no assentamento, pode-se dizer que há uma heterogeneidade de modos de conceber as relações de trabalho neste contexto. Vejamos, então, quais são as principais formas de organização do trabalho no campo.

1.6 Trabalho rural assalariado e campesinato

Considerando que o foco desta pesquisa é compreender a relação entre os processos de articulação coletiva e a organização produtiva no contexto de um assentamento rural de reforma agrária, se faz necessário apontar que existem diferentes formas de organização do trabalho no contexto rural. Sendo assim, este tópico será iniciado com alguns apontamentos sobre as características do trabalho rural no Brasil.

As relações de trabalho no mundo rural podem ser muito diversificadas, constituindo um universo de vínculos trabalhistas que vão desde o trabalho escravo, passando pelo assalariamento rural (esporádico ou não), até o campesinato. Não tratarei aqui da discussão sobre o trabalho escravo, pois seria uma temática à parte, sobre a qual não foram observados quaisquer indícios durante a pesquisa de campo. Entretanto, a fim de apresentar informações suficientes para a compreensão de como se estrutura a organização produtiva nesse contexto, abordarei brevemente a questão do assalariamento rural e também do campesinato.

No que diz respeito ao trabalho assalariado no campo, as relações trabalhistas são marcadas pela tentativa de reproduzir os modelos produtivos industriais. Esses modelos se estendem para o campo, porém de forma ainda mais precária, visto que há o agravante da quase inexistente fiscalização, o que dificulta a garantia dos direitos trabalhistas nesse contexto.

Os/as trabalhadores/as no corte de cana-de-açúcar por exemplo, são frequentemente apontados como uma das categorias mais submetidas a condições muito penosas e precárias do ponto de vista da saúde. Peres (2009) confirma esta afirmação ao trazer dados da Previdência Social de 2006, indicando que “o número de acidentes de

trabalho no processo produtivo da cana-de-açúcar ultrapassou o da construção civil, setor que, historicamente, liderava no país o *ranking* desse tipo de acidente” (p. 1999).

Alessi e Navarro (1997) ressaltam que os/as cortadores/as de cana, também conhecidos/as como “boias-frias”, permanecem durante toda a jornada de trabalho expostos a intempéries, fuligem da cana queimada, temperaturas que podem ultrapassar os 40°C, além do risco de acidentes com animais peçonhentos, de acidentes com as ferramentas de trabalho e de intoxicação por agrotóxicos. De acordo com Alessi e Navarro (1997), soma-se a isto um ritmo de trabalho extremamente intenso, já que os trabalhadores chegam a cortar 14 toneladas/dia de cana. Estas condições são agravadas pela falta de local apropriado para guardar alimentos e água, de local para realizar as refeições e também pela falta de instalações sanitárias.

Outra questão relevante nesse tipo de trabalho rural é que esses/as trabalhadores/as não possuem controle sobre o produto, o ritmo de seu trabalho ou o cálculo realizado para fins de sua remuneração. A remuneração tem como base a quantidade de cana cortada, mas os/as trabalhadores/as não possuem recursos para conferir a medição que é realizada pelos feitores ou empreiteiros de mão de obra. Ficam, assim, em uma condição de grande submissão com relação aos contratantes que, em geral, são grandes usinas de açúcar e álcool, como, por exemplo, a que existe no mesmo município em que se localiza o assentamento estudado. Essa observação sobre o trabalho na cana-de-açúcar é importante, pois muitos/as participantes da pesquisa já exerceram ou, ocasionalmente, exercem esse tipo de atividade.

Por outro lado, no que diz respeito ao modo de produção camponês, a principal característica é que o agricultor tem a posse de seu principal meio de produção, ou seja, a terra. A definição clássica de Engels (1894-1981) do século XIX é bastante útil aqui:

Por pequeno camponês entendemos aqui o proprietário ou arrendatário – principalmente o primeiro – de um pedaço de terra não maior do que ele possa cultivar, de modo geral, com sua própria família, nem menor do que o que possa sustentá-lo e aos familiares. Este pequeno camponês é, portanto, como o pequeno artesão, um operário que se distingue do operário moderno pelo fato de ter ainda a posse dos seus meios de trabalho; é, conseqüentemente, um vestígio de um modo de produção de tempos pretéritos (p. 62).

Tomaz Jr. (2001) aponta três aspectos principais que caracterizam o campesinato. Para o autor, este modo de produção no meio rural diferencia-se dos demais porque estes/as trabalhadores/as não vendem sua força de trabalho aos capitalistas; porque eles/as são proprietários/as dos meios de produção – possuindo, portanto, maior autonomia na organização produtiva – e porque, apesar de não serem assalariados/as, ainda são membros da classe trabalhadora, uma vez que sobrevivem e sustentam suas famílias por meio do trabalho diário.

Para Brandenburg (2010), a “organização socioprodutiva camponesa” possui ainda outra característica fundamental, ou seja, não é orientada, exclusivamente, pela racionalidade instrumental, mas contempla também a subjetividade relacionada à organização do trabalho, desta forma, o autor explicita que:

[...] o camponês é um personagem trinitário, porque é proprietário, gestor e executor de seu próprio trabalho. Nessa perspectiva, a ação do camponês não é orientada exclusivamente pela racionalidade instrumental, mas por múltiplas dimensões ou racionalidades ligadas a seu projeto de vida. Sendo assim, o camponês desenvolve atividades diversas, não sendo um profissional especializado; além de agricultor, é também um artesão, na medida em produz instrumentos diversos, artesanatos e organiza sua própria fábrica (Brandenburg, 2010, p. 172).

O resgate desse saber ancestral sobre o manejo da terra e seus recursos permite que as pessoas possam “reorientar o próprio sentido que dão à vida, percebendo-se, então, como sujeitos que, ganhando autonomia, terão dadas as condições de

possibilidade de ser responsáveis por suas escolhas e decisões” (CFP/CREPOP, 2013, p. 35). Todavia, a imposição da industrialização na agricultura tem sufocado a cultura, o conhecimento e o modo de organização produtiva próprios do camponês, provocando uma crescente dependência dos agricultores em relação ao uso de insumos químicos e mecanização pesada, desestimulando as práticas produtivas que não estejam atreladas à assimilação destes produtos.

O caso dos/as trabalhadores/as assentados/as é exemplar com relação às contradições vividas no campo. Por haver uma aproximação com a experiência de trabalho camponês, algumas condições de trabalho adversas provenientes do modelo de organização produtiva capitalista – como a precarização, fragmentação de operações, intensificação das atividades e do ritmo de trabalho – podem ser menos significativas nesse contexto, visto que o/a trabalhador/a possui maior autonomia sobre a organização produtiva, reconhece o produto de seu trabalho e pode ver sentido nas atividades que realiza. Todavia, apesar de terem a posse da terra e maior autonomia no planejamento e execução das tarefas, esses/as trabalhadores/as sofrem com a dificuldade de acesso aos recursos necessário para a manutenção das atividades produtivas em seus lotes.

Desta forma, apesar de não serem assalariados/as rurais, os/as participantes da pesquisa também não poderiam ser considerados como camponeses, no sentido clássico. Entretanto, como ressalta Bastos (1984), a expansão do capitalismo na agricultura provocou também uma crescente “diferenciação do campesinato”, impossibilitando a definição de limites claros entre as relações de reprodução capitalistas no campo. De acordo com essa autora, o campesinato persiste, porém, recriando-se constantemente.

Em um cenário que dificulta o reconhecimento de pertencimento a uma classe, questão que poderia contribuir para a formação de um sujeito político, os/as assentados/as de Araras preferem reconhecer-se enquanto agricultores/as familiares.

Aparentemente, isso ocorre porque a identidade de agricultor/a familiar é reforçada pela exigência dessa condição para a inserção em políticas públicas direcionadas ao campo. O acesso a essas políticas, muitas vezes, pode ser a única alternativa para buscar recursos necessários para a permanência das famílias nos lotes, por isso a adequação aos critérios para a inserção em determinados programas é espontânea. Mais a diante, discutiremos como a identificação enquanto agricultores/as familiares pode representar um obstáculo à identificação dos/as participantes da pesquisa como sem-terra, ou até mesmo como assentado/a.

Portanto, nesta pesquisa, abordaremos a perspectiva de trabalhadores/as que foram assentados/as em pequenos lotes de terra e que desenvolvem um tipo de trabalho no campo que possui características distintas do trabalho assalariado, pois consiste na participação efetiva no desenvolvimento de atividades agropecuárias para comercialização e para o autoconsumo das famílias. Apesar de ter a posse de um lote e, eventualmente contratar mão de obra de terceiros para atividades pontuais, os/as trabalhadores/as rurais assentados/as contam principalmente com o trabalho da própria família para a produção de subsistência, bem como para comercialização, aproximando-se da categoria de pequeno camponês como descrito por (Engels, 1894 - 1981). Em contrapartida, paralelamente, estes/as mesmos/as trabalhadores/as também estão submetidos/as à mesma lógica do assalariamento, no sentido de que grande parte deles/as ainda depende economicamente do trabalho fora do assentamento, na cidade ou em outros estabelecimentos rurais, como a usina de cana, por exemplo.

1.7 Reflexos das contradições da questão agrária na história de vida dos/as assentados/as

Considerando os aspectos macroestruturais apresentados até aqui, bem como a relevância dos mesmos no comprometimento da viabilidade econômica dos assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil, este capítulo será encerrado com a discussão sobre como essas contradições se refletem na história de vida dos/as assentados/as e na prosperidade dos assentamentos.

Scopinho (2012) ressalta que a dificuldade de permanência nos assentamentos está relacionada aos diversos obstáculos que os/as assentados/as acumulam em sua trajetória de vida, pois muitos buscam participar de um movimento social em favor da reforma agrária, principalmente, para fugir da pobreza e da violência das periferias urbanas. De acordo com a autora, alguns dos motivos apontados como determinantes para a participação em movimentos de luta pela terra são a falta de perspectiva de melhoria das condições de vida, a convivência cotidiana com o desemprego e a precariedade dos trabalhos informais em diversos setores da economia, tanto rural quanto urbana. Scopinho também verificou que, mesmo no contexto dos assentamentos rurais, existem diversas dificuldades no que concerne ao planejamento e execução da atividade produtiva, visto que, muitas vezes, as famílias não possuem recursos para a própria subsistência.

Segundo Leite et al. (2004), essa é a condição de grande parte dos/as trabalhadores/as que participam de ocupações de terra no Brasil. Em um movimento migratório contrário, ou seja, da cidade para o campo, muitos nunca trabalharam no meio rural, envolvendo-se com as lutas pela terra, inicialmente, pela necessidade de moradia. Para Scopinho (2008), a migração involuntária configura-se como uma das principais violências sofridas por esses/as trabalhadores/as. Por conta desse movimento migratório difuso, a diversidade sociocultural é uma característica marcante na constituição dos assentamentos no interior do estado de São Paulo, e consiste em uma

questão importante para a organização da coletividade nos assentamentos. Por outro lado, embora o histórico de vida de muitos/as assentados/as possa revelar uma trajetória de trabalho predominantemente urbana, a maioria possui algum tipo de vínculo com a terra, por ter nascido na área rural ou por reconhecer as origens de sua família no campo.

Independentemente do histórico de trabalho na cidade ou no campo, a manutenção da produtividade agrícola vai além da conquista da terra enquanto espaço e substrato para o trabalho. Requer, também, acesso a financiamento e subsídios para viabilizar a atividade produtiva, como equipamentos agrícolas, ferramentas, sementes/mudas, regularização do solo (química e física), irrigação, etc. Além disso, é importante considerar que o trabalho no campo se caracteriza por uma rotina intensa de atividades desenvolvidas para o manejo da terra, a manutenção de culturas diversas e a criação de animais variados, que compõem um sistema complexo e interdependente (Gemma, Tereso & Abrahão, 2010).

Portanto, a fim de analisar a relação entre os processos de articulação coletiva e organização produtiva nos assentamentos, há que se considerar também as condições externas às unidades de produção agrícola, que são igualmente importantes para a manutenção da produtividade nos lotes. Questões como as condições do solo, condições climáticas, tecnologia necessária para a produção, acesso a financiamento, condições de escoamento da produção e relação com o mercado consumidor podem ser determinantes no sentido de possibilitar ou impedir o alcance da situação necessária para que esses/as agricultores/as possam, de fato, ter uma vida digna a partir do trabalho nos lotes.

Considerando estas observações, acreditamos que, apesar de exercer uma atividade bastante distinta do que se faz em uma linha de montagem em uma fábrica urbana ou no corte de cana, por exemplo, o/a trabalhador/a rural assentado/a também

sofre as consequências da reestruturação produtiva e da precarização do trabalho em virtude do contexto macroestrutural no qual está inserido. Ou seja, eles/as também são afetados/as pelas contradições do sistema capitalista. Assim, a articulação política para compreender e interferir nesse contexto se faz fundamental para esses atores.

Nesse sentido, as ações coletivas e os movimentos sociais institucionalizados assumem a perspectiva de um espaço de luta e organização de modelos alternativos de produção e socialização, com repercussões diretas para a qualidade de vida desta população. Para tanto, esses movimentos retomam a discussão sobre o projeto de reforma agrária integral e buscam promover relações de cooperação contribuindo para a formação dos assentamentos enquanto espaço privilegiado pela luta por condições dignas de vida, de trabalho e de moradia. A organização dos assentamentos sob essa perspectiva pressupõe a construção de espaços significativamente importantes, pois implica “pensar o processo de ocupação da terra a partir de uma lógica organizativa, fundamentada na cooperação e na autogestão” (Scopinho, 2010). No último capítulo, a partir da apresentação dos resultados da pesquisa, serão abordadas as especificidades dessa lógica organizativa no assentamento pesquisado.

A seguir, serão apresentadas algumas reflexões a respeito da aproximação entre a Psicologia em questões relativas à terra.

1.8 Semeando novas perspectivas: aproximações recentes entre a psicologia e a questão agrária



Figura 3 - Evento para inauguração da concessão de uso do centro comunitário para a Associação Terra Boa. Foto: Caroline C. de Sousa.

Tradicionalmente uma ciência voltada para o estudo e intervenção em áreas urbanas (Vasquez, 2009; Landini, Benítez, & Murtagh, 2010), recentemente, a Psicologia começa a se voltar para outros contextos. Atualmente, é possível notar o crescimento expressivo de profissionais em Psicologia que têm voltado sua prática para questões relacionadas ao meio rural, aos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, atingidos por barragens, etc.

Leite e Dimenstein (2013) apontam que grande parte dos estudos realizados sobre o mundo rural e, em especial, sobre assentamentos de reforma agrária, abordam principalmente os aspectos econômicos e sociais destes contextos e poucos estudos

abordam a importância dos aspectos subjetivos referentes ao processo de luta pela terra e a vida cotidiana nos assentamentos.

Deste modo, a realização desta pesquisa teve um caráter interdisciplinar, visto que os pressupostos da sociologia rural foram cruciais para a compreensão das especificidades do trabalho no campo, bem como as contradições entre o trabalho rural assalariado e o campesinato, já apresentadas no primeiro capítulo.

Vale destacar que, nas ciências sociais, a ruralidade como campo de estudo e de atuação prática é uma área bastante consolidada. De modo que subáreas como a sociologia rural ou antropologia rural não causam estranheza, mesmo para aqueles que não são da área. Em contrapartida, na Psicologia, as contribuições para as problemáticas relacionadas à questão da terra ainda são pouco expressivas. Apesar de pouco difundida, a Psicologia Rural certamente traz contribuições importantes, que não poderíamos deixar de mencionar, destacando os trabalhos de pesquisadores brasileiros, como, por exemplo, Alessi e Navarro (1997), Gonçalves (2015), Leite, Macedo, Dimenstein, & Dantas (2013), Monteiro (2015), Scopinho (2012), Ximenes & Moura-Júnior (2013), e, no âmbito da América Latina, a publicação do livro “Hacia una Psicología Rural Latinoamericana”, uma coletânea com os trabalhos apresentados no *I Congreso Latinoamericano de Psicología Rural*, realizado em 2013 na Argentina, e organizada por Landini, Benítez, & Murtagh (2010).

No Brasil, assim como na América Latina, o desenvolvimento da Psicologia Rural como subárea da Psicologia tem como um dos principais marcos teórico-epistemológicos a Psicologia Comunitária latinoamericana. A principal contribuição da Psicologia Rural sob esta perspectiva seria, como apontam Landini, Benítez, & Murtagh (2010), desmistificar a redução do humano ao urbano, a confusão entre o particular e o universal, que toma a parte como o todo e permeia as diferentes concepções de mundo

que orientam a construção de conhecimento em Psicologia. Isto ocorre, pois, tradicionalmente, a Psicologia tem tomado como referência as populações urbanas e universalizado as experiências observadas neste contexto, deixando em segundo plano as especificidades das formas de socialização que podem ser vividas fora dos grandes centros urbanos.

De maneira geral, na formação em Psicologia não há uma disciplina ou outros espaços durante o curso que focalizem as especificidades do mundo rural. Em consequência disso, muito poucas/os psicólogas/os estudam ou atuam em contextos rurais. A construção de conhecimento sobre as particularidades psicossociais da população rural é, portanto, uma importante lacuna na Psicologia. Entretanto, com a recente expansão do ensino superior e a disseminação de cursos de Psicologia para além das grandes metrópoles, os psicólogos têm cada vez mais se aproximado dos serviços públicos, especialmente das políticas públicas de saúde e de assistência social, fato que tem possibilitado um movimento inicial de mudanças na formação profissional. Para Leite e Dimenstein (2013), é nesse contexto que começa a surgir o interesse pela questão agrária, principalmente na Psicologia Social, de forma que os psicólogos passam a aproximar-se dos movimentos sociais e a voltar-se para questões relativas à terra, entre outras, que tradicionalmente não faziam parte da atuação destes profissionais (CFP, 2013).

Nessa perspectiva, a Psicologia Comunitária, enquanto subárea da Psicologia Social, pode trazer contribuições importantes, pois trata-se de um referencial teórico epistemológico construído a partir da realidade latinoamericana, que “tem como objetivo o desenvolvimento do sujeito comunitário” (Ximenes & Moura-Júnior, 2013, p. 459), voltado para a transformação social, que não pretende explicar com categorias psicológicas o que é de ordem social/estrutural. Essa forma de olhar para a realidade

busca contemplar toda sua complexidade, partindo do princípio de que os fenômenos humanos são multideterminados. Desse modo, a interface entre Psicologia e a questão da terra está instrumentalizada para contribuir com o enfrentamento das desigualdades históricas criadas em nosso país pela concentração de terras e a expulsão dos/as trabalhadores/as do campo.

Assim, por reconhecermos a importância da articulação com movimentos sociais de luta pela terra, como o MST, enfatizamos a necessidade de articulação da Psicologia Rural com os movimentos sociais do campo e da cidade, ou seja, sua aproximação às demandas sociais. Trata-se, portanto, de compreender como as populações rurais vivem, quais suas principais potencialidades e necessidades, como o desenvolvimento econômico e tecnológico afeta essa população, quais os impactos do agronegócio para sua vida cotidiana, como a saúde é afetada pela possibilidade de contaminação do solo e das águas, qual a importância do movimento de Agroecologia, além de outras questões, como reconhecer a relevância da diversidade e da riqueza cultural do campo.

O documento “Referências Técnicas para a Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra” (CFP/CREPOP, 2013), elaborado pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP em parceria com o Conselho Federal de Psicologia – CFP, apresenta alguns aspectos com os quais a Psicologia pode se comprometer e dar contribuições relacionadas a essa temática.

Uma relevante contribuição da Psicologia Rural seria o estudo e a atuação sobre a diversidade de relações de trabalho estabelecidas no campo. Como exemplo, poderíamos citar a problemática dos/as assalariados/as rurais (que muitas vezes vivem na cidade) e sua contraposição ao que se aproxima do modo de vida camponês, ou seja, o/a pequeno/a produtor/a rural ou agricultor/a familiar. Outra questão seria o planejamento da atividade produtiva, que pode se dar de forma individual ou coletiva;

exclusivamente orientada pela racionalidade econômica ou incorporando pautas dos movimentos sociais do campo. A Psicologia pode, ainda, contribuir com a discussão sobre como é feita a articulação para a comercialização e quais são as experiências organizativas construídas no contexto rural: como é a representatividade institucional, como se estabelecem associações ou cooperativas, quais são as relações de poder instituídas, etc.

Com relação ao processo saúde-doença, salienta-se a problemática da violência no enfrentamento cotidiano da luta pela terra (pela conquista da terra e também pela permanência nela), a vivência de discriminação, as condições de vida e trabalho degradantes, as possibilidades de contaminação por produtos químicos, etc. Outra questão que pode ser foco da Psicologia é o importante debate sobre os diferentes sentidos da vida social no campo e diferentes formas de sociabilidade, como é a proposta das ecovilas, por exemplo. A defesa de uma educação no e para o campo também se caracteriza como uma importante frente de atuação.

Estes são alguns exemplos de possíveis contribuições da Psicologia Rural. Lembrando que há outras temáticas de extrema relevância que também permeiam a questão rural, como a luta dos povos indígenas, dos quilombolas, das comunidades tradicionais e pela demarcação de terras.

Portanto, acredita-se que o papel da Psicologia neste contexto possa ser muito amplo, no sentido de utilizar seu aparato teórico-metodológico (e construir novos referenciais) para contribuir com a desconstrução das representações pejorativas acerca do contexto rural, criadas em benefício do desenvolvimento, da industrialização do campo e do incentivo à migração para a área urbana. Além dessa questão, há ainda a possibilidade de transformar também as representações negativas a respeito da figura dos/as sem-terra, aspecto que marca a constituição da identidade destes/as

trabalhadores/as rurais despolitizando a proposta de luta pela terra. Com isto, a perspectiva da Psicologia Comunitária oferece uma importante contribuição para a ressignificação das representações propagadas a respeito da dicotomia entre rural e urbano.

Partindo desses princípios, durante o trabalho de campo da presente pesquisa, foram feitas várias pequenas intervenções no sentido de reforçar a importância de assumir sua condição de sem-terra e ter orgulho deste lugar, de reconhecer as dificuldades, mas, apesar disto, compreender a importância histórica de seu papel para a mudança nas relações de poder por meio da democratização do acesso à terra.

1.8.1 Contribuições da Psicologia Comunitária

De acordo com Freitas (2004), as primeiras intervenções da Psicologia em comunidades no Brasil ocorreram entre as décadas de 1970/80 e foram direcionadas à população rural recém-chegada às cidades. Inicialmente, essas ações eram de caráter educativo e tinham a finalidade de contribuir para a adaptação desta população a um novo ambiente, bem como ao trabalho na indústria. Como veremos a seguir, as diferenças filosóficas, políticas e ideológicas entre a Psicologia Comunitária¹ e outras vertentes psicológicas com práticas direcionadas às comunidades são significativas.

A vertente da Psicologia Comunitária, de acordo com Ximenes & Moura-Júnior (2013), busca construir uma trajetória de atuação tanto em contextos urbanos como rurais, sempre priorizando a atenção à população em situação de pobreza, com o intuito

¹ Há diferentes denominações como Psicologia Comunitária, Psicologia Social Comunitária e Psicologia da Libertação que se aproximam no modo de conceber a práxis cotidiana nos mais diversos contextos. Para um esclarecimento sobre as particularidades de cada vertente ver Góis e Freitas. Neste trabalho utilizaremos a denominação Psicologia Comunitária, tal como defendida por Monteiro, que ressalta a importante articulação entre a perspectiva crítica da Psicologia Social e o conhecimento produzido especificamente a partir da realidade latinoamericana.

de romper com a tendência histórica da Psicologia em priorizar a atenção às classes média e alta.

De acordo com Montero (1999), a Psicologia Comunitária surgiu entre as décadas de 1960/70, enquanto subdisciplina da Psicologia Social e com a proposta de constituir uma disciplina orientada para a transformação das estruturas de dominação. Góis (2008), destaca o surgimento da Psicologia Comunitária como desdobramento de uma série de questionamentos à Psicologia Social tradicional, que tratava basicamente de estudar e intervir sobre questões como o ajustamento social sem contextualização histórica ou cultural, mantendo o distanciamento em relação aos problemas sociais.

A Psicologia Comunitária surge, portanto, no bojo de uma crise interna à Psicologia Social. Nesse movimento, eram questionadas as concepções teórico-metodológicas da disciplina (Farr, 1999) e levantadas as preocupações com o contexto histórico e a ideologia, a fim de se aproximar da sociedade e comprometer-se com as problemáticas por ela enfrentadas. A partir deste movimento, a disciplina passou a incorporar novas categorias e conceitos orientados para a mudança social (como os de ideologia, alienação, empoderamento, etc.) com a finalidade de subsidiar o debate científico sobre a compreensão dos problemas psicossociais a partir de determinantes sócio-históricos. Portanto, buscava-se a compreensão da relação entre os sistemas sociais e a constituição dos indivíduos, bem como quais seriam os aspectos psicossociais determinantes para o desenvolvimento humano integral. Por se tratar de uma vertente da Psicologia que busca compreender a relação entre pessoas e seus ambientes, o objeto de estudo da Psicologia Comunitária é a relação entre indivíduo e sociedade, contemplando a articulação entre as esferas micro e macrosocial. Montero (2004) define a Psicologia Comunitária como:

[...] la rama de la psicología cuyo objeto es el estudio de los factores psicosociales que permiten desarrollar, fomentar y mantener el control y poder que los individuos pueden ejercer sobre su ambiente individual y social para solucionar problemas que los aquejan y lograr cambios en esos ambientes y en la estructura social (p. 32).

A Psicologia Comunitária incorpora, portanto, o caráter político do trabalho psicossocial, contribuindo para a modificação de contextos microssociais, para o desenvolvimento de comunidades por meio da mobilização e fortalecimento dos indivíduos, utilizando como método de trabalho os processos de facilitação social. Nesses processos de facilitação, são desveladas e discutidas as estruturas opressoras da sociedade que comprometem a potencialidade dos indivíduos (Ximenes & Gois, 2011). O facilitador desse processo de desvelamento das estruturas opressoras (Guzzo, 2011) e de uma compreensão crítica da realidade é o diálogo enquanto processo de interação social horizontal, tal qual defendia Freire (1987).

Ainda segundo Montero (2004), a característica primordial da Psicologia Comunitária é a participação ativa daqueles que integram uma comunidade. Nesse sentido, sua práxis parte do princípio de destacar as potencialidades dos indivíduos e da comunidade e não suas deficiências. Por isso, a Psicologia Comunitária tem uma relação com a perspectiva de resistência cotidiana, com o rompimento dos mecanismos de cerceamento, o compromisso em dar visibilidade aos enfrentamentos e microrresistências, em pequenos grupos ou mesmo individualmente.

Assim, uma das principais formas de atuação sob esta vertente pode ser a mudança dos sentidos atribuídos pela comunidade ao espaço de convivência cotidiana por meio de processos de facilitação e estratégias de fortalecimento dos vínculos comunitários. E, como esclarecem Ximenes & Moura-Júnior (2013):

[...] o desenvolvimento comunitário se refere a uma estratégia socioeconômica, política e psicológica, promovendo igualmente o

surgimento do sujeito comunitário, no qual os moradores estão em um processo constante de aprofundamento de consciência, de cidadania e de autonomia (Ximenes & Moura-Júnior, 2013, p. 466).

Dessa forma, um dos principais movimentos a serem realizados pelos/as profissionais da área seria identificar potencialidades nos atores e no território, contribuindo para a desnaturalização da tendência de identificação de fragilidades. Outra frente de atuação seria a construção de parcerias com instituições e lideranças comunitárias para a inserção no campo de pesquisa/atuação. A imersão na comunidade possibilita a criação de vínculos afetivos que viabilizam o acesso a uma melhor compreensão das crenças e valores que permeiam a vida comunitária.

Nos países da América Latina, predomina o modelo sócio-comunitário de Psicologia Comunitária, a partir de autores, como Góis (2008), Martín-Baró (1996), Montero (1999), Montero (2004), Montero (2006) Freitas (2004), que constroem uma perspectiva libertadora da psicologia, buscando contribuir com o combate à opressão, exploração e dominação dos povos latino-americanos. Como aponta Góis (2008), “essa preocupação implica a *construção de novos marcos conceituais*, mais abrangentes, que fundamentem mais a busca de especificidade e objetividade da Psicologia Comunitária” (p. 281, grifo nosso).

A criação desses novos marcos conceituais surge a partir do questionamento da Psicologia Social enquanto ciência, mas também da problematização das relações de dominação na América Latina e as consequências do processo de colonização que marcaram profundamente a subjetividade dos povos latino-americanos (Quijano, 2005). Além disso, está orientada para a solução de problemas e questões importantes para a população, como a saúde, moradia, educação, ambiente, trabalho, etc. O modelo teórico prático da Psicologia Comunitária se baseia no tripé teoria-prática-compromisso social.

Sua práxis, portanto, pode ser compreendida como o processo de reflexão no qual se articulam teoria e prática viabilizando uma ação transformadora (Montero, 1999).

A construção deste modelo foi possível por seu caráter interdisciplinar, que articula, neste movimento, diferentes áreas afins, como a Educação Popular, a Sociologia, a História, a Ecologia, etc. Nas palavras de Montero (2004):

Esto significa que lo primero en estar claro fue el objeto y su fundamentación valorativa y a partir de su definición y enriquecimiento en la práctica se fueron produciendo conceptos y haciendo aportes al método, tomados en gran parte de la psicología social y de otras ciencias sociales (antropología, etnología, sociología) (p. 32).

Considerando essa perspectiva de Psicologia enquanto profissão e ciência, Martín-Baró (1996) questionava o efeito que a atividade psicológica pode produzir em determinada sociedade. E, com base em suas reflexões sobre a desnaturalização do contexto social, sobre a necessidade de mudança das condições de opressão e o compromisso da Psicologia em colocar seu conhecimento a serviço das camadas populares, Martín-Baró afirmou que a “conscientização constitui-se no horizonte primordial do *quefazer* psicológico” (p. 15). Para o autor, a conscientização, assim como a alfabetização (de acordo com o método de Paulo Freire), seria o instrumento para a leitura da realidade por meio de um processo dialético e dialógico. Este processo permite ao ser humano criar novas formas de ação, construir um novo saber sobre si mesmo e assumir um papel ativo na construção de sua própria história.

A atuação na comunidade, portanto, busca contribuir com a ressignificação do território, transformando os sentidos atribuídos pelas pessoas ao contexto, às relações ali estabelecidas, de tal forma que a inserção no campo deve sempre ser orientada pelo compromisso com a melhoria das condições de vida da população (Freitas, 1998). Assim, a participação efetiva da população nesse processo é fundamental, de modo que

o método escolhido para a realização de uma pesquisa científica a ser realizada a partir do referencial teórico da Psicologia Comunitária deve permitir que os objetivos da pesquisa possam ser transformados ao longo do processo. Logo, a práxis em Psicologia Comunitária deve ser pensada em conjunto, pois as potenciais contribuições originadas deste processo dependem do tipo de inserção do profissional em campo, do espaço negociado entre os diversos atores que compõem o contexto em questão. Seu método, então, é tanto científico quanto político. E, no que se refere à pesquisa nessa área, deve buscar a construção de um conhecimento crítico, formado a partir da contestação de uma realidade opressora e que tem por objetivo consolidar uma práxis voltada a mudança social (Goes, Ximenes, & Moura Jr., 2015).

No próximo capítulo, além da apresentação do método, será feita a contextualização do campo de pesquisa. Serão apontados alguns aspectos como a história de sua ocupação, sua estrutura e divisão física, suas características atuais e as impressões sobre sua dinâmica interna.

2. TECENDO CAMINHOS: O MÉTODO E O CAMPO DE PESQUISA



Figura 4 – Detalhe da teia de aranha com pepininhos ao fundo. Os pepininhos não são deliberadamente semeados, mas germinam espontaneamente pelo lote do Sr. Valdemar, que os acolhe como surpresas muito bem-vindas e saborosas. Foto: Caroline C. de Sousa.

El problema no hay que buscarlo tanto en la lógica interna de la respuesta, cuanto en el sentido de la pregunta; no hay que mirar tanto si la solución es válida al interior del esquema, cuanto si el esquema es históricamente aceptable (Martín-Baró I, 1983, p. 3).

Em consonância com os objetivos da pesquisa, consideramos que, no universo das possibilidades da abordagem qualitativa, o método etnográfico seja o mais adequado para orientar o desenvolvimento do estudo realizado. A utilização do método etnográfico nos permitiu não apenas compreender os aspectos relativos às potencialidades e contradições do processo de articulação coletiva neste contexto, mas também refletir sobre o modo como cada trabalhador/a rural assentado/a é afetado/a por esse fenômeno.

A etnografia, portanto, não é apenas um método que permite reconhecer a variação de diferenças culturais, mas também possibilita ao/à pesquisador/a aproximar-se ao modo como se atribui sentido ao mundo na vida cotidiana, ou seja, possibilita a compreensão dos processos sociais, sem a pretensão de construir leis universais ou teorias do comportamento humano que reduzem a complexidade dos processos sociais cotidianos.

Rockwell (1987), aponta que esse enfoque caracteriza-se por oferecer a oportunidade de compreender a realidade social e o cotidiano mediante a própria concepção dos participantes da pesquisa, processo que só poderá ocorrer a partir da imersão do/a pesquisador/a em campo por um tempo relativamente longo, de forma que este/a possa fazer parte da rotina do contexto estudado. Neste sentido, as observações e conversas podem ser gravadas e transcritas, mas, as impressões do pesquisador, em geral, são mais relevantes que a totalidade do que foi dito em palavras. Há também, a possibilidade de utilizar outros recursos como documentos, mapas, fotos ou outras fontes de informação que complementem o trabalho de campo.

Por se tratar de um enfoque que permite a articulação entre as esferas micro e o macrossocial (Sato, 2001), no método etnográfico, todas as reflexões realizadas durante

a pesquisa articulam diretamente os elementos externos à situação pesquisada com a produção das representações ou dos conhecimentos locais.

Segundo Geertz (2002), a teia de conceitos do senso comum é formada a partir da vivência cotidiana, mas, apesar de corresponder exatamente ao que se vive, não é caracterizado apenas pela experiência imediata. Para o autor, o senso comum é um sistema cultural construído historicamente, a partir da avaliação e interpretação da realidade vivida, ou seja, é um sistema de concepções práticas e morais para “lidar com problemas cotidianos, de uma forma cotidiana, e com alguma eficácia” (p. 117).

Outra característica interessante do método etnográfico é a possibilidade de construção de conhecimento sobre uma determinada realidade social ser aberta à discussão sobre a relevância da pesquisa, para que a comunidade possa refletir sobre o sentido da participação nesse processo de construção de conhecimento (Hammersley e Atkinson, 1994). Com isso também podem ser levantadas possibilidades de atuação, a partir do trabalho etnográfico, para além da localidade onde foi realizada a pesquisa.

O conhecimento construído neste processo, portanto, não é estável, pois a investigação social é um fenômeno sócio-histórico, atravessado por diferentes concepções de “verdade”, construídas em contextos específicos. Entretanto, na etnografia, esse posicionamento não é visto como uma variável a ser eliminada, mas, ao contrário, deve ser um dos aspectos que compõem o processo de análise. De acordo Weber (2009), “uma das características da pesquisa de campo etnográfica é a de ser antes um fator de transformação de hipóteses do que um dispositivo para confirmá-las ou invalidá-las” (p. 61).

Autores como Rockwell (1985) e Sato (2001) apontam que, por não ignorar as concepções políticas e epistemológicas do pesquisador, o método etnográfico permite que se esclareça de antemão qual será a concepção de mundo a partir da qual será

abordado o fenômeno estudado. Portanto, a investigação etnográfica caracteriza-se por um processo ativo, construído por meio da observação seletiva em campo e sua respectiva interpretação teórica. O processo de análise realizado para conclusão desta pesquisa consistiu da leitura sistemática do material produzido, buscando, a partir do referencial teórico-metodológico adotado, atribuir sentido a essas informações. Todo o material produzido durante a pesquisa foi, portanto, submetido à análise interpretativa hermenêutica (Geertz, 1926-2008).

Hammersley & Atkinson (1994) destacam, ainda, que apesar de partir de uma questão inicial e de uma preparação teórica prévia, no método etnográfico, a investigação não pode ser completamente definida antes da aproximação ao campo de pesquisa. No caso da presente pesquisa, como será descrito abaixo, a fase inicial foi marcada por um período exploratório, em que foi discutido, com um primeiro informante, quais seriam as possibilidades de contato com o restante dos/as assentados/as.

A seguir será apresentado o cenário da pesquisa, bem como algumas observações sobre como a inserção em campo foi orientada pelo método etnográfico.

2.1 O cenário da pesquisa: vida e trabalho no assentamento



Figura 5 - Ignácio (assentado da área III) cuidando de suas sementes. Ele é aposentado, portanto, trabalha de acordo com suas necessidades, cultivando plantas típicas da sua região de origem, o nordeste. Além de ser uma forma de produzir alimento para consumo próprio e comercialização, é também a maneira que encontra de manter suas raízes, mesmo que em outras terras. Foto: Caroline C. de Sousa.

Então, lá (sua cidade natal, no interior de Minas Gerais) é muito bom!
Se o cara for pra lá e tiver como viver sem depender do trabalho, aí o
cara pode viver a vida mesmo.

(Cassildo, pedreiro, sonhando com a aposentadoria no campo)

Esta pesquisa foi realizada em um assentamento, localizado no município de Araras-SP, a 172 km da capital. Este assentamento é formado por quatro áreas distintas: área I, II, III e IV. Dentro do município, o assentamento localiza-se em uma região conhecida como Horto Florestal Loreto, localidade muito próxima aos bairros da zona

leste², a maioria deles, formados por casas populares, provenientes de programas de habitação e com alta densidade populacional. Além da proximidade com a área urbana, é importante ressaltar que este conjunto de áreas que forma um assentamento também faz fronteira com a plantação de cana-de-açúcar que abastece a usina São João Açúcar e Álcool S/A localizada no mesmo município. Nesta apresentação do entorno do assentamento e suas características, é importante salientar que a produção canavieira é a principal atividade econômica da cidade de Araras, já que 77% de seu território é destinado à atividade agropecuária e deste total, 53% é ocupado com o cultivo de cana-de-açúcar (Andrade, 2013). Em contraposição ao predomínio do cultivo da cana-de-açúcar, Andrade (2013) aponta que, inicialmente, a produção agropecuária dos assentamentos consistia basicamente no cultivo de algodão, milho, frutas cítricas, bem como a criação de aves e gado.

Na atualidade, a produção no assentamento varia muito de acordo com as condições de cada lote e também de acordo com as possibilidades de cada assentado/a. Apesar das diferenças significativas entre as quatro áreas que compõem o assentamento, em todas elas é possível encontrar lotes com uma produção agrícola variada, como também lotes muito pouco aproveitados para atividades produtivas. Mas, de forma geral, o que se tem produzido são hortaliças (abóbora, alface, couve, berinjela, quiabo, beterraba, repolho, rúcula, temperos diversos, etc.) e frutas da época (banana, abacate, abacaxi, acerola, limão, laranja, jaca, etc.). A maioria dos que têm uma atividade regular no lote produz também mandioca, feijão e milho. Também se pode encontrar produtos de origem animal, como leite, queijo, ovos, carne de frango e de porco³. Além disso, há ainda os produtos artesanais, como pães, bolos, compotas e doces em geral.

2 Como pode ser observado no mapa geral do assentamento (anexo 1).

3 Produtos vendidos apenas para pessoas conhecidas, visto que não possuem certificação da vigilância sanitária e do Ministério da Agricultura para comercializar produtos de origem animal.

Apesar de estarem geograficamente interligadas, cada área do assentamento tem características muito distintas, pois foram constituídas em diferentes períodos históricos, por trabalhadores/as com origens diversas e com uma diminuição progressiva do tamanho dos lotes, especialmente na área IV.

As áreas I e II foram criadas concomitantemente, em 1984, nas quais foram assentadas seis e catorze famílias, respectivamente, em lotes que tinham uma extensão de, aproximadamente, 11 a 13 hectares. De acordo com Itani (2007), este foi um dos primeiros assentamentos criados a partir da divisão de terras públicas no Estado de São Paulo. As primeiras famílias assentadas eram formadas por trabalhadores da zona rural da cidade que tinham vínculo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araras e região – SINTRA, que coordenou, junto ao Instituto de Terras de São Paulo – ITESP, as negociações a respeito da quantidade de famílias a ser assentada em cada área e também o modo como seria feita a divisão dos lotes. Dessa forma, nas áreas I e II foram assentadas famílias que possuíam uma história de vida e trabalho ligada à terra. Como aponta Andrade (2013), 53,3% das mulheres e 73,3% dos homens eram pequenos/as agricultores/as ou assalariados/as rurais. Deste modo, nessas áreas, grande parte dos/as assentados/as, mesmo sem terem uma pequena propriedade, já possuíam uma relativa experiência no manejo com a terra e com os animais, com a administração dos recursos e do produto de seu trabalho.

Já na área III, criada em 1998, foram assentadas 46 famílias em lotes de aproximadamente seis hectares. Esta área tem características distintas das duas primeiras, principalmente em virtude do modo como se deu sua ocupação. De acordo com o relato do/as assentados/as, foi a única área na qual houve um período de

acampamento que precedeu a demarcação de terras⁴. No caso da área III, foram os/as moradores/as dos bairros próximos ao assentamento que se mobilizaram para a ocupação e ali permaneceram acampados durante o período de negociação com o Estado, que se estendeu por aproximadamente um ano. Neste período, segundo os/as próprios/as assentados/as, elas/as vivenciaram uma experiência intensa, na qual chegaram a criar uma cozinha comunitária e construir, coletivamente, suas normas de convivência. Sobre esta época, os relatos revelam muitas dificuldades, mas também estão marcados pela experiência de sentimento de coletividade, de lutas comuns e criação de laços de amizade e de vínculos de solidariedade.

A área III também diferencia-se das duas primeiras pelo histórico de trabalho dos assentados, pois somente 21,7% das mulheres e 16,7% dos homens (Andrade, 2013) estavam trabalhando no campo, como assalariados ou como pequenos agricultores no período que precedeu a ocupação. As atividades mais comuns entre os homens eram as de metalúrgico, pedreiro, pintor e mecânico. Entre as mulheres, muitas eram empregadas domésticas, vendedoras autônomas ou metalúrgicas. Apesar da diversidade de ocupações identificadas entre os/as assentados/as, todos/as com os/as quais tive contato durante a pesquisa relataram ter história de vida ligada ao trabalho ou moradia no campo.

Os/as trabalhadores/as que pleiteavam a terra, neste caso, em geral não tinham a mesma experiência de trabalho no campo que os/as anteriormente assentados/as. Muitos/as deles/as eram imigrantes da região nordeste do país, como histórico de trabalho assalariado, tanto no campo como na cidade. A maioria já havia trabalhado em indústrias da região, na construção civil, como autônomos em diversas atividades ou mesmo como trabalhadores rurais assalariados nas usinas de cana ou outras fazendas

4 Nas áreas I e II, chegou a haver um movimento de ocupação realizado por integrantes do MST. Mas, estes foram, posteriormente, assentados no município de Sumaré – SP, e não em Araras.

que plantam laranja, algodão e café na região. Com a história de vida permeada por condições precárias de trabalho e marcada pela imigração, esses/as trabalhadores/as viram no assentamento a possibilidade de se fixar em um local que consideravam interessante e ainda conseguir alguma garantia de sobrevivência, visto que o lote poderia solucionar tanto seu problema da falta de trabalho como de moradia.

Assim, é possível dizer que a grande maioria destas pessoas não possuía experiência de trabalho em pequenas propriedades, uma vez que muitos/as foram trabalhadores/as rurais assalariados/as, que realizavam um trabalho determinado por outros (heterodeterminado), de forma que, alguns, ainda necessitavam desenvolver a capacidade de planejar sua rotina de trabalho ou ter algum poder de decisão sobre o produto e o valor de seu trabalho. Este histórico, ainda que não inviabilizasse o trabalho no assentamento, dificultava o desenvolvimento de atividades agropecuárias nos lotes, visto que estas são compostas por um complexo conjunto de ações a serem realizadas em função dos recursos naturais de que se dispõe (ou se pode comprar) e, sobretudo, dos ciclos da natureza. Esse tipo de conhecimento, indispensável à atividade agropecuária, teve de ser resgatado ou aprendido pela maioria dos/as assentados/as neste período.

Já a área IV tem características de um loteamento urbano (Montovanelli, 2012), no qual foram assentadas 30 famílias. Criada em 2005, tem como principal diferencial o tamanho do lote (que é significativamente menor que nas demais áreas) e a proximidade com a cidade, uma vez que faz fronteira com uma rua asfaltada. Os lotes da área IV possuem apenas um hectare e as famílias ali assentadas também são provenientes de bairros próximos ao assentamento. Como nas demais áreas, também há histórico de vida relacionado ao trabalho na terra, principalmente como assalariados rurais, e uma parte significativa deles/as é composta por trabalhadores/as já aposentados/as. A área IV

também passou por um processo de mobilização, mas, de acordo com os/as assentados/as, não foram tão significativas quanto na área III.

De maneira geral, em todas as áreas, é possível observar que a maioria dos/as assentados/as que mantém a atividade produtiva no lote cultivam hortaliças como principal fonte de renda, tanto para venda no bairro quanto para fornecedores, como alguns mercados da cidade. Além disso, os/as assentados/as também buscam organizar-se coletivamente para acessar programas do governo federal, como o PAA⁵, que tem como principal objetivo articular as estratégias de combate à fome com programas de fortalecimento da agricultura familiar.

A heterogeneidade que marca a configuração do assentamento atravessa as formas de organização produtiva em cada lote, principalmente em virtude das dificuldades de acesso a financiamento e recursos para suprir necessidades básicas, como a irrigação do lote, a compra de sementes e maquinário agrícola. Isso ocorre, principalmente, pelo fato de que alguns lotes possuem área irrigada e outros têm apenas acesso à água para consumo próprio. Outro fator determinante é o tamanho do lote que pode variar muito, como no assentamento IV, por exemplo, onde a área é significativamente menor. A tabela abaixo apresenta dados significativos sobre a diferença entre a extensão total de cada área e o tamanho dos lotes. Note-se que as dimensões das duas primeiras áreas são entre 40% a 90% maiores que os lotes localizados nas áreas mais recentes.

⁵Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimento (PAA) é parte integrante das Políticas Públicas criadas para garantir o direito à Alimentação Adequada – Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), contribuindo como uma das medidas de combate à fome e à pobreza, compondo o grupo das políticas do Programa Fome Zero. De acordo com Andrade (2013), o PAA tem a função de integrar a política agrícola à política de segurança alimentar, criando uma demanda institucional para a comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar e realizando a distribuição para a população em situação de vulnerabilidade social.

Tamanho e número de lotes das quatro áreas do assentamento

Nº	Município	Projeto de Assentamento	Início	Domínio da Terra	Nº de Lotes	Área Total (ha)	Área de cada lote (ha)
6	Araras	Araras 1	09/84	Estadual	6	82,73	13,79
7	Araras	Araras 2	09/84	Estadual	14	208,99	14,93
92	Araras	Araras 3	12/97	Estadual	46	367,87	8,00
157	Araras	Araras 4	07/04	Estadual	30	40,18	1,40

Fonte: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assentamentos.aspx>

Essa comparação é importante para compreender como se estrutura o assentamento, pois revela que, contraditoriamente à diminuição do tamanho dos lotes⁶, há um aumento significativo do número de famílias assentadas. Embora o crescimento do número de famílias contempladas seja um aspecto positivo, há que se considerar que a diminuição do tamanho dos lotes também pode comprometer a possibilidade de permanência dessas pessoas na terra.

Neste assentamento, não há ligação com outros movimentos sociais de luta pela terra, questão que compromete a articulação coletiva entre os/as assentados/as das diferentes áreas que o compõe. Apesar disto, o SINTRA ainda é uma referência para algumas pessoas. Todavia, os/as assentados/as contam principalmente com o acompanhamento e assistência técnica da Fundação ITESP.

Além disso, uma das principais formas de organização coletiva existente no assentamento é a “Associação de Agricultores Familiares dos Assentamentos Rurais de Araras - Terra Boa”, que tem a função de articulá-los política e juridicamente.

A primeira associação formal no assentamento foi criada após quatro anos do início do processo de ocupação. Esta primeira associação sofreu algumas transformações e não é a mesma que existe hoje. A Associação Terra Boa foi criada posteriormente, no ano de 2003, e, atualmente, é a via pela qual os/as trabalhadores/as

⁶ O que pode ser melhor observado na comparação entre os mapas de cada área que estão em anexo.

do assentamento podem negociar diretamente com a Prefeitura, com o ITESP, com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e outras instituições, colocando pautas importantes relativas às suas necessidades e se envolvendo ativamente em questões como o orçamento participativo da cidade.

Outro aspecto importante sobre as relações estabelecidas entre o coletivo de assentados/as e seu entorno é composto pelos aspectos socioeconômicos da região onde o assentamento está situado. Ele localiza-se na zona leste do município, amplamente conhecida na cidade pela concentração de imigrantes do Nordeste do país e pela amplitude de conjuntos habitacionais de casas populares que a caracterizam. Além de ser relativamente distante⁷ do centro da cidade, essa região é estigmatizada pelos moradores das outras regiões como sendo perigosa, foco de criminalidade e tráfico de drogas. Embora estes mesmos fenômenos ocorram em todas as regiões da cidade, a questão da violência costuma ser relacionada aos moradores dos bairros da região e, conseqüentemente, também aos/às assentados/as. Os impactos deste estigma serão tratados na discussão sobre as contradições vivenciadas pelo/as assentados/as e suas formas de resistência cotidianas.

Explicitadas algumas das principais características desse contexto, apresentarei, a seguir, a experiência de aproximação ao campo de pesquisa e seus/suas participantes.

⁷ Distante se levada em consideração a dimensão da cidade e as dificuldades com o transporte coletivo, com o qual pode-se demorar até 50 minutos no trajeto entre o centro e estes bairros periféricos, que têm, aproximadamente, sete quilômetros (considerando a Área III).

2.1.1 Entrada em campo



Figura 6 –Foto da casa de um assentado rodeada pelos cultivos de abacaxi, banana e feijão (ainda em fase de germinação). Pode-se observar também galinhas soltas pelo terreno assim como o telhado do chiqueiro onde ficam os porcos. Esta imagem ilustra as múltiplas atividades mantidas nesse lote, bem como a articulação entre o trabalho e a vida cotidiana neste contexto. Foto: Caroline C. de Sousa.

A negociação do acesso ao campo estendeu-se por, aproximadamente, cinco meses, durante os quais foi possível uma aproximação com as pessoas e o contexto em que vivem. Esse tempo de convivência facilitou a compreensão de como estruturam-se as ações coletivas neste assentamento. Já no primeiro contato com Chico⁸ (assentado da área III), na época presidente da “Associação de Agricultores Familiares dos Assentamentos Rurais de Araras - Terra Boa”, ficou evidente a disponibilidade em participar e contribuir com a pesquisa (ele tinha clareza sobre a importância de sua contribuição). Entretanto, logo na primeira conversa, ele posicionou-se criticamente,

⁸ A fim de preservar a identidade dos/as participantes da pesquisa, todos os nomes citados são fictícios.

cobrando o comprometimento ético por parte dos/as pesquisadores/as que buscam o assentamento. Tal posicionamento fundamentava-se na avaliação da postura de outros/as pesquisadores/as com os/as quais teve contato e que desenvolveram o trabalho de campo lá, mas não deram retorno sobre os resultados da pesquisa.

Esta ressalva evidenciou o contrato que estávamos estabelecendo e as condições que seriam exigidas para que se pudesse realizar o trabalho de campo ali. Nestas circunstâncias, foi propício tecer breves comentários a respeito da metodologia utilizada e esclarecer alguns princípios da pesquisa etnográfica, de forma que ele pudesse compreender meu comprometimento com o campo de pesquisa.

De acordo com o método etnográfico, no entanto, esses processos de negociação, bem como os problemas de acesso ao campo, constituem-se em aspectos analisáveis, portanto, a negociação do acesso, a coleta de informações e a análise são etapas concomitantes (Rockwel, 1987). Com isto, pude esclarecer que, com a utilização desse método, a contribuição da pesquisa pretende-se concomitante ao processo em que se realiza o trabalho de campo e não deve ser restrita ao retorno dos “resultados” ao final da pesquisa (embora esse retorno também seja importante).

Inicialmente conversamos sobre a viabilidade de a pesquisa ser realizada no conjunto das quatro áreas que compõem o assentamento, que compreende um total de 96 lotes. Outra possibilidade seria realizar a pesquisa apenas na área III, na qual fica localizada a sede da Associação. Entretanto, muitos associados, que são próximos à Associação e poderiam contribuir com a pesquisa são de outras áreas e, desse modo, a opção adotada foi focalizar assentados/as do conjunto de áreas que compõem o assentamento de Araras. Embora o método adotado neste estudo não exija a composição de uma amostra representativa (já que os resultados não serão generalizáveis), o contato com os/as assentados/as que mantêm a atividade produtiva no lote foi priorizado.

A possibilidade encontrada para iniciar o contato mais amplo com os/as assentados/as foi a participação em espaços como os de entrega de produtos para o PAA. Estes momentos foram importantes para estabelecer o primeiro contato com os/as assentados/as em geral, pois, nos horários de entrega para o programa, sempre havia grande circulação de pessoas no local onde eram feitas as distribuições. Além disso, também foram momentos importantes para conhecer, principalmente, aqueles/as que mantêm a atividade produtiva no lote. Mesmo os/as assentados/as que não estavam cadastrados/as no programa e não participavam das entregas semanais do PAA circulavam pelo local nestes dias, pois aproveitavam essa oportunidade de encontro para resolver questões práticas do assentamento.

Essa negociação inicial com a liderança dos assentamentos foi fundamental para construir um desenho da investigação por meio de um processo reflexivo e com a participação efetiva do principal interlocutor da pesquisa. Neste sentido, Chico não foi apenas um “sujeito”, mas também um participante ativo, ou seja, o “porteiro” facilitador do acesso ao campo, nos termos definidos por Hammersley & Atkinson (1994). De acordo os autores, é necessário aproximar-se e conhecer suficientemente o contexto pesquisado para, então, conseguir construir estratégias mais efetivas para a legitimação da entrada em campo e o acesso à informação. Esta negociação foi, portanto, uma constante durante a realização desta pesquisa.

A partir dos primeiros contatos com os/as assentados/as, foi possível a identificação dos problemas concretos do contexto estudado, o que proporcionou a reelaboração da questão de pesquisa de forma mais sistemática e coerente com os pressupostos do método etnográfico. Isto pois, como apontam Hammersley & Atkinson:

[...] na etnografia o desenvolvimento dos problemas de investigação raramente se completa antes que se comece o trabalho de campo; o

começo da coleta direta de informação frequentemente tem um papel-chave em seu processo de desenvolvimento.

Pode ocorrer que alguns dos problemas que haviam sido identificados e elaborados no planejamento dos problemas preliminares, realmente não são pertinentes no lugar escolhido para realizar o estudo (1994, p. 53/54, tradução livre).

Nesse momento de negociação, também foram realizados os esclarecimentos sobre as especificidades da metodologia utilizada, quais minhas propostas enquanto pesquisadora e foram identificadas as expectativas dos/as participantes.

Todas as observações, as impressões e as principais informações às quais tive acesso foram registradas em diário de campo. O diário de campo compreende o principal instrumento de coleta de informações no método etnográfico, portanto, consiste na principal fonte de material para análise da pesquisa.

Após a apresentação do cenário e das condições de aproximação ao campo, no próximo tópico serão descritas as fases do processo de pesquisa.

2.1.2 Processo de pesquisa



Figura 7 – Parte da criação de pintinhos e patinhos de Elizabeth, uma jovem assentada. Foto: Caroline C. de Sousa.

A realização desta pesquisa, como já mencionado acima, se tornou possível por meio de um contínuos e intensos momentos de negociação com os/as participantes. Essa questão é retomada aqui para enfatizar que este processo não foi linear e muitos foram os percalços enfrentados. Este subtítulo apresenta a estrutura geral do processo de pesquisa, a fim de sistematizar os caminhos percorridos para sua realização.

Desta forma, a pesquisa de campo foi estruturada em cinco etapas complementares, a saber:

1. Aproximação ao campo de pesquisa e início do contato com as lideranças dos assentamentos;
2. Participação em reuniões, eventos públicos e momentos de entrega de produtos para o PAA;
3. Participação em encontros organizados juntamente com os/as assentados/as para construir um resgate histórico sobre as origens do assentamento (encontros que também se transformaram em espaços para discussões coletivas sobre os encaminhamentos de questões mais urgentes para a organização política dos assentados);
4. Visitas aos lotes e entrevistas com as famílias assentadas para conhecer o cotidiano de trabalho e as formas de organização coletiva presentes no contexto do assentamento;
5. Organização de encontros para dar a devolutiva sobre os resultados da pesquisa.

A primeira etapa iniciou-se com a revisão bibliográfica sobre o contexto e o tema a serem estudados. Foram analisados documentos disponíveis na internet, como publicações em jornais locais, publicações do ITESP, fotos publicadas em redes sociais, artigos científicos, teses e dissertações. Além disso, foi realizado um contato inicial com representantes dos assentamentos para avaliar a viabilidade da pesquisa de campo. Este período de aproximação inicial se estendeu até o momento em que o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Campinas, quando a pesquisa de campo foi de fato iniciada.

Na segunda fase, teve início o trabalho de campo, propriamente dito. Neste período, entre setembro de 2013 e agosto de 2014, foram realizadas visitas regulares ao assentamento, durante as quais foi possível observar as atividades cotidianas e manter conversas informais com os/as assentados/as.

As visitas ao assentamento foram realizadas semanalmente, sempre às quintas-feiras, no período da manhã (com duração aproximada de três horas cada uma), para coincidir com o horário de entrega para o PAA. Nesta etapa, foi possível conhecer e conversar com cerca de vinte assentados/as. Entretanto, teve-se contato mais próximo com sete participantes, dos quais apenas seis passaram a participar dos encontros organizados na etapa seguinte da pesquisa.

O contato inicial com as lideranças se fez importante para identificar o projeto político da associação de moradores, bem como sua ligação com instituições exteriores ao assentamento. Entretanto, posteriormente, o trabalho de campo foi ampliado para a observação/participação do cotidiano dos assentados como um todo, pois foi considerado relevante ampliar o foco de estudo para o coletivo de trabalhadores/as.

A etapa de circulação entre os espaços coletivos dos assentamentos foi fundamental para criar um vínculo e estabelecer uma relação de confiança com os/as participantes, visto que, inicialmente, os/as assentados/as relataram certa desconfiança com relação ao compromisso ético de pesquisadores/as. Uma queixa comum foi a falta de continuidade do trabalho de pesquisa após a coleta de dados. Relatos como “*nos sentimos usados*” ou “*aproveitam o conhecimento que temos aqui e vão embora*” se repetiram nos primeiros contatos com alguns/mas assentados/as, que demonstraram uma postura mais crítica.

Na terceira fase da pesquisa, foram realizados sete encontros para discussão sobre a história do assentamento. Para tanto, foi negociado um horário que seria mais

viável para que todos/as interessados/as pudessem participar da atividade. Dessa forma, foram realizados sete encontros, sempre às sextas-feiras, com início às 17 horas. Esta atividade ocorreu em uma das salas do centro comunitário localizado na área III, entre maio e junho de 2014 e contou com a participação de seis assentados/as.

Apesar do limitado número de participantes, a atividade produziu efeitos positivos, pois, já no primeiro encontro, eles/as sugeriram que a história fosse contada com a ajuda das fotos que alguns/mas deles/as possuem, principalmente do período de ocupação. Josefa (assentada da área III), a única mulher a participar do grupo, relatou ter fotos da cozinha coletiva que havia no período de acampamento. No segundo encontro, ela trouxe algumas dessas fotos e mostrou ao grupo, que ficou muito emocionado ao lembrar os momentos importantes na sua história e na do assentamento.

A atividade repercutiu também fora deste grupo circunscrito que participou desses encontros. Nelson (um assentado da área III com o qual, infelizmente, não tive contato próximo) elaborou uma descrição sobre as origens dos assentamentos e entregou a um dos integrantes do grupo algumas folhas de caderno escritas a mão, para que esse texto fosse digitado e somado ao que se vinha fazendo coletivamente (o texto foi digitado e está em anexo – “Histórico dos assentamentos”).

A quarta etapa foi realizada após um período de afastamento (entre os meses de setembro e dezembro de 2014, por conta de um estágio realizado no exterior). O trabalho de campo foi retomado em fevereiro de 2015, sendo finalizado em julho deste mesmo ano. Neste período, foram realizadas as entrevistas e reuniões de discussão sobre a proposta de comercialização coletiva e transição para o método de produção de base agroecológica. A última fase, ou seja, a devolutiva final sobre o processo de pesquisa, está prevista para acontecer em janeiro de 2016.

2.1.3 Considerações sobre as entrevistas



Figura 8 - Centro Comunitário localizado na área III. Foto: Caroline C. de Sousa.

A opção por realizar entrevistas reflexivas como fonte complementar de informação na pesquisa etnográfica foi considerada interessante, uma vez que o momento da entrevista pode ser determinante para que o/a entrevistado/a tenha a oportunidade de elaborar sua vivência cotidiana e refletir sobre suas experiências. E, mantendo a coerência com o método, optou-se por utilizar, neste estudo, a entrevista etnográfica.

A entrevista etnográfica, assim como qualquer entrevista ou qualquer outro tipo de interação humana, está, *a priori*, estruturada, tanto pelo/a entrevistador/a como pelo/a entrevistado/a. A principal característica da entrevista etnográfica é que esta se aproxima mais de conversas informais, pois os/as etnógrafos/as não devem definir de

antemão as perguntas específicas, construindo uma aproximação reflexiva com o entrevistado. Apesar disto, não se trata de conversas aleatórias, pois o/as etnógrafo/a possui um planejamento sobre o procedimento que realiza, estruturando questões diretas ou mais abertas de acordo com os objetivos de sua pesquisa.

Hammersley & Atkinson (1994) afirmam que, na pesquisa etnográfica, o processo de escolha dos/as entrevistados/as, por se dar no contexto da observação participante, acaba sendo determinado pelos/as próprios/as participantes ou pelos/as informantes principais da pesquisa. Entretanto, como os autores ressaltam, é fundamental que o/a pesquisador/a mantenha certa autonomia no processo de escolha dos/as candidatos/as para as entrevistas.

Sendo assim, tanto os participantes como o contexto das entrevistas foram estabelecidos de acordo com o desenvolvimento do trabalho de campo. Cada uma das entrevistas áudio gravadas foi realizada com assentados com quem eu já possuía familiaridade. Foram feitas apenas três dessas entrevistas, visto que a maioria dos participantes sentia-se mais à vontade em conversas informais. A primeira entrevista, concedida por Chico, o presidente da associação, foi realizada no barracão e ocorreu sem maiores constrangimentos, pois ele está acostumado a participar de espaços públicos, ser filmado e fotografado. As duas entrevistas seguintes foram realizadas nos lotes dos outros dois assentados. Entretanto, após a realização da primeira entrevista no lote, notei que o recurso do gravador inibiu sobremaneira a fala daquele assentado, já que houve uma mudança significativa em seu tom de voz e no modo como tentava se corrigir constantemente. Apesar das importantes informações trazidas por ele, o discurso estava truncado, revelando um grande incômodo com aquela situação. Por já estar muito acostumada com a fala daqueles assentados, saber qual era o volume normal de sua voz e conhecer seu vocabulário, percebi que sua fala tímida frente ao gravador e

a tentativa de cuidado com a linguagem estavam permeadas pela preocupação com um julgamento posterior. Como observa Bagno (2007), esta é uma consequência do preconceito linguístico, tão presente em nossa sociedade, que desvaloriza a linguagem corrente em detrimento da linguagem formal. De todo modo, ainda foi realizada uma terceira entrevista áudio gravada, pois outros assentados/as poderiam se sentir mais à vontade com a utilização deste recurso. Nesta última entrevista, o assentado pareceu esquecer-se do gravador durante a conversa. Contudo, após o desligamento do equipamento, ele conduziu a continuidade da conversa, trazendo informações relevantes com muito mais desenvoltura.

Considerando estes fatores, decidi não recorrer mais ao recurso do gravador, passando a utilizar somente as anotações de diário de campo como forma de registro das informações obtidas. Desta forma, as entrevistas posteriores não foram gravadas, o que potencializou a riqueza de informações obtidas, bem como a relação de troca entre pesquisadora e participante.

Sendo assim, no momento da entrevista, foi possível estabelecer um contato mais próximo com cada participante, oferecendo a oportunidade de refletir a respeito de seu cotidiano de trabalho. Desta forma, considera-se que as informações obtidas apresentam uma riqueza maior do que se houvéssemos aplicado um questionário, por exemplo. É interessante observar os apontamentos de Weber (2009) a este respeito:

As respostas ao questionário dariam, então, a quem soubesse escutá-las e observá-las para, em seguida, interpretá-las, mais indicações sobre as relações entre o mundo sociolinguístico do pesquisador e aquele do pesquisado e sobre seus respectivos lugares sociais que informações a respeito das atitudes ou representações dos pesquisados (Weber, 2009, p. 29).

Portanto, a entrevista reflexiva possibilitou acessar informações sobre a organização social e produtiva no assentamento a partir da perspectiva de cada

participante, consolidando-se não apenas como um método de coleta de informações, mas também enquanto um espaço de reflexão a respeito de suas vivências cotidianas.

3. CULTIVANDO RESISTÊNCIAS: CONTRADIÇÕES E POTENCIALIDADES DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA NO ASSENTAMENTO

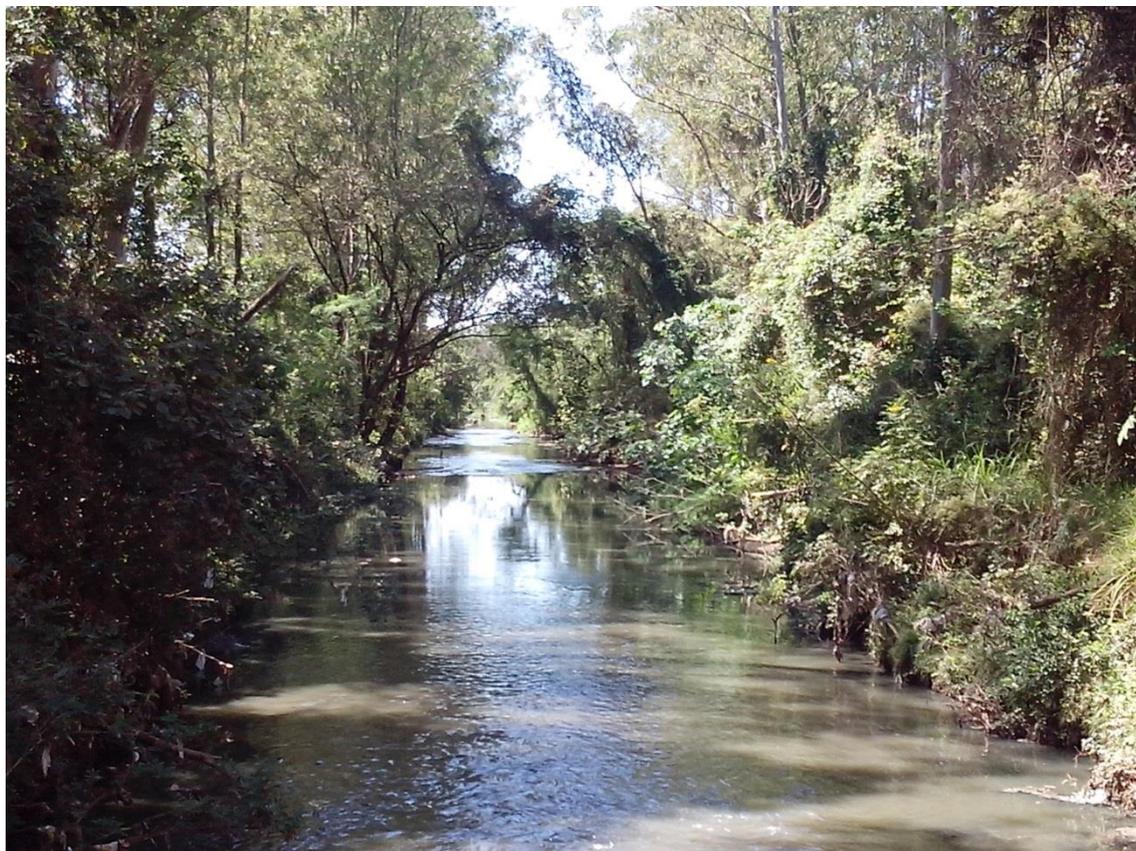


Figura 9 - Ribeirão das Araras. Vista da ponte localizada na entrada da área III. Foto: Caroline C. de Sousa.

Está terminando o *tempo da inocência* e começando o *tempo da política*. Os pobres da terra, durante séculos excluídos, marginalizados e dominados, têm caminhado em silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclamam, no gesto de luta, da resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna, na cena da História (Martins, 1989, p. 12/13, grifos do autor).

O assentamento de Araras, assim como os assentamentos em geral, é marcado pela diversidade, por pessoas com diferentes origens, diferentes perspectivas sobre a reforma agrária, sobre o direito de acesso à terra e, principalmente, sobre as estratégias para permanência em seus lotes. As complexas redes ali estabelecidas são compostas pelas famílias assentadas e também por outros atores, como técnicos do ITESP,

trabalhadores/as do setor público municipal, estudantes, militantes de movimentos sociais, instituições religiosas, ONGs e cooperativas.

Com a finalidade de demonstrar o quanto essa realidade é heterogênea e como está em constante movimento, serão contadas algumas histórias do cotidiano de trabalho e de vida, protagonizadas pelos/as assentados/as, que tive a oportunidade de conhecer. Cada um/a deles/as possui uma história de vida única, que repercute de modo distinto sobre a experiência de estar no assentamento e fazer parte desse contraditório movimento pela democratização da terra no Brasil.

Os trechos extraídos do diário de campo descritos em cada subtítulo deste capítulo correspondem à sistematização de observações participantes, entrevistas e conversas realizadas durante o trabalho de campo. As reflexões que pude estabelecer durante este processo serão exemplificadas com alguns elementos da vivência cotidiana no assentamento, porém sempre com o devido cuidado, no sentido de não expor demasiadamente cada assentado/a envolvido/a. Algumas descrições mais detalhadas foram mantidas no formato do diário de campo, com a proposta de dar visibilidade aos detalhes que nos permitem vislumbrar os diversos retalhos que compõem um tecido maior. A costura destes retalhos, que são os trechos do diário de campo, terá como fio condutor os pressupostos teórico-metodológicos que foram apresentados nos capítulos anteriores.

Este capítulo está subdividido em cinco itens que correspondem aos aspectos mais relevantes para a compreensão do modo como a relação entre a organização social e produtiva é determinante para manter a viabilidade desse assentamento.

3.1 Estratégias para garantir a permanência no assentamento



Figura 10 - Reunião com a diretoria da Associação Terra Boa para prestação de contas da gestão 2013/14. Foto: Caroline C. de Sousa.

Na boiada já fui boi, boiadeiro já fui Rei
Não por mim nem por ninguém, que junto comigo houvesse
Que quisesse ou que pudesse, por qualquer coisa de seu,
Por qualquer coisa de seu, querer mais longe que eu

Mas o mundo foi rodando nas patas do meu cavalo
E já que um dia montei agora sou cavaleiro
Laço firme e braço forte num reino que não tem rei.

Disparada, Geraldo Vandré e Théo de Barros.

Uma liderança atípica. Chico, presidente da Associação Terra Boa, traz constantemente a necessidade de compartilhar a gestão da associação, abrindo possibilidade para uma participação mais efetiva, mesmo para aqueles/as que efetivamente não estão na diretoria. Sua postura é marcada pela cautela nos enfrentamentos políticos e orientada pelo propósito de defender a permanência

das famílias no assentamento. As longas conversas que tivemos, tanto na associação quanto em outros espaços, como em sua própria casa, sempre foram permeadas por seu silêncio reflexivo nos momentos em que entendia haver uma posição a tomar, ou mesmo nos quais acreditava que estava surgindo uma proposta interessante. Nestes momentos, se afastava até uma distância, suficiente para ainda manter o contato visual direto, puxava seu maço do bolso, mantinha-se em silêncio enquanto acendia um cigarro e dava os primeiros tragos. Isso também poderia indicar uma situação difícil, para a qual não via muita saída. Eu compreendia alguns desses códigos, que parecem ser muito comuns entre os homens do campo. A convivência com pessoas provenientes do meio rural me ensinou sobre os momentos de silêncio reflexivo, sobre o tempo necessário para ponderar acerca de uma fala significativa ou de respeitar a possibilidade e o tempo de elaboração dos conteúdos para o outro com quem se está dialogando.

Chico tem 50 anos, não completou o ensino fundamental e não esconde suas limitações para tarefas relacionadas às questões burocráticas da associação. Apesar de ter muita facilidade com os números, o manejo de equipamentos eletrônicos havia sido um obstáculo para ele. Mas essa foi uma barreira que tentou superar aos poucos, na sua insistência em acompanhar de perto as questões relacionadas à prestação de contas referentes a um programa do governo federal operacionalizado pela associação. Ele relata que, quando assumiu a diretoria “*não sabia nem ligar um computador*”, mas hoje consegue fazer operações básicas, preencher planilhas no Excel e responder e-mails. A simplicidade destas conquistas não deve minimizar sua importância, tanto para ele quanto para o coletivo de assentados/as. O aspecto que mais chama a atenção em sua postura, contudo, é a capacidade de compreender a importância de seu papel ali, mas sem perder de vista que tem diversas dificuldades,

reconhecendo que, sem uma participação mais efetiva do coletivo, esse potencial que a associação representa para o assentamento poderá ser perdido.

Esta breve apresentação do presidente da Associação Terra Boa, principal contato que tive durante o processo de pesquisa, ajuda a entender ao menos alguns aspectos que se destacaram na organização social e política do assentamento. A heterogeneidade marcante nesse contexto viabiliza a convivência de pessoas com diferentes valores, diferentes religiões, com histórias de vida marcadas pela migração, pelo trabalho no campo e na cidade, pela dúvida sobre sua legitimidade neste espaço e pela dificuldade de concretizar o sonho comum de alcançar melhores condições de vida. Nesse contexto, alguns tiveram mais êxito e até conseguiram sobreviver do trabalho familiar no lote⁹. Outros ainda insistem neste propósito, enquanto há também aqueles que já não mais acreditam que seja possível manter-se sem o trabalho na cidade.

Desta forma, durante o trabalho de campo pude observar que, uma das principais tarefas para cada um/a deles/as, era buscar condições de produzir a partir das situações concretas, quase sempre precárias, encontradas naquele contexto. Por isso, a atividade produtiva em si, ou seja, a preparação da terra, o cultivo, a colheita, o manejo dos animais e outras atividades cotidianas foram referidos, por alguns/mas assentados/as, como momentos de terapia e lazer. Adiante, veremos que tamanha era a luta para conseguir alcançar estes momentos, que o trabalho pesado no campo chegava a ser considerado um privilégio daqueles/as que alcançavam condições para realizá-lo.

9 A agricultura familiar é a forma de produção predominante neste e também em grande parte dos assentamentos no país. Neste assentamento, especificamente, ocorre muito pouco contratação de mão de obra terceirizada, pois, na maioria dos casos, há mais de uma pessoa da família envolvida com o trabalho no lote. A agricultura familiar caracteriza-se pelo domínio da mão de obra familiar e pela oposição à agricultura patronal ou ao agronegócio. As estratégias de fortalecimento da agricultura familiar, por parte do governo federal, são parte da política de combate à fome e à pobreza.

A partir dessa constatação, foi possível compreender que, a principal fonte de sobrecarga relacionada à organização produtiva, para os/as assentados/as era, na verdade, vencer obstáculos como a falta de água, a falta de recursos financeiros para garantir a produção e, principalmente, a incerteza da venda e o medo de ser obrigado a descartar todo o produto de seu trabalho (uma situação muito comum na agricultura, infelizmente). E superar estes obstáculos sozinhos/as era quase impossível para a maioria deles/as. Sendo assim, foi possível pressupor que a articulação do coletivo se fazia fundamental para manter a atividade produtiva no lote e, conseqüentemente, para a permanência deles/as no assentamento.

Com base nessas primeiras percepções a respeito do contexto de pesquisa e orientada pelos pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Comunitária, pude identificar que havia ali uma potência significativa alimentada pelo enfrentamento às adversidades vivenciadas. E é nessa perspectiva que a atuação de algumas lideranças do assentamento ganha destaque. Chico, por exemplo, demonstrava ter clareza da necessidade da articulação coletiva, por isso ainda permanecia à frente da associação, mesmo que, em alguma medida, fosse preciso afastar-se do trabalho em seu lote. Em várias ocasiões mencionou que sua dedicação ao trabalho na associação comprometia o tempo necessário à prática da agricultura:

[...] a gente se dedica né, o produtor ele se dedica e quando põe a cabeça ele vai fundo é... eu me dediquei, dediquei. Você vê que todos esses relatos que eu fiz ai de serviço, mão de obra dentro do meu sítio, hoje se você for lá não tem. Entendeu, eu parei o sítio pra tocar a associação. Mas por outro lado o que eu vejo de fruto? Entendeu, nós temos hoje uma associação totalmente regularizada, tanto documental dela, todas as papeladas documentadas registrada tudo certinho (Trecho da entrevista concedida por Chico).

Ele continua argumentando que essa dedicação se faz fundamental para construir uma sólida representação política do assentamento, pois, com a regularização da

associação conseguiram negociar, junto à Prefeitura, a denominação de todas as estradas do assentamento, a iluminação da estrada principal e a substituição da ponte que dá acesso à área III. Além disso, conseguiram também a concessão de uso do Centro Comunitário e a regularização do uso desse espaço para a comercialização de seus produtos. Somadas, essas conquistas contribuem para melhorar as condições de vida no assentamento e, mais que isso, são importantes também para viabilizar a comercialização, tanto dentro do assentamento (com o uso do Centro Comunitário), como fora dele (melhoria do acesso e passagem mais segura pela ponte com veículos carregados).

Outros/as assentados/as, igualmente, tinham essa clareza sobre a necessidade de articulação coletiva, mas também encontravam dificuldades em conciliar o tempo dedicado às práticas políticas cotidianas com a manutenção de atividades no lote. Luiz (assentado da área III) era um dos que relatavam constantemente a importância da união para a conquista de melhores condições de vida no assentamento. Em certa ocasião, mencionou a importância que a colaboração dos amigos teve para a permanência de sua família no assentamento:

Luiz compartilhou boas lembranças com relação ao período em que estiveram acampados. Relatou que, quando chegou nestas terras, veio mesmo foi pela moradia. Apesar de ter trabalhado como assalariado rural, não tinha experiência necessária para ser um pequeno agricultor. Foi o compartilhamento de conhecimentos entre o grupo que estava envolvido na ocupação que lhe proporcionou a chance de iniciar a produção no lote e, mesmo com dificuldades, manter-se economicamente dessa atividade (trecho de diário de campo).

Ele valorizava essa forma de solidariedade entre os/as acampados/as e enfatizava que, atualmente, seria necessário retomar esse aspecto. Ainda, conversando sobre esse assunto com Milton (assentado da área III), outro assentado, ele fala sobre a forma de convivência que estabeleceram no período de acampamento, salientando a forma como pessoas com pouca escolaridade conseguiram criar regras de convivência muito coerentes, como conseguiam decidir nesse grupo assuntos como a criação de uma cozinha coletiva, justamente no período mais precário (em termos de estrutura sanitária) que vivenciaram ali.

As contradições e potencialidades da organização social dentro do assentamento ficam explícitas nas falas que revelam como cada um é afetado pelo esforço de construir uma coletividade coesa nesse contexto. Chico aponta como se sente afetado, tanto negativa como positivamente, pelo seu trabalho na associação:

É, essa parte da organização [...] como a gente hoje tá na liderança aqui do assentamento a gente pode falar que isso traz um desgaste físico bastante, por que quanto a você tentar organizar o pessoal você encontra muita dificuldade né. E hoje [...] a gente sabe que, pra gente conseguir um desenvolvimento dentro do assentamento, tem que estar organizado. Conseguir melhores coisas, melhores é... projetos, melhor desenvolvimento dentro do assentamento. Então é desgastante você tentar organizar isso. Mas vamos ver com o tempo, o tempo é a razão de todas as coisas, né? (Trecho da entrevista concedida por Chico).

Esta fala conta sobre sua experiência concreta, sobre a maneira como sente os impactos da insistência em continuar na liderança da associação. Em contrapartida, insiste que é necessário estarem organizados para conseguirem melhores condições de vida e trabalho no assentamento. Ele continua dizendo que esse desgaste é superado quando sente a colaboração dos companheiros e quando o produto de seu trabalho tem algum reconhecimento:

A facilidade de você resolver os problemas é [...] você ter os companheiros do lado participando junto na, nas conquistas, nos projetos que vem. Então, isso aí é um bem-estar, facilita, entendeu? [...] E daí a gente, é desgastante, né, pra conseguir essas coisas. Mas também, por outro lado, é, eu digo assim, você desgasta, desgasta, pra você conseguir, mas quando você consegue a alegria é tanta de você ver a coisa acontecer que aquilo que você desgastou já ficou pra trás. Então acho que é uma reposição, né, de... de... (risos). Repõe, é. Você vê as coisas dando certo (Trecho da entrevista concedida por Chico).

Com esta fala, pretendo destacar a potencialidade em sua tentativa de buscar companheiros/as que contribuam para a articulação entre os/as assentados/as. A estratégia de Chico é buscar fortalecer a articulação coletiva entre os/as assentados/as a fim de viabilizar a continuidade do assentamento. Apesar de não ser o único a ter clareza da importância dos processos de articulação coletiva, ainda parece difícil, para a maioria dos/as assentados/as, conseguir conciliar o tempo dedicado às reuniões, assembleias e outros momentos relacionados ao fortalecimento do coletivo, com o tempo dedicado ao trabalho no lote ou fora dele. Nessa linha, ele afirma, ainda, que se houvesse maior envolvimento de outros/as assentados/as na associação, sua carga de trabalho enquanto presidente seria menor, de forma que sobraria mais tempo para dedicar-se ao trabalho no lote.

Como foi possível observar nesta pesquisa, a atuação política desses atores está direcionada às estratégias de fortalecimento dos vínculos comunitários, mesmo em um contexto quase sempre adverso.

Portanto, podemos concluir que não há uma total ignorância destes/as trabalhadores/as a respeito de sua condição de opressão. Ao contrário do que se quer provar com o discurso hegemônico sobre a passividade e ignorância no campo, vimos que o processo de conscientização é intrínseco ao cotidiano destes/as trabalhadores/as. Entretanto, o que ocorre é um cerceamento significativo das potencialidades destas

peessoas, contribuindo para a desarticulação e ofuscando as possibilidades de resistência cotidianas, individuais ou coletivas.

O que se observa, então, é uma inversão desta lógica, pois somos convencidos da incapacidade de articulação política destes atores sociais quando, na verdade, há uma potência significativa entre eles. Mecanismos de cerceamento como a criminalização dos movimentos sociais são eficazes no sentido de anular esta potência e reforçar a representação negativa destes atores. Desta forma, os indivíduos são culpabilizados pela falta de consciência política enquanto há um processo de repressão constante a qualquer pequena forma de resistência por eles arriscada. Esta é uma forma eficaz de desmobilização e divisão do coletivo, levando-os a opor-se uns aos outros.

Sendo assim, apesar do fato de que as resistências permeiam o cotidiano dos/as assentados/as, a atuação de mecanismos de cerceamento dificulta a estruturação de iniciativas individuais e impede sua transformação em articulações coletivas. Este fenômeno está explícito no contexto desta pesquisa.

Quando iniciado o trabalho de campo, a associação Terra Boa havia passado por um processo de reestruturação, que buscava rearticular os assentados e consolidar-se enquanto instância de representação política do assentamento, embora sem grande êxito. Inicialmente, considerava-se que o problema estava na dificuldade de organização coletiva entre os/as assentados/as, o que afetaria sobremaneira a capacidade de articulação para enfrentamento de questões de interesse comum. Entretanto, a partir de uma observação mais atenta, foi possível identificar diversas iniciativas para mobilizar o coletivo, além de ações individuais que poderiam ser identificadas como práticas de resistência cotidiana e seus efeitos para o coletivo.

Considerando tal cenário, uma análise elaborada a partir do referencial dos movimentos sociais (Gohn, 2006) pode contribuir para a compreensão da recorrente

desarticulação deste coletivo. Como aponta Bihr (2010), os novos movimentos sociais trazem a possibilidade para a classe trabalhadora “conquistar posições de poder na sociedade, ou melhor, de nela se constituir um contrapoder” (p. 160, grifos do autor). O exercício deste contrapoder permitiria, de acordo com o autor, enfraquecer a dominação exercida pela classe dominante.

O desafio de reconstruir uma comunidade humana com a força social necessária para instituir coletivamente suas regras de funcionamento, ou seja, efetivamente exercer a democracia (Bihr, 2010) é tarefa que cabe tanto ao movimento operário quanto aos movimentos sociais que possuam um potencial anticapitalista. Esse seria o caso dos movimentos de luta pela terra que, ao contrário de outros movimentos sociais, situam-se imediatamente na esfera da produção e do trabalho, compartilhando referências políticas e ideológicas com o movimento operário.

A dificuldade de articulação coletiva no assentamento, portanto, pode estar relacionada ao que ocorre nos movimentos sociais não institucionalizados, nos quais, de acordo com Scherer-Warren (2006), atuam forças sociais de base que estão preocupadas em solucionar problemas do cotidiano de seus participantes e menos envolvidas na relação direta com o Estado, como partidos e sindicatos. Estas “formas ‘microrevolucionárias’ de fazer política na vida cotidiana” (Scherer-Warren, 2006, p. 09) recentemente passaram a ser objeto de estudo das Ciências Sociais e fazem parte de um movimento de revalorização do cotidiano para a reflexão sobre os fenômenos sociais atuais. Estes movimentos assumem características muito peculiares quando se trata de organizações provenientes do campo. Com relação a isso, Scott (2002) aponta que as resistências camponesas apresentam um caráter mais fragmentado e difuso. Para o autor as formas cotidianas de resistência consistem em formas pragmáticas de adaptação à realidade.

Nesse sentido, é interessante destacar que, durante o período de acampamento, as relações de cooperação e solidariedade foram sustentadas pelo exercício da atividade política, pela participação intensa nos processos de decisão, pela negociação cotidiana em busca de melhores condições de vida para o coletivo. Essa prática configura o que Scopinho (2012) define como cooperação espontânea, ou seja, uma ação social praticada por grupos de pequenos produtores rurais, fundamentada na reciprocidade e utilizada como estratégia de sobrevivência e permanência na terra.

Com a demarcação dos lotes, esse coletivo é simbolicamente desmembrado e os interesses individuais passam a prevalecer, de forma que a necessidade de articulação política perde sua centralidade. Os poucos espaços de convivência que permanecem são os que alguns/mas assentados/as ainda buscam se articular para a comercialização. Entretanto, mesmo nestes espaços a competição ainda pode ser mais significativa que a cooperação.

A seguir veremos como esse movimento de busca pelo fortalecimento do coletivo é concretizado na atuação junto à Associação Terra Boa. Será levantada, ainda, a discussão sobre como essa possibilidade de fortalecimento depende da articulação entre as esferas política e econômica.

3.1.1 A dupla função da associação: representação política e articulação para comercialização coletiva



Figura 11 - Audiência Pública realizada no Centro Comunitário do Assentamento. Foto: Caroline C. de Sousa.

Embora não esteja diretamente relacionado a movimentos sociais mais estruturados de luta pela terra, ou institucionalizados, nos termos definidos por Scherer-Warren & Lúchmann (2004), o referido conjunto de áreas que compõe o assentamento de Araras é permeado por uma articulação social significativa. É possível dizer que a articulação política entre os/as assentados/as caracteriza-se enquanto um movimento social, no sentido de que é formada por ações que visam à reivindicação de direitos comuns. Apesar disso, é importante ressaltar as tensões inerentes aos processos de negociação coletiva estabelecida entre os diferentes grupos que compõem o assentamento. O embate político está constantemente presente no assentamento, tanto

no que diz respeito às relações estabelecidas entre os/as próprios/as assentados/as, como também no que diz respeito às relações externas.

Entre as formas de representação social e política que podem ser encontradas neste contexto¹⁰, destacarei a representatividade política exercida por meio da Associação dos Agricultores Familiares dos Assentamentos de Araras – Terra Boa, criada em 2003 pelas lideranças das áreas I, II e III. Recentemente, a associação teve seu estatuto reformulado, incorporando a área IV, bem como alguns/mas pequenos/as agricultores/as familiares da região. Apesar dos tensionamentos e conflitos inerentes às negociações coletivas, a atuação dessa associação é legitimada pelos/as assentados/as e também pelo poder público, que, em 2013, a declarou como instituição de utilidade pública¹¹. Entretanto, mesmo esse reconhecimento por parte de grande maioria dos/as assentados/as não é suficiente para que a associação conte com a participação efetiva de pessoas além daquelas que fazem parte da diretoria.

Contudo, esta associação é a instância por meio da qual os trabalhadores rurais podem negociar suas demandas junto ao poder público, ao ITESP ou outras instituições, colocando pautas importantes relativas às necessidades do assentamento, participando ativamente em espaços de controle social como o Conselho de Meio Ambiente, Conselho de Saúde e o Orçamento Participativo.

A Associação Terra Boa, durante muito tempo, teve um papel restrito, e sua composição, de maneira geral, estava limitada a poucos/as assentados/as, sem o envolvimento dos/as demais. Anteriormente ao período em que foi realizado o trabalho

10 Há, no assentamento, outras lideranças importantes, além de uma cooperativa com atuação de extrema relevância nesse contexto. Entretanto, a opção por restringir a pesquisa à associação está relacionada ao fato de que a cooperativa não é composta exclusivamente por assentados/as. Com relação às demais lideranças, em virtude do tempo limitado para o trabalho de campo, não foi possível estabelecer vínculos, nem a convivência prolongada exigida pelo método utilizado.

11 Informação obtida na página da Prefeitura Municipal de Araras. Disponível para consulta em: <http://www.araras.sp.gov.br/#>

de campo para esta pesquisa, a associação passou por uma reestruturação que gerou a alteração da chapa que compunha a diretoria. E, mesmo após essa reestruturação, a diretoria ainda permaneceu restrita a um pequeno grupo de assentados/as. Entretanto, a novidade era que este grupo estava composto por pessoas diferentes. A tensão gerada pela alternância de poder, provavelmente foi o que possibilitou uma abertura maior para a participação de assentados/as que não compunham a diretoria. De fato houve um momento em que diversas pessoas se aproximaram e começaram a tentar se apropriar desse espaço. Aparentemente, o que houve foi um movimento de buscar compreender como a associação estruturava-se e como aquela articulação poderia beneficiar o assentamento, enquanto espaço compartilhado, bem como atender as expectativas de cada indivíduo que o compõe. Esse foi um efeito interessante, embora limitado em diversos aspectos, como veremos a seguir.

A Associação Terra Boa, como é conhecida entre os/as assentados/as, conta com um espaço físico no qual o presidente e outras pessoas encontram-se para resolver questões práticas. O local utilizado para concentrar as atividades da associação também é o espaço que os/as assentados/as possuem para se encontrar cotidianamente, para organizar atividades festivas, para receber eventos formais como cursos ou atividades políticas, assim como também é utilizado para a comercialização de produtos.

A sede da associação está localizada em um espaço de referência dentro do assentamento: o Centro Comunitário. Mais conhecido entre os/as assentados/as como o “barracão”, esse espaço foi, originalmente, construído para ser uma escola rural, para que as crianças do assentamento pudessem estudar sem precisar se deslocar para a cidade. Mas, por motivos que não foram explicitados durante a pesquisa, o projeto da escola rural não teve continuidade. O prédio, que chegou a ficar abandonado por algum tempo, tem mesmo o aspecto de uma escola, muito bonita inclusive, construída com

tijolos aparentes, mas com um acabamento interessante, que o deixa com o aspecto de novo e conservado. Apesar de não ser muito grande (se tomarmos como padrão as estruturas das escolas urbanas), há um pátio espaçoso no centro do prédio que, de um lado, dá acesso a um corredor com quatro salas e banheiros. Do outro, com acesso direto ao pátio, há uma cozinha e também outros banheiros. A sala utilizada como sede da associação fica anexa ao prédio, mas com entrada independente.

Além de ser aproveitado para as atividades coletivas do assentamento, durante o período em que o PAA esteve em operação, o barracão também foi utilizado para a distribuição dos produtos às entidades socioassistenciais que vinham fazer a retirada no próprio assentamento. No local onde seria o pátio da escola, eram organizados espaços de divisão referente a cada entidade que os retiravam semanalmente. Ali, os/as assentados/as chegavam e entregavam sua produção, e um funcionário da Prefeitura e outro do ITESP auxiliavam o presidente da associação na pesagem e sistematização das informações sobre as entregas para posterior prestação de contas à Conab. Essas informações deviam estar muito bem organizadas para serem registradas no talão de notas de cada assentado/a, de maneira que o pagamento de cada um seria feito de acordo com os valores ali declarados.

No início do trabalho de campo, uma das principais atividades desenvolvidas pela Associação Terra Boa era esse trabalho de articulação para a entrega de produtos, por meio da modalidade compra direta, para o PAA, uma importante fonte de complementação de renda para os/as assentados/as no período em que o programa esteve ativo. De acordo com Chico, havia o interesse de acessar outros programas do governo, como o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social PPAIS e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mas, naquele momento, ainda estavam se organizando para cumprir as exigências do PAA que, todavia, eram mais

simples que as dos demais. Para participar desse programa, os/as assentados/as deveriam possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), fornecida pelo INCRA, além de um talão de notas fiscais para controle da quantidade e do valor dos produtos entregues.

Contudo, além da importante função de complementar a renda dos/as assentados/as, parecia que a relevância das entregas realizadas para o PAA naquele período se dava também pelo movimento de fortalecimento da associação, enquanto instituição de representatividade política no assentamento, e de legitimação da sua diretoria. A questão da organização coletiva para a operacionalização do programa se mostrou crucial durante o período inicial de observação em campo, visto que esta foi realizada justamente no momento em que poucas pessoas assumiam a frente da associação e buscavam fortalecer a coletividade entre os assentados, além de tentar consolidar um espaço que facilitasse a comercialização e a representação dos assentados perante o poder público, o mercado e a sociedade em geral. Desta forma, além de ser um espaço de representação política, essa gestão da associação também buscava manter o foco na comercialização de produtos provenientes do assentamento.

Assumir esse duplo papel, qual seja, o de mediadora nas comercializações e também de representação política, era uma das propostas do grupo que estava à frente da associação neste período, proposta que gerou muitos conflitos entre diferentes grupos dentro e também fora do assentamento.

Na tentativa de assumir a dupla responsabilidade, o grupo que representava a associação entrou em conflito com outros grupos que tinham posição divergente a respeito do modo como deveria ser estruturada a representação política e comercial do assentamento. Desta forma, a associação enfrentou grandes dificuldades na operacionalização do PAA e não foi possível dar continuidade à operacionalização do

programa em 2015. De todo modo, mesmo considerando todos os percalços, é importante salientar que conseguir operacionalizar o PAA foi uma grande conquista para a associação e para os/as assentados/as que estavam diretamente implicados neste processo. Contudo, é importante esclarecer que os avanços alcançados pelos/as assentados/as não estão relacionado à mera inserção no programa. Independentemente da continuidade do PAA, entendo que a maior conquista alcançada por meio desse processo refere-se à reorganização das relações internas e externas ao assentamento. Ou seja, esse movimento de articulação entre os/as assentados/as para assumir a mediação entre o assentamento e o poder público foi o principal resultado deste processo, pois representou a busca por conquistas imediatas, ao passo que também vislumbrou mudanças estruturais.

Desta forma, apesar dos conflitos e das contradições vivenciadas neste período, a associação conseguiu legitimidade suficiente para estar à frente da representação do assentamento nas negociações comerciais junto aos programas do governo, mesmo que por um breve momento. Iniciativas como essa, foram formas de insistir no desafio de construir uma coletividade e consolidar um espaço de representação política.

No próximo subtítulo, serão explicitadas as formas de resistência cotidianas (Scott, 2002) que permeiam as relações estabelecidas entre os/as assentados/as e as redes exteriores ao próprio assentamento.

3.2 Contradições do atual projeto de reforma agrária para a vida cotidiana no assentamento: o estigma dos sem-terra e as resistências cotidianas



Figura 12 - Galinheiro no lote do Julião. Foto: Caroline C. de Sousa.

A história de Geni (assentada da área II) é muito significativa no que diz respeito às dinâmicas estabelecidas entre os/as assentados/as e seu entorno. Ela e o marido vivem e trabalham no assentamento há quase vinte anos. Os dois criaram seus filhos ali, cultivando e comercializando frutas, hortaliças, grãos e derivados de origem animal. Eu a conheci em uma das reuniões que uma ex-funcionária da Prefeitura realizava no centro comunitário para mobilização de mulheres interessadas em se articular coletivamente para promover a comercialização de seus produtos. Após algum tempo em silêncio, esperando para saber como seria conduzida a reunião, Geni e outras mulheres iniciam uma

conversa paralela. Como estava entre elas, literalmente no meio da conversa, foi inevitável ouvir e também participar. A discussão paralela girava em torno de uma questão: “*quem é que vai sair da cidade para vir até aqui comprar da gente?*”¹². A proposta da reunião era organizar um café e convidar algumas pessoas que, além de ir até lá comprar o que as mulheres produzem, também fossem conhecer o assentamento.

A iniciativa era interessante, mas as mulheres não estavam efetivamente participando da construção daquela atividade. Nenhuma delas tinha clareza do que exatamente estava sendo proposto ou como aquilo tudo seria operacionalizado, ou seja, quem custearia o café e quem exatamente participaria da atividade. Notei certo receio entre elas, certa desconfiança com relação a onde queriam chegar com aquela reunião. Contudo, nenhuma das assentadas presentes tinha muito protagonismo naquele espaço. A fala estava concentrada em pessoas de fora do assentamento, enquanto as assentadas apenas falavam entre si nessas conversas paralelas. De fato, confesso que também não tinha muita clareza dos detalhes da proposta, mas em certo momento fui contagiada pela desconfiança que percebia nas assentadas quando soube que o prefeito e a imprensa da Prefeitura também participariam do evento. A relação entre o assentamento e a Prefeitura é contraditória, pois ora os/as assentados/as recebem apoio, ora sofrem algum tipo de boicote por parte do poder público. Por isso, todos/as são tão cuidadosos/as quando a questão envolve a participação da Prefeitura. Eu, que, em parte, conheço alguns elementos desse histórico conflituoso, percebo este tensionamento no grupo e tento compreender

12 A venda direta para os/as moradores/as da cidade é uma prática muito comum entre os/as assentados/as. No entanto, quase sempre são os/as assentados/as que se deslocam com carriolas ou com seus próprios veículos para a comercialização na cidade, seja de porta em porta, seja em pequenos mercados da região, seja na feira do produtor, realizada semanalmente em um bairro próximo. A única exceção é com relação à área IV do assentamento, pois esta se localiza exatamente no limite com a área urbana e os lotes são pequenos, de forma que, mesmo caminhando, as pessoas podem facilmente circular nesta área. Situação bem diferente das áreas I, II e III, nas quais o deslocamento sem algum tipo de veículo fica prejudicado, pois estão um pouco mais afastadas da área urbana e são compostas por lotes bem maiores, aumentando proporcionalmente a extensão a ser percorrida.

como essas pessoas se sentem afetadas. No momento da discussão, obviamente nenhuma das assentadas ousou questionar a presença da Prefeitura no evento “organizado por elas”. O que se pôde observar foi a sua não participação efetiva na discussão. Todas ouviram passivamente e concordaram com tudo o que foi proposto por quem estava organizando a reunião. Entretanto, as conversas paralelas elucidaram que, de fato, elas não estavam ali numa postura passiva. Muito pelo contrário. O silêncio e a total concordância, naquela situação, era uma forma de negar o próprio envolvimento naquele processo (trecho de diário de campo).

Esta situação parecia representar uma típica forma de resistência cotidiana. De acordo com Scott (2002), as resistências cotidianas são caracterizadas pela ausência de confrontação aberta entre classes. Diferente das resistências coletivas que implicam no embate direto, quando as formas de resistência não possuem o respaldo de um movimento social organizado ou institucionalizado (Scherer-Warren, 1987), tendem a ser orientadas pela prudência necessária para evitar a exposição à situações de vulnerabilidade.

De fato, essa era a maneira que aquelas mulheres tinham de discordar e até mesmo deslegitimar aquela iniciativa. Ora, se a proposta era divulgar os produtos do assentamento, especialmente os provenientes do trabalho das mulheres assentadas, de forma que os/as compradores/as também tivessem a oportunidade de entrar em contato com quem produz o alimento, com o contexto em que foram produzidos, nada mais necessário do que a participação efetiva dessas mulheres na organização do evento. A omissão delas implicaria no total fracasso com relação aos objetivos propostos. É importante salientar que a proposta, em si, não era ruim e elas próprias indicam isso quando desenvolvem melhor a conversa paralela. Elas concordam que esta é uma questão relevante, contudo, entendem que muito da proposta original se perdeu no

caminho do planejamento, justamente por não ser aberto à participação efetiva das principais interessadas.

Ainda sobre a pertinência dessas conversas paralelas, fica claro que elas compreendem a importância da aproximação dos/as moradores/as da cidade quando o assunto, que inicialmente era vago, passa a tratar de questões mais específicas, como a dificuldade em se identificar como assentados/as ou como sem-terra.

É neste contexto que Geni revela ter vergonha de dizer que vive no assentamento. Ela diz que, quando vai a algum lugar e precisa fazer um cadastro, ao se identificar como assentada, as pessoas já olham com “cara feia” e, às vezes, se recusam a dar continuidade ao procedimento. Assim, em virtude de situações como esta, quando precisa comprovar o local de residência, prefere usar o endereço de seus familiares que residem na cidade. Desta forma, ela se priva de enfrentar cotidianamente o preconceito que sente por morar no assentamento. Ressentida, enfatiza que, mesmo após tantos anos ali trabalhando para produzir alimentos que são consumidos pelas pessoas da cidade, **ainda sofrem com o preconceito proveniente das pessoas que se alimentam do produto de seu trabalho.** Ela parece não entender muito bem o porquê dessa discriminação, visto que, de acordo com a sua afirmação, “*não tirou terra de ninguém*”, já que, anteriormente, não havia nada ali. As terras ocupadas para esse assentamento, de fato, estavam improdutivas, abandonadas há muito tempo. Então, seguindo com suas reflexões, ela **questiona o uso do termo sem-terra, pois diz que está no assentamento há quase vinte anos trabalhando duro, produzindo alimento em seu lote. Chega à conclusão de que não é sem-terra.** Parece querer livrar-se deste estigma. Porém, diariamente sente a reafirmação desta condição e sintetiza com muita clareza a principal contradição

vivenciada por todo/as os/as assentados/as ali ao dizer: *“Não sou sem-terra! Só se for sem-terra com terra”* (trecho de diário de campo).

Ela questiona como pode ainda ser identificada como sem-terra, mesmo quando está assentada em seu lote há mais de 20 anos. Desta forma, aponta a urgência do diálogo com a sociedade, com os moradores da cidade, com os consumidores de seus produtos. Afinal, ele enfatiza que, naquele assentamento, todos/as são “sem-terra com terra”, pois, apesar de possuir um lote, ainda enfrentam cotidianamente as consequências de, mesmo sem perceber, estar fazendo parte de um movimento contra hegemônico.

Aqui se faz necessário um breve esclarecimento a respeito do que significa ser sem-terra no Brasil. A figura do sem-terra, para além de representar um estigma vendido pela grande mídia e mantido pelos interesses de grandes corporações, é também um protagonista fundamental na reorganização da estrutura fundiária de nosso país (Tomaz, 2001; Bergamasco & Norder, 2003; Leite et al., 2004). Mas a manutenção do preconceito relacionado à figura do sem-terra, veiculada pela mídia como sendo formada por criminosos perigosos, como uma ameaça a toda e qualquer propriedade, sustenta uma oposição da sociedade em geral com relação a estes atores tão importantes para a transformação das relações de opressão no campo (Tomaz Jr., 2001).

Justamente por sua importância estratégica, a representação do/a sem-terra entre a população tende a ser colocada como negativa, uma vez que é significativo seu potencial de abalar as estruturas de poder instituídas na sociedade contemporânea. Assim, podemos entender que os/as assentados/as de Araras vivenciam cotidianamente as consequências do confronto entre movimentos emancipatórios e os contramovimentos (Scherer-Warren, 1998), ou seja, as ações coordenadas pelas elites agrárias. Podemos entender que o estigma de sem-terra é sustentado também pelo

choque de interesses na construção de diferentes significados sobre o mundo rural (Pires, 2004) e de como deve ser organizada a ocupação do solo. A heterogeneidade dos atores e a assimetria de poder intensificam as disputas sobre a configuração das representações do rural entre diferentes grupos que compõem esse espaço. O resultado é a manutenção do predomínio de uma concepção que interessa aos grupos dominantes, bem como a desvalorização daqueles que se opõem a esse padrão.

A manutenção desta oposição com relação aos sem-terra é significativa no município em que foi realizada a pesquisa. Em Araras não se ouve falar sobre esse espaço enquanto um assentamento. Em várias ocasiões, quando me referia ao trabalho que realizo no assentamento, muitos me perguntavam onde ficava este lugar, do que se tratava. Em toda a cidade, a denominação usual, tanto para o espaço físico do assentamento como também para os que ali vivem, é sempre a mesma: os *sem-terra*. Isso ocorre de tal modo que muitos/as moradores/as da cidade imaginam que ali ainda há um acampamento¹³ e não um assentamento. Essa importante diferença não parecia fazer muito sentido para as pessoas da cidade com as quais eu conversava. Por ter família na cidade, por já ter vivido e estudado ali, meu contato com pessoas de diferentes bairros e diferentes classes sociais trouxe a oportunidade de conhecer bem a imagem que boa parte da população de Araras mantém em relação ao assentamento e as pessoas que lá estão.

13 O acampamento é caracterizado pelo período em que as famílias ocuparam a terra, mas ainda não conseguiram regularizar a sua posse ou delimitar os lotes de cada uma. Este período, é marcado pela precariedade das condições de vida que estas famílias enfrentam, visto que a área ocupada, na grande maioria dos casos, não oferece estrutura alguma, de forma que as moradias, o saneamento básico e toda a organização da vida cotidiana são improvisadas sob os barracos de lona e também para além deles. Nesse sentido, o fortalecimento do coletivo é fundamental para a possibilidade de permanência na área ocupada. Por isso, apesar de ser um período de extremas dificuldades materiais, também é o momento em que a organização do coletivo se mostra mais articulada. O assentamento é consolidado apenas quando há a regularização das terras e a permanência das famílias é reconhecida pelo Estado. Todavia, apesar de concluir essa primeira etapa, ainda há um longo percurso a ser trilhado até que se consiga o mínimo de estabilidade para permanecer na terra e sobreviver do trabalho no lote.

O sentido pejorativo atribuído ao espaço conquistado pelos sem-terra, que, para mim, ficou claro nos comentários e curiosidades sobre meu trabalho, é vivenciado cotidianamente pelos/as assentados/as nos diversos âmbitos em que se relacionam com os moradores da cidade.

Entretanto, há também o outro lado. Há também uma relação de reciprocidade e de admiração com relação aos sem-terra. Principalmente quando se trata dos moradores da zona leste da cidade, que estão mais próximos, que também estão na periferia da cidade, onde alguns têm família no assentamento (já que as ocupações das áreas III e IV tiveram origem nestes bairros) e onde muitos/as assentados/as comercializam sua produção nas ruas. Nesse contexto, há uma visão mais realista do que é o assentamento. Há, inclusive, o desejo de também conseguir um lote, de ter a oportunidade de participar desta empreitada. O que se supõe é que, nesta região da cidade, as pessoas parecem compreender melhor esta contradição implícita na experiência de ser sem-terra com terra.

Mesmo com uma apropriação não sistematizada do processo histórico que envolve a questão da democratização da terra, os moradores destes bairros parecem não compartilhar da representação do mundo rural veiculada pelos grupos dominantes na cidade.

Pensando na importância da sistematização do processo histórico que leva o assentamento a ser o que é atualmente, uma das primeiras propostas elaboradas junto ao presidente da associação foi a de tentar resgatar a história do assentamento de Araras.

3.2.1 Recontando histórias



Figura 13 - Jiló germinado junto à cerca do Centro Comunitário do assentamento. Detalhe do esterco para adubar a terra e da garrafa PET, de ponta cabeça e com a tampa furada, utilizada como técnica de irrigação. Foto: Caroline C. de Sousa.

Essa proposta surgiu com o objetivo de acessar maiores informações sobre as origens do assentamento e consistia em criar espaços nos quais fossem contadas histórias sobre como foram as experiências vivenciadas desde o início do processo de ocupação da terra.

Considerava-se que, para compreender a relação entre os processos de articulação coletiva e a organização produtiva neste assentamento, seria necessário conhecer sob quais circunstâncias os/as assentados/as vêm constituindo seu cotidiano de trabalho. E, partindo da concepção de que o cotidiano de trabalho não se reduz aos eventos atuais, mas é necessariamente determinado pelos aspectos históricos que

delimitam cada território, a proposta foi de que a primeira parte da pesquisa consistisse em realizar um levantamento sobre como começou o assentamento, ou seja, tratava-se, basicamente, da descrição e caracterização do campo de pesquisa, em conjunto com os/as assentados/as.

A proposta de organizar encontros para escrever uma história sobre as origens do assentamento foi apresentada por mim ao presidente da Associação Terra Boa, aos demais membros da diretoria, do conselho e também ao ITESP, sendo aceita com entusiasmo por todos/as. Portanto, pretendia-se levantar mais informações a respeito das origens do assentamento e, ao mesmo tempo, contribuir para a articulação política destes atores, criando um espaço para discussão e reflexão sobre o processo do qual participaram. Outro objetivo da atividade era o de que, ao construir coletivamente a história do assentamento, eles/as pudessem transmitir essa reflexão aos mais jovens e aos que chegaram depois, para que todos tivesse a oportunidade de se apropriar de sua própria história. Ao discutir o papel do psicólogo na América Central, Martín-Baró (1996) enfatiza que compreender suas origens traz a possibilidade de que uma nação possa reconstruir sua própria história. Partindo desse princípio, considerei que, em um contexto tão peculiar, como um assentamento de reforma agrária, este resgate histórico poderia ter o mesmo efeito, poderia ser um disparador para que cada assentado/a pudesse ter melhores condições de uma participação política libertadora e, desta forma, contribuir com a construção de mecanismos de participação popular.

Nota-se que, em alguns trabalhos, como os de Itani (2007) e Andrade (2013), há uma descrição do surgimento do assentamento, com uma riqueza de detalhes quanti e qualitativos que nos dão um panorama de como surgiu cada área. Alguns trazem as falas dos assentados para ilustrar os fatos e explicitar o posicionamento destes. Todavia, o que se buscou nessa fase da pesquisa, foi defender a proposta de construir um texto, em

conjunto com os assentados, que contasse a história do assentamento a partir de uma construção coletiva, ou seja, a partir da própria história de cada um deles. Levantar entre eles/as a discussão sobre aspectos como a cooperação e a solidariedade, que prevaleciam no período do acampamento, poderia trazer à tona reflexões sobre o processo pelo qual passaram e o que estão passando agora, ressignificando as experiências localizadas num momento histórico, no qual podem identificar os fatores que influenciaram mudanças para uma direção e não para a outra.

Com o envolvimento dos/as assentados/as na construção da história do assentamento, seria possível colocar questões como: Por que a coletividade e a solidariedade, presentes na época do acampamento, não se mantiveram? Quais as dificuldades da organização coletiva entre os/as assentados/as? Quais projetos se perderam nesse processo e quais podem ser reconstruídos no contexto atual?

Questões como essas poderiam orientar a construção de um projeto político comum, voltado para a transformação social da realidade direcionada pela reflexão coletiva, que poderia ter o efeito de superar o fatalismo, muitas vezes presente no discurso dos/as assentados/as. Como afirmam Ximenes & Gois (2011),

O sujeito da comunidade que se responsabiliza pela transformação social da realidade em que vive, na busca de uma melhoria individual e coletiva, tem uma consciência transitiva, enquanto o indivíduo submisso tem uma consciência parcial da realidade, não se reconhece capaz, vivencia um sentimento fatalista (p. 47).

A participação nos grupos promovidos para lembrar a chegada ao assentamento foi importante no sentido de proporcionar uma reflexão sobre a experiência de ser assentado/a, ou de ser sem-terra com terra e ter de lutar cotidianamente pela permanência no lote.

Os encontros realizados com essa finalidade foram informais. Havia um convite na entrada do barracão, informando o dia e horário em que aconteciam. Contudo, apenas os/as assentados/as com os/as quais conversei pessoalmente compareceram.

Algumas falas destacadas desses encontros estão transcritas no decorrer deste capítulo, de modo que contribuem não apenas para a compreensão das origens desse assentamento, mas também para a discussão dos aspectos relevantes para o debate sobre a organização social e produtiva que o compõem.

É importante destacar, ainda, que muito da complexidade do cotidiano do assentamento não pôde ser contemplada nesta pesquisa, uma vez que não foi possível acompanhar de perto todos/as os/as assentados/as. Sequer foi possível conhecer a todos/as, o que se deu em virtude do tempo limitado para a realização da pesquisa de campo e pelas especificidades do contexto de pesquisa, muito difuso e conflituoso. Inevitavelmente, a aproximação positiva em relação a um grupo dificultava a aproximação a outros. Sendo assim, apesar de levar em consideração o contexto como um todo, a pesquisa concentrou-se, principalmente, na área III, onde se localizava a sede da associação e onde estavam alguns dos assentados/as com os/as quais pude ter um contato mais próximo.

3.3 Ressignificando o trabalho feminino: da participação “secundária” no orçamento familiar à mão de obra principal no lote



Figura 14 - Organização das mulheres em confraternização no Centro Comunitário. Foto: Caroline C. de Sousa.

As categorias ecológicas com as quais elas pensam e atuam podem converter-se em categorias de libertação para todos, homens e mulheres, ocidentais e não ocidentais, seres humanos e não humanos do planeta.

Ao haver afastado a vida do centro da organização da sociedade humana, o paradigma dominante do conhecimento se converteu numa ameaça para a vida mesma. As mulheres do Terceiro Mundo estão situando novamente no centro da história humana o interesse pela vida e pela sobrevivência (Shiva, 2004, p. 250).

Após algum tempo sem ir ao assentamento, notei que havia algumas diferenças no lote de Rosa (assentada da área III). Logo na saída da estrada, onde se pega um caminho que nos leva até a casa, já não se podia mais ver o solo tomado pelas braquiárias, mas sim uma grande área com mandioca já no ponto de ser

colhida. Chegando próximo à casa, percebi que a porteira estava fechada, o que era incomum, visto que a movimentação ali é muito grande. Então, parei o carro e desci para tentar chamar, quando vi que Rosa se aproximava. Ela ouviu o barulho do carro e logo veio me receber. Abriu a porteira, nos cumprimentamos e iniciamos a conversa.

Deixei o carro parado ali mesmo, do lado de fora da porteira (já que imaginava que minha passagem por ali seria rápida) e continuamos caminhando pelo terreno. Nossa caminhada até a casa foi interrompida várias vezes em função da seriedade do assunto. Ela parecia querer conversar e me contava sobre a morte do morador de rua que eles acolheram em seu lote há alguns anos. Eu o conheci. Ele dormia em um quartinho nos fundos do lote e era considerado como pessoa da família. A morte foi natural e era recente. Ela parecia ainda muito abalada e me contava a história com riqueza de detalhes enquanto caminhávamos lentamente pelo terreno. Assim demoramos alguns minutos para cruzar o pequeno espaço de chão de terra batida que é uma espécie de quintal na frente da casa. A casa é simples, há uma pequena área coberta na lateral que dá acesso à entrada pela cozinha aos fundos. Ao lado, está a casa de sua sogra, separada por um lado deste quintal e com grandes árvores frutíferas. Já a casa de seu filho, recém-construída, está germinada à casa de Rosa. Ela parece muito satisfeita com a mudança do filho, que quando se casou e foi morar na cidade, mas agora está de volta ao seu sítio (modo como ela se refere ao lote).

Ao chegarmos próximo à casa, ela me ofereceu um café. Eu aceitei e prosseguimos a conversa. Entretanto, uma situação me chamou atenção. Por perceber que ela havia tirado o calçado para entrar na casa, eu também fiz o mesmo, ao que fui repreendida, com a justificativa de que isso não era necessário, já que a casa não estava limpa. Neste momento, passou a se desculpar pela falta de limpeza da casa, por não ter varrido o quintal... Parecia

envergonhada, culpada por não varrer, por haver tanto pó. Ora, uma casa na área rural, em meio ao chão de terra batida com o tempo extremamente seco, o que mais se poderia esperar? Mas este não é um comportamento isolado. Rosa está sempre muito preocupada em se responsabilizar pela organização da casa e do lote.

Enquanto tomávamos o café, permanecemos na varanda da casa conversando sobre seus filhos, sobre como cada um estava tentando organizar a vida. Foi então que ela comentou sobre o desejo de retomar com mais empenho o trabalho produtivo no lote. Enfatizou que seu marido tem tentado dedicar mais tempo ao trabalho na roça. Ela própria está plantando mudas de árvores frutíferas e aproveitando também os frutos daquelas que nascem sozinhas, como o mamoeiro, por exemplo. Próximo à sua casa, há também uma castanheira, que não é aproveitada pela família, nem mesmo para consumo próprio. Entretanto, ela me diz de sua tentativa de prestar maior atenção às possibilidades de explorar os recursos existentes em seu lote. Aproveitar as frutas de época não apenas para consumo próprio, mas também para comercialização, para troca entre os vizinhos.

Esta nova visão em relação aos recursos que o lote pode oferecer foi despertada por um motivo muito especial. O retorno de seu filho ao lote a deixa bastante animada, já que, Elizabeth, sua nora está grávida. Elizabeth parece estar se envolvendo muito com o trabalho no lote, pois tem sua pequena criação de galinhas e patos, com os quais tem um cuidado bonito de se ver. Enquanto conversávamos na varanda da casa, observamos Elizabeth jogando quirera de milho e chamando os pintinhos: *pi pi pi pi pi pi*. Enquanto ela caminhava pelo quintal, o vento balançava a saia rodada de seu vestido, salientando a pequena barriga que começava a aparecer. E ela continuava muito atenta contando cada

ave, para ver se estavam todas ali, ou se alguma havia sido atacado por cachorros ou raposas.

Já o outro filho, que ainda mora na cidade, também está se reaproximando e, segundo Rosa, chegou a falar sobre a possibilidade de construir uma casinha ali também. Além disso, ele trouxe alguns animais para serem criados no lote. O cuidado diário é feito pela própria Rosa, mas o filho também está sempre atento, vindo com maior frequência para cuidar de seus animais. Ela se anima com a possibilidade de ter seus filhos trabalhando e morando com eles (trecho de diário de campo).

Optei por manter esse longo trecho do diário de campo para ilustrar a riqueza da experiência vivida durante o período de trabalho de campo. Cada visita realizada revelava novas perspectivas, diferentes aspectos que poderiam contribuir para a compreensão do modo como se estrutura a articulação entre a organização social e produtiva dentro do assentamento. E o gênero, nesse sentido, apareceu com muita força. A perspectiva de gênero como categoria de análise traz elementos fundamentais para a compreensão do contexto de pesquisa.

O que propomos neste item é destacar alguns elementos sobre o protagonismo das mulheres no contexto rural, no qual as mulheres ainda exercem o tradicional papel de cuidadora do lar, mas também participam de atividades produtivas, ou trabalham gerando produtos para o consumo familiar. Siliprandi e Zuluaga (2004) destacam que, apesar de haver muitos estudos sobre as relações de trabalho no campo que enfatizam as “unidades domésticas de produção” (p. 11), poucos são os que abordam a temática a partir da perspectiva de gênero.

No exemplo acima citado, bem como em situações similares, foi possível observar como os padrões de gênero ainda atuam de forma incisiva nos processos de

subjetivação no assentamento. Pode-se dizer que a história de Rosa traz alguns elementos importantes para a compreensão das relações estabelecidas entre homens e mulheres na divisão do trabalho, por exemplo. Assim, sua recorrente justificativa pela poeira na casa, evidencia que as tarefas domésticas são de sua total responsabilidade. Enquanto isso, as atividades produtivas no lote, ao menos em parte, são compartilhadas, já que ela cuida dos porcos trazidos pelo filho e também trata de outras criações. Elizabeth também tem sua própria criação de galinhas e patos, também expande as atividades domésticas para o que se poderia considerar como atividade produtiva.

A proximidade com o ambiente doméstico também tem o efeito de confundir trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo. Entretanto, essa confusão ocorre apenas em função do gênero de quem esteja realizando a tarefa. Como, socialmente, não cabe aos homens responsabilidade pelo trabalho reprodutivo, toda tarefa realizada por eles é considerada produtiva, legitimada enquanto trabalho que gera recursos financeiros para a família.

Como assinalam Siliprandi e Zaluaga (2014), na agricultura familiar, as mulheres sempre mantiveram-se desenvolvendo atividades produtivas, embora seu trabalho, ainda que regular não seja reconhecido como tal, possuindo uma conotação de ajuda, atuando como uma “mão de obra invisível” (Cruz-Souza, 2006), considerada insignificante se comparado ao trabalho desenvolvido pelos homens. Esta realidade se expressa na titularidade da propriedade e no reconhecimento da profissão de agricultor que, predominantemente, é dos homens, os principais atores, os que detém o poder de decisão sobre a organização produtiva e também o controle financeiro sobre os rendimentos familiares.

Desta forma, a dificuldade de reconhecimento do trabalho das mulheres predomina no meio rural, pois a produção das mulheres para autoconsumo, como é o

caso da criação de galinhas de Elizabeth, não tem valor econômico. Além disso, em geral, não se pode identificar a participação das mulheres nem mesmo na produção para comercialização, visto que a DAP é um documento concedido a cada família e, via de regra, fica sob a responsabilidade dos homens.

Mas, antes de continuar a discussão sobre a divisão de tarefas e os desdobramentos para as relações estabelecidas entre homens e mulheres no campo, continuarei com outro exemplo significativo. Há, no assentamento, alguns exemplos que confrontam os padrões de gênero, apesar de todos os obstáculos encontrados. Nesse sentido, o exemplo a seguir demonstra uma tentativa de superação.

Josefa é uma mulher forte, que trabalha com seu marido no lote auxiliando em todas as tarefas desenvolvidas por ele. Apesar disso, tem sua própria atividade, que é o cultivo de uma horta, da qual tem sua renda separada dos demais rendimentos. Para ela, o trabalho em casa não é central. Relata que mantém a organização da casa na medida em que não atrapalhe sua atividade produtiva principal. Ela cultiva e comercializa os produtos da horta, além de também fazer pães, bolos e doces para comercializar em pequenos mercados da região. Com estas atividades, garante uma fonte de renda própria. Ela se orgulha de dizer que não depende de seu marido e que ela é quem controla estas atividades, quem organiza a produção e, por isso, o dinheiro que consegue é exclusivamente seu.

Apesar de sua postura, que poderia ser considerada de orientação feminista, a questão da divisão de tarefas domésticas com o marido não aparece em seu discurso. Ela apenas justifica sua falta de preocupação em manter a limpeza da casa por ter outro trabalho mais importante a fazer. Entretanto, parece não haver um sofrimento relacionado a esta falta de tempo para realizar as tarefas domésticas com maior frequência.

Ela se destaca por ter uma postura diferenciada no que diz respeito à questão de gênero. Como o cuidado com a casa é secundário para ela, a divisão do trabalho com o marido, também está distante do modelo tradicional da mulher que ajuda com as atividades produtivas e não tem uma renda própria. Ela ressalta, a todo o momento, que trabalha com ele, mas tem o seu dinheiro, o seu carro.

A relação com a maternidade também é outro diferencial. Apesar de não ter criado todos os filhos, já que alguns ficaram com o pai quando ela se separou do primeiro marido, ela acolheu e criou outras crianças (inclusive um dos netos) como suas. A naturalidade com que trata o assunto aponta para uma concepção libertadora do papel de mãe, no sentido de não se culpar ou lamentar por não ter sido a responsável direta pela criação dos filhos. Apesar disto, sempre manteve uma relação muito saudável com eles, ou seja, não deixou de exercer o papel de mãe, mas o fez de outra maneira.

O exemplo de Josefa é interessante, pois foi um dos poucos casos nos quais foi observada, em alguma medida, a legitimação do trabalho feminino como trabalho produtivo. Ela relata frequentemente que tem seu trabalho, sua horta, que geram recursos que ela administra. Nesse caso há uma separação nítida entre a renda proveniente do trabalho que ela executa individualmente. Entretanto, é importante salientar que este recurso é considerado, tanto por ela quanto pelo marido, como um complemento de renda. Não há uma reflexão sobre a remuneração referente ao trabalho que os dois realizam juntos e o produto dessas atividades é reconhecido enquanto ganho exclusivamente dele, com o qual mantêm as despesas da casa. Em outras palavras, ela tem seu dinheiro, que é exclusivo para as suas coisas, mas não é suficiente para ser considerado o recurso para a manutenção da família. Sendo assim, apesar de tantos avanços, ela ainda continua numa posição de dependência em relação ao companheiro.

Outro caso significativo é o de Aline (assentada da área III), que, juntamente com seu pai (titular do lote), é a principal mão de obra em um dos lotes mais produtivos do assentamento. Apesar do termo “ajuda” ser frequentemente utilizado por outras pessoas para referir-se à sua atividade, Aline mantém uma postura que indica o reconhecimento de realização do trabalho produtivo, e esse reconhecimento também parece estar claro para seu pai. E, no caso dela, o trabalho não é realizado apenas para custear “as suas coisas”. Sua atividade é de grande relevância para a produtividade no lote e para a subsistência de toda família. Infelizmente, esse é um caso isolado dentro do assentamento.

Já em outros casos, como o de Helena e Michele (assentadas da área III), a responsabilidade pela produtividade no lote é atribuída ao “homem da casa”, Daniel (assentado da área III), mesmo quando as duas têm uma carga de trabalho muito próxima à dele. Em certa ocasião em que havia uma reunião no seu lote para decidir algumas questões relativas à comercialização coletiva, as duas sequer quiseram se pronunciar antes que Daniel estivesse presente. Somente com a participação dele na reunião elas se colocaram brevemente, mas sempre solicitando sua aprovação para as sugestões.

Com isto, foram observadas diversas situações que demonstram o quanto é urgente debater as questões de gênero neste contexto. Enquanto uma das dimensões organizadoras das relações sociais e concretamente produtor de desigualdades, as questões de gênero necessitam ser amplamente debatidas a fim de reconhecer estas desigualdades e buscar a equidade (Silva, Rigotto, & Rocha, 2015).

3.4 Fortalecimento psicossocial: redes de solidariedade e o processo saúde-doença



Figura 15 - Faixa colocada na entrada da área III convidando os/as assentados/as para participar das reuniões do orçamento participativo realizadas no Centro Comunitário. Foto: Caroline C. de Sousa.

Era um senhor com mais de 70 anos, aparentemente. Os indícios do trabalho no campo se faziam presentes em todo seu corpo. Podia-se notar a pele marcada pelo sol, embora fosse branco e tivesse os cabelos muito claros. Apesar da fragilidade que os anos de trabalho pesado e a idade lhe conferiam, também tinha um aspecto forte, com alguma potência física proporcionada pela prática cotidiana do trabalho braçal. As mãos eram calejadas e literalmente marcadas pela terra. Alemão (assentado da área IV) ficou viúvo recentemente. Vive em uma pequena casa em seu lote, no qual também há outra casa onde sua filha vive com a família.

Eu acompanhava Anita, outra assentada que havia ido até a casa de Alemão para comprar mandioca. Ele prontamente atendeu nosso pedido e foi logo arrancar a mandioca. Foi muito rápido. Em poucos minutos, já estava novamente nos fundos da casa. De longe foi possível acompanhar toda sua movimentação e, em seguida, encontrá-lo no local onde estava se preparando para pesar a mandioca.

Ele entrou em uma espécie de rancho onde guarda suas ferramentas e também alguns produtos que vende. O local era muito simples, com paredes improvisadas com plásticos, restos de propaganda política e uma cobertura precária. Na parte de dentro, podia-se notar sua constante movimentação, os restos de material, a velha balança, provavelmente usada constantemente, e os sacos plásticos com os quais embalava seus produtos. Havia também dois rádios muito velhos e empoeirados. Um deles tocava baixinho.

Enquanto fazia a separação para a pesagem, apareceram mais duas moças chamando por ele. Elas entraram sem muito receio e vieram em nossa direção. Pareciam bem familiarizadas com ele e também com o local. Aproximaram-se e cumprimentaram-no, perguntando como ele estava, se estava tudo bem. Ele disse que sim, que *“tudo bem... quer dizer, bem não está, né, porque perdi minha mulher na semana passada”*. As duas comentaram que souberam da notícia. Manifestaram solidariedade, relataram que, quando souberam, tentaram até ir ao enterro, mas não deu tempo. Elas conversaram rapidamente sobre o último contato com a esposa dele e, em seguida, disseram que vinham a procura de alface. Imediatamente, ele disse que não tinha, indicando seu vizinho. Porém, logo em seguida, considerou a possibilidade de que este outro assentado também não tivesse, pois costuma vender apenas para mercados e em grande quantidade. Elas disseram que não estavam conseguindo achar e que já haviam passado no local e viram que, no outro lote, também não tinha nada de alface.

Durante esta breve conversa, Alemão continuou preparando a mandioca. Ajeitou sua antiga balança de contrapeso e tentou chegar mais próximo possível da quantidade que havia sido solicitada. Após a pesagem, separou as ramas de mandioca em sacolas, já finalizando o processo. Enquanto fazia tudo isso, com o cuidado de quem reconhece nas suas mãos o produto de seu trabalho, continuava contando sobre a perda de sua esposa. Demonstrava profunda tristeza, mas contraditoriamente, parecia bastante conformado. Contou que estava com ela minutos antes, que ela passou mal e não deu tempo de socorrer, pois foi um ataque do coração fulminante. Contou também como sua rotina mudou após a morte da esposa, pois, agora, ele mesmo cozinha sua comida, atividade que, segundo ele, não estava pesando muito em sua rotina. Isto porque cozinha para toda a semana e guarda a comida por alguns dias na geladeira. E ressalta que não está só. Sua filha também ajuda lavando sua roupa, porém, ele emenda, isso é coisa que poderia fazer sozinho. Está se adaptando a uma nova vida e tenta demonstrar que está se saindo melhor do que poderiam imaginar. De todo modo, esta adaptação é permeada pela falta de alguns pequenos prazeres dos quais dispunha anteriormente. Se comer comida esquentada vários dias por semana não parecia tão emblemático, ele tentou transmitir este desconforto dizendo que fazia o mesmo com o café, que era guardado na garrafa e consumido mesmo depois de três dias! Ao ser questionado sobre os riscos destes hábitos para sua saúde, ele sorriu, dizendo que não havia problema, que estava acostumado.

Próximo a nós, havia uma caixa cheia de quiabo, que ele ofereceu argumentando que quiabo era muito bom, que era bom para o coração. Neste instante, parou rapidamente, como quem refletia sobre o que havia acabado de dizer e ponderou que, na verdade, não sabia se realmente era bom para o

coração, pois sua esposa comeu quiabo a vida toda e morreu do coração!
Brincou com uma aparente tristeza no olhar (trecho de diário de campo).

Como já mencionado anteriormente, esta pesquisa foi iniciada com a proposta de compreender a relação entre a organização produtiva e o processo saúde-doença no contexto de um assentamento. Contudo, com o desenvolvimento do trabalho outras questões também adquiriram relevância e foram sendo incorporadas ao estudo sobre a relação entre os processos de articulação coletiva e a organização produtiva neste assentamento.

Cabe aqui, portanto, esclarecer que a compreensão da relação saúde-doença enquanto processo social possibilita a análise da historicidade dos determinantes sociais, fisiológicos e psíquicos para cada coletivo humano. Permite, ainda, compreender a materialização dos desdobramentos dos processos históricos e sociais na corporeidade humana (Laurell & Noriega, 1989).

A história de Alemão traz alguns aspectos relacionados ao modo como as o trabalho no campo pode afetar o corpo dos trabalhadores rurais. Mais, ainda, revela a importância das redes de solidariedade para alguém que se encontra em situação de vulnerabilidade, tanto pelo desgaste físico quanto pela questão da idade, mas, sobretudo, pela perda da companheira.

As redes de solidariedade estabelecidas no assentamento podem ser comparadas ao que Castel (2003) denomina redes de proteção social primária. Foi possível observar neste, e também em outros exemplos, como o coletivo de assentados/as buscam criar estratégias de apoio mútuo. No caso de Alemão, a própria filha assume essa função, visto que está próxima a ele e pode tentar minimizar os impactos da ausência da companheira em sua rotina. Entretanto, Anita também relatou preocupação com a situação dele, mencionando que, assim como outros/as assentados/as, sempre que pode

lhe faz uma visita. O mesmo cuidado pode ser observado na interação entre ele e as mulheres que buscavam por alface. As relações estabelecidas naquele momento ultrapassavam a simples negociação comercial. Elas permaneceram ali por um longo tempo, mesmo sabendo que ele não tinha o produto que elas procuravam, apenas para ouvi-lo e demonstrar solidariedade.

Nessa mesma linha, também foi possível observar como o discurso no assentamento é muito marcado pela valorização da qualidade de vida que se pode ter no meio rural. Além da recuperação de um estilo de vida que permite maior contato com a natureza, a convivência ali também proporciona um sentimento de segurança entre eles/as. Waldemar (assentado da área III), ao fazer uma comparação entre ser criado no campo ou na cidade faz o seguinte comentário:

Eu falo assim, rapaz, aqui é um lugar que você pode soltar as crianças, brincar. Na cidade, não tem isso não. Como é que você vai deixar um molequinho do jeito que tá as coisas hoje em dia, né? Solto pra rua? [...] É duro, não é fácil não... Eu acho que já é um lugar sossegado né, mais sossegado, muito. Você deita na cama não tem aquela barulheira né, fala a verdade! É, você trabalha durante o dia, você deita na cama e sabe que você vai dormir, vai descansar mesmo. Na cidade é difícil, é barulho de bateção, bar perto, essas coisas (Trecho da entrevista concedida por Valdemar).

Os relatos revelam que o sentimento de segurança e de tranquilidade são aspectos muito positivos para os/as assentados/as, que se dizem muito satisfeitos com o estilo de vida que encontram no assentamento, apesar de todas as contradições inerentes a este contexto.

Considerando exemplos como os acima citados, é possível concluir que esse sentimento de pertencimento a esta comunidade atua como um fator psicossocial de fortalecimento para esses indivíduos. Montero (2010) define o fortalecimento, ou potenciação, como o:

[...] processo mediante o qual os membros de uma comunidade (indivíduos interessados e grupos organizados) desenvolvem, conjuntamente, capacidades e recursos para controlar sua situação de vida, atuando de maneira comprometida, consciente e crítica para alcançar a transformação de seu entorno segundo suas necessidades e aspirações, transformando, ao mesmo tempo, a si mesmos (p. 65).

Montero (2010) enfatiza que o “desenvolvimento crescente do sentimento de ser-em-relação com o mundo” (p. 68) seria a primeira etapa do caminho para a libertação por meio do fortalecimento.

Ainda de acordo com a autora, outra etapa desse processo estaria relacionada à “construção de uma compreensão crítica das forças sociais e políticas” (p. 68) que atuam na comunidade e em um contexto mais amplo. Com relação ao posicionamento crítico observado entre os/as assentados/as, é interessante mencionar as mudanças no atendimento básico de saúde transcorridas durante o trabalho de campo.

Na área III, bem próximo ao barracão, localiza-se um posto do Programa de Saúde da Família – PSF. Durante o período da pesquisa, fui informada de que o acompanhamento dos/as assentados/as era realizado por uma agente comunitária de saúde, também assentada, que se desloca por todas as áreas com sua moto. O atendimento na unidade de saúde era concentrado em um dia da semana, sempre às quintas-feiras, quando o médico, clínico geral, recebe a população com hora marcada. Há também um dentista atendendo a população do assentamento semanalmente.

De maneira geral, não foram relatadas grandes dificuldades em conseguir horário para atendimento médico nesta unidade de saúde. A prevalência de mulheres e crianças nos dias de atendimento médico era notável. Entre as diversas conversas com os/as assentados/as, nunca foi observada grande insatisfação com o atendimento de atenção básica oferecido dentro do assentamento. Somente quando houve a mudança do

clínico geral a questão da qualidade do atendimento médico apareceu de modo significativo.

Por entrarem em contato com um profissional que ofereceu atendimento diferenciado, surgiram diversas comparações com relação ao atendimento prestado pelo médico anterior. Ocorre que, por meio do Programa Mais Médicos, chegou ao assentamento um médico cubano. Mesmo que, anteriormente, eu tivesse questionado por diversas vezes a questão do atendimento no PSF, nunca houve nem um comentário significativo a respeito. Com a mudança do médico, sem que eu sequer mencionasse o assunto, várias pessoas passaram a comentar sobre a atenção que estavam recebendo do novo profissional. Os comentários giravam em torno da qualidade do atendimento, da oportunidade de conversar, de falar, de ser ouvido/a, coisas aparentemente incomuns em se tratando da relação com médicos. Durante um encontro realizado na casa de Josefa, uma das participantes contou com muita admiração que o médico chegou até a fechar a porta para conversar com ela e que ficou mais de 20 minutos perguntando sobre sua saúde. Sua fala revelava o espanto e a gratidão por ter percebido, talvez pela primeira vez em sua vida, um cuidado diferenciado por parte de um médico. As pessoas pareciam sentir-se mais próximas desse médico do que dos demais, pareciam identificar-se com ele, criando um ambiente de confiança e produção de cuidado.

É interessante observar que, aparentemente, não havia um posicionamento crítico com relação à atuação do profissional anterior, todavia, essa possibilidade se efetivou quando surgiram elementos que viabilizaram a reflexão a respeito da qualidade do serviço público de saúde prestado dentro do assentamento. O que foi possível observar com relação a experiência com o médico cubano é que esse fato pareceu proporcionar, para alguns/mas assentados/as, o despertar de uma atitude mais crítica frente a outros/as médicos/as. Embora ainda muito insipiente, essa busca por um novo

modo de relação com profissionais de saúde poderia ser considerado como o início de um processo de superação da submissão predominante no atual modelo de assistência à saúde.

Mas foi possível observar, ainda, outro indicativo de avanços no processo de conscientização (no sentido freireano) dos/as assentados/as no que diz respeito à relação entre a organização produtiva e o processo saúde-doença. Por estar orientada pelos pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Comunitária, esta pesquisa, como pode ser observado, não se limitou à coleta de informações no campo e, em determinados momentos, foi possível notar os efeitos produzidos pelos processos de facilitação que fizeram parte do trabalho de campo. Além da questão do levantamento sobre a história do assentamento, outra importante ação desenvolvida foi o levantamento do debate sobre a relação entre a organização produtiva e o processo saúde-doença, especialmente no que diz respeito às diferenças entre os sistemas produtivos convencional e o de base agroecológica.

Com isso, o debate sobre a relação entre trabalho, saúde e meio ambiente foi potencializado e teve repercussões importantes. No subtítulo “Produção de base agroecológica: um novo projeto para o assentamento?” será explicitado como se deu esse processo.

No próximo subtítulo será abordada a questão da importância da transição agroecológica, tanto para a promoção de condições de trabalho mais justas, como para a prevenção de agravos à saúde dos/as trabalhadores/as rurais, bem como da população em geral. Destaca-se também o protagonismo das mulheres nas iniciativas relacionadas à produção agroecológica, que envolve relações de comercialização justas e o consumo consciente.

3.5 Organização produtiva: contradições e novas perspectivas para a permanência no assentamento



Figura 16 - Canteiros de hortaliças em um dos lotes mais produtivos do assentamento. Foto: Caroline C. de Sousa.

Geraldo (assentado da área IV) é aposentado, viúvo e vive sozinho em seu lote, localizado na área IV. Foi o primeiro assentado com quem tive contato. Seu lote, apesar de pequeno, me pareceu bem aproveitado. A frente tem, aproximadamente, de oito a dez metros de comprimento. Na cerca, ele cultivava algum tipo de vagem ou feijão guandu. Ao centro, há uma entrada com um portão de ferro que fica há alguns metros na direção da casa. Na entrada, há um pequeno, porém largo, caminho de terra batida cercado por árvores de vários tamanhos, algumas frutíferas, outras apenas com flores ornamentais. De um lado, parece não haver muita coisa: um pouco de capim braquiária e quiabo

misturado com milho já quebrado. Mas, do lado de baixo, há uma grande horta, com diversas variedades de hortaliças e temperos. Mais ao fundo, pode-se ver algumas bananeiras, também milho e mandioca. Ao centro, fica a casa, muito simples, rebocada, porém, sem pintura, parecendo ainda estar por acabar. Há uma porta de entrada que dá acesso, primeiramente, à cozinha e, também, uma janela, que parece ser de um quarto. Há um espaço reservado, cimentado e separado do quintal por uma pequena mureta abaixo da cobertura. A cobertura da frente é pequena, mas tem espaço suficiente para guardar as coisas que, aparentemente, precisam estar mais à mão, como caixas de verduras, matéria-prima para fazer vassouras, ferramentas em geral e uma casinha de cachorro.

Logo ao lado da casa, fica o galinheiro, um espaço grande, talvez maior que a própria casa, onde há uma área coberta com poleiros e também um espaço ao ar livre, no qual, provavelmente, incide a sombra das árvores ao redor na maior parte do dia. Minha impressão é de que havia cerca de 100 galinhas ali. Mostrando seu lote com muito orgulho, enfatizou que cuida da roça sozinho, e que tem galinha caipira para vender, ainda viva, por R\$ 20,00 cada.

Entre o caminho de entrada e a horta, há uma passagem e uma espécie de bancada na qual havia algumas bandejas de semeadura. Vi que as alfaces mais novas foram transplantados recentemente, provavelmente daquelas bandejas, mas não havia no lote nenhuma estufa ou espaço propício para a germinação. Descobri, então, que ele, assim muitos/as no assentamento, compra mudas prontas de uma assentada da área II.

Enquanto conversávamos, reparei que o terreno não era tão grande afinal. Perguntando se ele cuidava de tudo sozinho, comentei sobre a impressão que tive a respeito do tamanho do lote, pois minha expectativa era de que fosse muito maior. Ele se espantou com minha fala e ressaltou que não era pequeno

não, que a cerca ia até lá na frente, apontando um limite e presumindo que eu fosse ver a fronteira que ele via. Completou dizendo que seu lote ia até uma parte, mas que os outros iam até o lixão.

Sobre minha pergunta a respeito do uso de agrotóxicos, ele rapidamente respondeu que não usava, “*que todos ali produziam o que a terra dava*”, sem veneno, sem agrotóxico. Não falou apenas por si, mas enfatizou que todos no assentamento produziam verduras orgânicas.

No meio da conversa, ele foi contando um pouco sobre o manejo com as culturas, o revezamento que faz entre uma e a outra, a forma como divide os canteiros entre hortaliças que possuem características diferentes, mas que necessitam da mesma quantidade de água, por exemplo.

Animado com meu interesse por seu trabalho, relatou que, há pouco tempo, vieram alguns estudantes de outra cidade conhecer o assentamento e passaram vários dias com eles. Contou essa experiência com muita satisfação, dizendo que os estudantes eram muito bons, que ficaram acampados em seu quintal e permaneceram por algum tempo comendo seus produtos e compartilhando o que trouxeram. Comentou que não comiam quase carne, apenas peixe, de vez em quando, dando a entender que não sabia como se sustentavam sem carne, embora comessem outras coisas em grande quantidade. Eles vieram de Londrina, de ônibus, mas trouxeram bicicleta e, com elas, andavam pelo assentamento todo. Conheceram todo mundo e fizeram até um cinema em seu quintal. Estenderam um encerado na frente da casa e colocaram uma tela branca “enorme” onde exibiam filmes por um aparelho. Bastante entusiasmado com a história, contou que foi uma experiência muito boa assistir ao filme e que todos do assentamento gostaram muito das atividades propostas por esses estudantes. Depois de passarem alguns dias hospedados em barracas montadas em seu lote,

os estudantes quiseram pagar por tudo que haviam consumido, mas ele não queria receber. Para Geraldo, era como se fossem visitas em sua casa. Mas eles insistiram e, por fim, pagaram um valor muito superior ao que realmente valia tudo o que consumiram. Segundo ele, eram pessoas muito boas, mas, ao mesmo tempo, ele parecia querer dizer como também eram estranhos, diferentes. Tentou descrever o estilo alternativo deles, dizendo que pareciam até Jesus. Essa comparação foi muito interessante, pois pela descrição, eu já imaginava o perfil dos estudantes que ele recebera. Entretanto, eu mesma nunca faria essa associação com a figura de Jesus.

Ele prosseguiu me falando um pouco sobre seu estilo de vida ali, sobre como era sua relação com o trabalho no lote. Ficou evidente que, além de se preocupar com a produtividade, também estava atento ao cuidado com aquele espaço, que era muito importante para ele. Então, falou-me sobre a “medicina da terra” e como se sentia cuidado pela terra e pela natureza em volta. Enquanto conversávamos, caminhávamos pelo lote, como se ele quisesse me apresentar todo seu espaço, me apresentar toda a vitalidade daquele lugar.

Em seguida, levou-me para ver os fundos do terreno, onde havia milho, banana e grandes árvores de abacate e jaca, além dos mangueiros com porcos. No caminho, foi tentando me ensinar algumas coisas sobre as plantas que tinha em seu lote. Inicialmente apontava uma dessas plantas e perguntava se eu sabia o que era. Muitas delas já eram conhecidas por mim, outras não me lembrava de início. Então fazia o que é de costume quando se tem esse tipo de dúvida; pegava uma folha, amassava com os dedos e cheirava para despertar alguma lembrança e conseguir identificar do que se tratava. Ele parecia se divertir muito com isso. Eu sentia que ele realmente estava empenhado em me mostrar seu conhecimento, seu envolvimento com o trabalho e sua satisfação quando eu não reconhecia uma espécie que era evidente. Então, ele me dizia que planta era

aquela, se era comestível, quais eram seus usos possíveis e como poderia consumir seus frutos ou fazer chás a partir de diversas espécies que encontramos em seu lote.

A partir da história de Geraldo, podemos destacar algumas questões importantes. A primeira delas é a identificação dessa unidade produtiva como baseada nos princípios da Agroecologia. Essa constatação pode ser evidenciada pela diversidade de cultivos em no lote, pela forma como diferentes variedades estão combinadas em cada canteiro, pelo aproveitamento dos restos da horta para alimentar as galinhas, pela utilização do esterco dessas mesmas galinhas para adubar a horta, entre outros fatores. A opção por não usar nenhum tipo de agrotóxico também é determinante para a produção orgânica. Todos esses elementos compõem um sistema produtivo baseado no respeito às possibilidades produtivas que a terra oferece, além da preocupação com a preservação dos recursos naturais e a qualidade dos alimentos produzidos.

A diversidade de fontes de renda também é outro aspecto interessante. Com a venda de hortaliças, frangos e vassouras, Geraldo consegue complementar sua aposentadoria e manter seu estilo de vida simples. Por isso as relações estabelecidas entre ele e os consumidores de seus produtos não são apenas comerciais, mas são pautadas também pela confiança (quando vende fiado) e pela solidariedade (quando abre espaço para a comercialização por um valor que considera justo).

A precariedade da estrutura de seu lote, ou seja, questões como dificuldades com irrigação e o tamanho reduzido do lote, não parecem ser problemáticas para ele. O tamanho do lote, por exemplo, não é visto como um empecilho, pois é suficiente para comportar as atividades que tem condições de realizar, ao passo que também é o bastante para atender suas modestas necessidades financeiras.

Outro importante aspecto observado foi a relação positiva com estudantes que pesquisam no assentamento. A aparente satisfação pela troca de informações, pela experiência de compartilhar seu espaço com pessoas interessadas em suas práticas cotidianas o tornam muito receptivo e disposto.

Este exemplo foi selecionado para iniciar a discussão sobre a organização produtiva no assentamento justamente por apresentar uma experiência extremamente positiva. Outros casos como esse podem ser encontrados no assentamento, no entanto, também é possível observar situações extremamente complicadas, que podem, inclusive, culminar no afastamento das famílias dos lotes.

O cotidiano de trabalho em contextos rurais apresenta algumas particularidades que merecem ser destacadas. Inicialmente, é comum associar a concepção de vida no campo a uma realidade bucólica, idealizada, que conserva características de relações sociais e de organização do tempo da vida cotidiana há muito perdidas ou mesmo desconhecidas pelos habitantes dos grandes centros urbanos. De fato, Tompson (1991) aponta que a própria relação com o tempo pode variar significativamente conforme o tipo de trabalho que se realiza, principalmente quando esse trabalho depende dos ritmos da natureza. Essa relação é clara no caso de pescadores, por exemplo, que necessitam organizar suas atividades de acordo com o ritmo das marés.

Se tomarmos como referencial o trabalho camponês, que consiste em executar tarefas específicas em cada período do dia e do ano, a organização do tempo se dá pelo que Tompson (1991) define como orientação pelas tarefas. Nessas condições, a separação entre o trabalho e outras esferas da vida faz muito pouco sentido, pois os ritmos das atividades determinados pelos ciclos da natureza (pelo amanhecer e o anoitecer, pelas variações climáticas das estações do ano, etc.).

No entanto, esta forma de organizar o trabalho transforma-se radicalmente quando, mesmo no trabalho rural, se emprega a mão de obra assalariada e a orientação do trabalho é determinada pelo tempo do relógio. Como enfatiza Tompson (1991), nessa forma de organização do trabalho:

O empregador deve usar o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo agora é moeda: ninguém passa o tempo e sim o gasta (p. 272).

Desse modo, um tipo de trabalho que, em princípio, teria características de uma atividade mais autônoma, se vê também guiado pelas relações capitalistas. Mesmo considerando que há pouca mão de obra assalariada nas atividades agrícolas do assentamento onde foi realizada esta pesquisa, é possível afirmar que o trabalho nesse contexto, é claramente permeado pelas relações capitalistas de produção, conforme salientam Alessi e Navarro (1997). Sua manifestação mais grave parece ser a primazia dos fatores econômicos em detrimento da própria saúde (Santos & Hennington, 2013). Este fenômeno se manifesta entre esses/as trabalhadores/as quando eles/as optam pelo uso intensivo de agrotóxicos para garantir a produtividade, mesmo conhecendo os riscos dessa prática para sua saúde, para a contaminação do solo, dos mananciais e dos produtos que oferecem para consumo.

Para compreender como esse fenômeno ocorre no assentamento de Araras, há que se conhecer as condições estruturais desse contexto. Inicialmente, é importante destacar que a produtividade dos lotes depende da possibilidade de acesso a recursos necessários para o cuidado com a terra, a aquisição de mudas e implementos, disponibilidade de maquinário, de água, de acesso a financiamento, etc. Com isto, frequentemente são estabelecidos acordos coletivos referentes ao uso da água, ao

aproveitamento de minas e riachos. O acesso ao maquinário também depende da organização coletiva, já que nem todos/as possuem trator ou outras máquinas de valor elevado.

Apesar de possuir estabilidade no que se refere à posse da terra, cada assentado/a possui condições materiais de produção muito distintas. Inicialmente, há que se considerar a história de vida e de trabalho de cada um/a. De fato, alguns/mas já eram pequenos/as agricultores/as na região e já possuíam alguma experiência com atividades agrícolas. Outros/as anteriormente eram trabalhadores/as rurais assalariados/as e tinham pouca ou nenhuma experiência com o cultivo e administração de recursos, experiência necessária para organizar o trabalho no lote. Muitos/as nunca tiveram oportunidade de participar do planejamento das atividades que executavam, visto que, por muito tempo, trabalharam na condição de assalariados/as. Sobre essa questão, Chico faz a seguinte observação a respeito das dificuldades estruturais enfrentadas por eles/as:

[...] quando ele é, ele trabalha na fazenda [na condição de assalariado], ele trabalha na agricultura, mas tem um administrador que administra tudo para ele. E quando ele vem no lote dele, ele é o administrador. Então, ele ali vai ter que ver o que a terra precisa, o que é que ele vai plantar, como que ele vai produzir, qual a melhor forma de produzir. E, depois, tem que ser o comerciante. Porque ele vai comercializar aquilo também. Então, ele tem que aprender a administrar o seu o sítio, como produzir, como fazer e, depois, tem que aprender comercializar. Entendeu? Então, tudo é o agricultor. Quando eu falo que ele faz milagre, é, ele faz mesmo entendeu, sem recurso, muitas vezes. A pessoa vem, já não tem uma situação financeira é... tem um apoio assim do governo do Estado, né? No caso do assentamento é estadual. Então, você tem um apoio do governo do Estado, mas não é aquele apoio que você consegue fazer uma estrutura, né? (Trecho da entrevista concedida por Chico).

Nesta fala, Chico indica as nuances existentes entre a organização do trabalho rural assalariado, heterodeterminado e a experiência no assentamento, em que o trabalhador assume um papel que nunca desempenhou, e para o qual não tem formação ou mesmo uma estrutura adequada. O apoio do governo por meio da concessão de terras

é importante, mas, de acordo com sua vivência, se a reforma agrária começa com a democratização da terra, na prática, ela é muito mais abrangente.

Julião (assentado da área III), um dos poucos agricultores orgânicos certificados no assentamento, explicita as dificuldades que enfrenta cotidianamente em virtude da falta de estrutura adequada. Ao ser indagado sobre como a falta de água prejudica seu trabalho, ele é categórico ao afirmar que deixa de produzir muitas coisas por falta de condições para irrigação:

Ah sim, deixa, deixa [de produzir]. Deixa porque, se eu tenho água na... Por exemplo, agora esses canteiros que eu tenho batido, eu já tinha, eu já estava colhendo as verduras e, no momento, eu parei por causa dessa seca. Essa seca muito intensa aí travou todo mundo porque principalmente as minas de água que tem por aí já secaram, né? (Trecho da entrevista concedida por Julião).

Sobre a organização do tempo e do espaço visando minimizar os agravos à saúde, vale destacar a fala de Valdemar, um assentado que, apesar de já ter trabalhado na indústria, tinha muita experiência no trabalho com a terra. Ele descreve suas atividades diárias como totalmente definidas por ele e seu genro, com quem divide as tarefas:

É a gente mesmo, né [quem organiza o trabalho]. É eu, meu genro também ajuda um pouco, né. Então é nós mesmos, a gente mesmo [...] Eu planto mais mandioca, [mas,] plantei um pouco de feijão, banana... [...] Plantei um pouco de abacaxi também, um pouco de cada coisa a gente vai plantando. Vai formando. É, eu tô rodeando muda agora, vou, vou esparramando assim, vou jogando, vou aumentando mais né? (Trecho da entrevista concedida por Valdemar).

Apesar das limitações estruturais que atingem os/as assentados/as de forma geral, a descrição que Valdemar faz sobre sua rotina de trabalho, é marcada por alguma

possibilidade de decisão sobre o que será plantado. No entanto, sua autonomia na organização do processo produtivo ainda é muito limitada, pois ele não poderia cultivar plantas que necessitam de irrigação mais intensa, por exemplo. Ainda assim, sua fala destaca a diversidade do que cultiva e o movimento de “ir formando” as plantações. Curiosamente, ele continua com uma comparação impressionante de sua atividade atual com a rotina que ele diz ter vivido antes de ser assentado:

Trabalha porque, que nem diz a moda do outro né, o pobre tem que trabalhar porque precisa né... Levantar cedo, picar o cartão não é fácil, não... Não é fácil, não! Ah [aqui] é mais sossegado, né, mais tranquilo. Você trabalha, chega uma hora, você tá cansado e fala: “eu vou parar”. Não tem, como diz a moda, **não tem ninguém que comanda, né?!** (risos) Agora, [se] a gente tá trabalhando assim de empregado, é diferente, né? Tem que cumprir o horário certo e não é fácil não! (Trecho da entrevista concedida por Valdemar, grifo meu).

Nesse aspecto, Valdemar salienta a importância desta pequena porção de autonomia da qual pode desfrutar trabalhando no assentamento. Assim, podemos concluir que, apesar de não estar na condição de assalariado/a, o/a trabalhador/a rural assentado/a vivencia grandes contradições no que diz respeito à autonomia relacionada as atividades produtivas no lote. Esse conflito entre ter liberdade limitada para planejar seu trabalho não pode ser evitado, uma vez que esses/as trabalhadores/as também estão inseridos/as num contexto totalmente integrado ao mercado, visto que, além de serem agricultores/as, são também aqueles que planejam/organizam e comercializam sua produção.

3.5.1 Perspectivas de trabalho dentro e fora do assentamento



Figura 17 - Produção convencional de hortaliças. Foto: **Caroline C. de Sousa**.

Durante as visitas a campo, foi observado que o fluxo de pessoas que circulam diariamente entre o assentamento e a área urbana é intenso. Muitos/as assentados/as, por dificuldades diversas para sobreviverem apenas da atividade agrícola, acabam optando pelo trabalho na cidade. Geralmente, as atividades desenvolvidas por eles/as na área urbana requerem pouca qualificação profissional e oferecem baixa remuneração.

Também é muito frequente que os/as assentados/as trabalhem para a Usina São João, a maior usina de cana da cidade, cuja plantação canavieira cerca os assentamentos nos limites opostos aos do bairro mais próximo. O trabalho na usina nem sempre se restringe à colheita ou ao período de safra, mas, em geral, são os momentos de maior procura por mão de obra por parte da usina.

A problemática do trabalho fora do assentamento torna-se especialmente complicada porque os/as assentados/as necessitam trabalhar fora do lote apenas em trabalhos informais, pois, em tese, não podem ter registro em carteira de trabalho. De acordo com o PNRA II, ao menos o titular do lote deve dedicar-se exclusivamente às atividades produtivas no assentamento, recebendo um incentivo previdenciário que lhe dá isenção da contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, que garante aposentadoria e benefício em caso de não se ter condições de trabalho devido a alguma doença. O trabalho assalariado descaracterizaria, portanto, esse/a trabalhador/a enquanto um/a assentado/a e implica a perda desse benefício.

Dessa forma, os trabalhos temporários e os “bicos” são as principais ocupações entre os/as assentados/as que trabalham na cidade. Uma das relações de trabalho informais mais comuns é justamente aquela realizada pelas mulheres como sendo diaristas, faxineiras, passadeiras, babás ou outras atividades relacionadas ao cuidado. Entre os homens, é muito comum trabalharem como ajudante de pedreiro ou em outras atividades que exijam pouca qualificação e grande esforço físico.

Com relação à possibilidade de viver somente do que se produz no lote, todos/as com os/as quais tive contato durante o trabalho de campo relatam ser muito difícil, principalmente em virtude de não haver irrigação, já que alguns lotes não possuem nenhuma fonte de água natural. Eles/as possuem um sistema de abastecimento para consumo das famílias, mas a água para irrigação tem de ser providenciada individualmente. Assim, as principais dificuldades enfrentadas pelos/as assentados/as para a produção no lote referem-se à falta de água, à dificuldade de cultivar periodicamente os produtos que possuem maior aceitabilidade no mercado, bem como aos entraves burocráticos para acessar financiamentos.

Ao descrever sua dificuldade com relação ao planejamento das atividades produtivas, Sebastião reforça que seu principal limite é a falta de água no lote. Ele diz que tem um poço cavado à mão, mas é raso, portanto, seca muito rápido. Assim, seu lote fica sempre sem água e, frequentemente, ele tem que esperar que o poço encha novamente.

Chico ressalta que, além das dificuldades com a irrigação, há também o problema de falta de planejamento. Mencionou que, à época do acampamento, muitos sonhavam que, quando conseguissem a terra, teriam muitas coisas, produziriam muito e teriam bens materiais. Essa pretensão deles não se concretizou por não terem financiamento, bem como por não conseguirem se organizar coletivamente.

Com relação ao acesso a financiamento, também encontram várias dificuldades. De acordo com os relatos de Chico, durante o período de acampamento, todos foram se endividando, fazendo empréstimos em banco, com familiares e também com agiotas. **Então, quando conseguiram a terra, não tinham recurso para absolutamente nada!** Conseguiram o financiamento, mas o dinheiro ao qual tiveram acesso foi utilizado para pagar as dívidas que já tinham adquirido anteriormente. Dessa forma, alguns conseguiram pagar as dívidas, mas não tinham o necessário para investir no lote. Tinham a terra, mas sem ter como produzir. Além disso, agora tinham também o financiamento para pagar. Com isso, enfatiza Chico, o endividamento, em instâncias legais, atinge quase 70% dos/as assentados/as em Araras (trechos de diário de campo).

Chico me contava que isso prejudica a capacidade produtiva do assentamento e faz com que a maioria dos/as assentados/as procure trabalho de baixa qualificação na cidade, principalmente por conta da facilidade de acesso à área urbana. As

consequências são o pouco investimento nas atividades rurais e a falta de perspectiva de continuidade, o que leva os filhos a não terem a pretensão de continuar no lote.

Ele relatou que gostaria que seus filhos se interessassem pelo trabalho na terra, mas, como não via perspectiva de futuro para eles lá, os incentivava a estudar e garantir o futuro na cidade. Por outro lado, gostaria que houvesse uma continuidade, pois não queria que o assentamento, daqui a alguns anos, se tornasse um lugar abandonado. Refletindo sobre esta questão, descreveu, com muito pesar, um cenário desanimador. Disse que “*não queria, daqui há alguns anos, ver só um casal de velhos sentados na porta do lote abandonado, com seus filhos todos na cidade*” (trecho de diário de campo).

Esse pressentimento ruim acerca do que poderia acontecer ali em pouco tempo pareceu comover intensamente Chico. Porém, podia-se notar nele a força de outra perspectiva, ou seja, um grande investimento na tentativa de evitar que isso se concretizasse. Ele continua sua reflexão dizendo que essa é uma questão importante, e se perguntando:

[...] quais estratégias seriam eficazes para manter esses jovens no assentamento? E ele próprio responde que, se seu filho o vê cheio de dificuldades com o lote, não vai querer vivenciar os mesmos problemas. Entretanto, se conseguirem ter uma boa perspectiva de vida lá (referindo-se aos primeiros/as assentados/as), eles (os filhos, os jovens) irão achar que vale a pena ficar! (trecho de diário de campo).

A permanência dos jovens nos assentamentos rurais, de acordo com Malagodi & Marques (2007), depende das possibilidades de complementação de renda fora do assentamento, das representações sociais veiculadas na sociedade sobre a vida rural e as (im)possibilidades de construir um projeto de vida no assentamento.

Considerando este panorama, cabe perguntar, quais seriam então, as estratégias possíveis para transformar as condições de vida e trabalho no assentamento, de modo que casos extremamente positivos, como o de Geraldo, possam ser predominantes nesse contexto? Como, a fim de possibilitar a revalorização desse espaço, poderia ser disparado um processo de transformação das representações sociais do assentamento veiculada no município? Repensar o sistema produtivo predominante no assentamento poderia garantir a permanência de assentados/as e, especialmente, dos jovens na terra? E, ainda, de que modo esse trabalho poderia contribuir para a promoção da coesão desse grupo, para a articulação do coletivo e para a permanência dos/as assentados/as na terra?

Refletindo sobre essas questões surgiu a oportunidade de conhecer mais de perto os pressupostos do movimento de Agroecologia (Lopes, Lopes & Borges, 2014), que parte do princípio da transformação das relações de produção, mas também das relações de comercialização, do consumo consciente e da preservação da natureza.

De acordo com Lopes, Lopes & Borges (2014), esse processo é composto de três etapas básicas, quais sejam: “1. Redução e racionalização do uso de insumos químicos; 2. Substituição dos insumos químicos por outros de ordem biológica; 3. Manejo da biodiversidade e redesenho dos sistemas produtivos” (p. 201).

Acredita-se, portanto, que uma mudança gradual do processo produtivo convencional para a prática da agricultura de base agroecológica pode representar uma das possíveis alternativas para garantir a viabilidade do assentamento.

A seguir será discutida como essa proposta poderia ser concretizada no assentamento de Araras.

3.5.2 Produção de base agroecológica: um novo projeto para o assentamento?



Figura 18 - Produção orgânica de frutas. Foto: Caroline C. de Sousa.

O tema da produção orgânica e agroecológica surgiu durante a primeira etapa do trabalho de campo, quando um assentado demonstrou a desconfiança de que os agrotóxicos utilizados na plantação de cana-de-açúcar atingiriam o assentamento. Como já foi dito anteriormente, o assentamento é cercado pelo canavial, além de fazer fronteira com um aterro sanitário e com a cidade. Ao falar sobre os problemas decorrentes da proximidade ao canavial, Osvaldo (assentado da área III) comentou que já viu várias vezes o avião da usina pulverizando e o vento levando todo o veneno para o assentamento. Quando indagado, ele demonstrou não ter muita clareza de como isso pode trazer agravos à saúde dos/as assentados/as. De fato, todos/as sabem que a

pulverização atinge o assentamento, porém nunca foi observada uma situação em que fosse demonstrada alguma preocupação mais significativa quanto a isso. Na ocasião em que essa problemática surgiu, ficou claro que as reflexões acerca dessa questão eram evitadas pela maioria dos/as assentados/as:

Em certa ocasião, durante a entrega do PAA, Osvaldo chegou trazendo muitas bananas, orgulhando-se em dizer que eram orgânicas. Todos se divertiram com seus comentários, pois segundo eles, lá “todas as bananas são orgânicas”. Logo em seguida, aproveitando o ensejo, perguntei ao Osvaldo se havia no assentamento essa preocupação com a produção orgânica. Ele disse que sim, mas, como todos os outros com os quais conversei, ele deixou claro que essa preocupação tinha um limite, que era o da produtividade (Trecho de diário de campo).

Como Santos e Hennington (2013) afirmam, o/a trabalhador/a, nessas circunstâncias, deixa de lado até mesmo a saúde para alcançar metas de produção. Entretanto, em outras conversas com o próprio Osvaldo e outros assentados sobre a questão dos agrotóxicos e fertilizantes químicos, foi relatado que o uso desses produtos no assentamento é restrito. Muitos não utilizam tais recursos por dificuldade de acesso a eles devido ao valor elevado e não por uma preocupação com o meio ambiente e/ou com sua própria saúde. Contudo, há outros/as assentados/as que mantêm uma produção significativa no lote e fazem uso constante de agrotóxicos e fertilizantes químicos.

Em contrapartida, a maioria deles/as reconhece que a possibilidade de produzir de maneira mais compatível com os ciclos naturais e com recursos menos agressivos pode ser uma forma de repensar as práticas cotidianas e transformar as relações de trabalho no assentamento.

Julião, por exemplo, comenta que se identifica com a produção agroecológica, que já era praticada por seus pais e avós. Ao ser indagado sobre como surgiu a proposta de se tornar um produtor orgânico, sobre como incorporou essa nova possibilidade de prática agrícola, ele é enfático:

Não! Para mim não era novidade! Porque são coisas que meu pai já cultivava essas coisas assim entendeu? Nós não tínhamos conhecimento dessas coisas, não tinha conhecimento. Então, é uma coisa que já vem dos meus avós, dos meus pais e eu já praticava aqui na terra e só que eu não tinha o conhecimento (Julião, assentado e produtor orgânico).

Esta já era uma prática comum para ele, por isso, quando vieram visitar seu lote para fazer a fiscalização da certificação como produtor orgânico, se surpreenderam com a forma como estava desenvolvendo a agricultura orgânica, espontaneamente. Sua certificação foi imediata e ele acha engraçado. Ao contar sobre sua experiência com a produção orgânica, ele descreve a praticidade do aproveitamento de recursos que tem em seu próprio lote e como isso faz com que economize com produtos químicos e também com que facilite o reaproveitamento de materiais sem desperdícios ou geração de resíduos. A respeito do uso de agrotóxicos, ele comenta:

“Não, eu não uso. Eu não uso. Já tô é, com orgânico né, mexendo, eu não posso usar mais nada que é químico daqui, nada, nada. A não ser o esterco da criação e... compostagem” (Trecho da entrevista concedida por Julião).

Portanto, mesmo da perspectiva econômica, pode-se dizer que a agricultura orgânica é mais interessante para ele, pois não tem custos com produtos químicos. Com isso, ele mostra uma tendência à valorização de práticas tradicionais de agricultores mais experientes, mais sensíveis aos ciclos da natureza e suas necessidades para manter o equilíbrio entre a produção e a conservação dos recursos que oferece.

Entretanto, apesar de enfatizar todas as vantagens da produção orgânica, ele reconhece que ainda há alguma dificuldade em alcançar a mesma produtividade, no mesmo tempo que a agricultura convencional:

“Porque ela não fica aquela mercadoria de qualidade né, ela fica, pra chegar o tempo dela. Então, ela é mais vagarosa, mais 'demorosa'. Aí vem, pra quem mexe com produto químico, ela é rapidamente, ela evolui muito rápido, né?” (Trecho da entrevista concedida por Julião).

Mesmo considerando as limitações da produção orgânica, Julião persiste na defesa desta forma de cultivo, pois tem clareza de que esta é uma alternativa viável para a prevenção de adoecimentos relacionados ao trabalho agrícola. Ao falar sobre o uso de agrotóxicos como agravante para a saúde dos trabalhadores rurais, enfatiza as diferenças entre a produção orgânica e a convencional:

Tem [diferença] Assim, quem trabalha com orgânico ele tem a vida mais saudável. A saúde, quem mexe com, com... produto veneno, tóxico, com certeza, no futuro, ele vai ter seus problemas, principalmente câncer, né? Ah, uma coisa que mais vai surgir no ser humano é o câncer, né? Principalmente, tanto no alimento quanto no trabalho dele, que ele tá respirando (Trecho da entrevista concedida por Julião).

É importante salientar que esse posicionamento é muito particular e foi observado apenas com relação a esse assentado, que é um dos dois únicos produtores orgânicos certificados em todo o assentamento. De todo modo, durante a pesquisa, foi possível observar que essa é uma questão pela qual todo/as demonstraram interesse, apesar de deixarem claro que não adotam este modo de produção por limitações técnicas (já que não têm experiência com a produção orgânica) e também pelas limitações estruturais acima citadas. Além disso, por fazer fronteira com o canavial, alguns lotes também podem ser atingidos pela pulverização área, ou seja, outra fonte de contaminação que poderia inviabilizar a produção orgânica.

Contudo, já no início do trabalho de campo, foi levantada uma discussão a respeito da questão do cultivo orgânico e das possíveis consequências do uso de agrotóxicos para a saúde dos/as trabalhadores/as rurais, bem como para a população que consome esses produtos e para o meio ambiente, uma vez que permanecem resíduos no solo, no ar e na água. Como desdobramento dessas discussões e, principalmente em virtude das dificuldades de comercialização enfrentadas com a interrupção de entregas para o PAA, foi levantada a possibilidade de articular uma forma de comercialização da produção do assentamento que incentivasse a transição agroecológica de maneira mais geral ou que, ao menos, ampliasse a prática da agricultura orgânica no contexto do assentamento.

A influência do campus de agronomia da UFSCar na cidade, especialmente por meio de alunos do curso de Agroecologia, parece ter sido importante para iniciar o debate sobre produção orgânica entre os/as assentados/as. Mesmo no primeiro contato, muitos deles demonstravam ter conhecimentos básicos sobre os princípios da Agroecologia, assim como um grande interesse pelo assunto.

Ao falar sobre esse tema com o presidente da Associação Terra Boa, mencionei a possibilidade de criar um grupo para comercializar produtos orgânicos produzidos no assentamento. À semelhança de grupos de compras coletivas dos quais participei em outras cidades, esse grupo poderia articular pessoas interessadas em consumir produtos mais saudáveis e incentivar a produção agroecológica no assentamento.

Dessa forma, foi iniciado um processo de reflexão sobre formas de buscar comercializar produtos mais saudáveis. A questão da relação entre a produção agroecológica e a saúde dos trabalhadores e consumidores é, de fato, muito relevante para eles, ainda que relatem precisarem se valer de alguns produtos químicos para

garantir a produção e a permanência no assentamento. Assim, muitos continuam utilizando algum tipo de fertilizante sintético ou veneno para o combate de pragas.

Apesar do consenso de que a transição agroecológica seria muito interessante para todos/as no assentamento, a precária infraestrutura, a ausência serviços públicos de saneamento, a disposição inadequada de resíduos sólidos e o uso indiscriminado de agroquímicos dificulta este processo. Lopes, Lopes, & Borges (2014), observaram que o baixo nível de renda da maioria dos/as assentados/as dificulta a adequação sanitária por conta própria, como seria o caso de construção de fossa séptica.

Os principais impactos gerados pela ausência de saneamento ambiental e precárias condições de vida, juntamente com a ampla aplicação de agroquímicos nos cultivos, detectados através do levantamento das práticas cotidianas dos assentados são caracterizados pela possibilidade de contaminação dos solos, dos recursos hídricos e do aparecimento de enfermidades crônicas ou agudas nos seres humanos, quer seja pelo contato direto com os agroquímicos ou com a água, o solo e o consumo de alimentos (Lopes, Lopes, & Borges, 2014, p. 225).

É interessante observar que, mesmo considerando essas limitações estruturais, as falas de vários/as assentados/as revelam o desejo de aderir ao modo de produção agroecológico, de forma que muitos/as argumentam que apenas não o fazem em virtude do comprometimento de seus rendimentos financeiros.

Todas essas questões dificultaram o desenvolvimento de uma proposta concreta com relação à transformação do sistema produtivo no assentamento. Entretanto, já na fase final da pesquisa de campo, por conta da interrupção do PAA, muitos/as assentados/as estavam tentando continuar suas vendas buscando isoladamente outras formas de comercialização de seus produtos, recorrendo até mesmo a atravessadores.

Nessa situação, o presidente da associação trouxe novamente a questão da venda por meio de grupos de consumo que eu havia lhe falado no início da pesquisa. Naquele

momento, a proposta não foi desenvolvida, pois todos os seus esforços estavam voltados para a operacionalização do PAA. Mas, na atual conjuntura, ele retoma essa questão e propõe buscar a articulação entre os/as mesmos/as assentados/as que participaram do PAA, via associação, para formar o grupo de compras coletivas.

A proposta de vender os produtos por meio do grupo de compras coletivas era interessante, pois poderia ser uma alternativa viável para as dificuldades de comercialização enfrentadas por eles/as, mas, sobretudo, por que tem como principal característica o incentivo à produção de orgânicos. Dessa forma, como os grupos de consumo e compras coletivas precisam de um diferencial, essa poderia ser uma oportunidade de fomentar a agricultura agroecológica e a produção de alimentos mais saudáveis. Assim, iniciamos o debate sobre a possibilidade de organizar este grupo. A proposta foi apresentada aos/às assentados/as que poderiam se interessar em transformar sua produção de acordo com os princípios da Agroecologia e contribuir para a construção deste projeto. Também foi discutido com qual público poderíamos comercializar esses produtos, uma vez que precisaríamos construir uma relação de confiança entre produtores e consumidores, já que a maioria dos/as assentados/as não possui certificação de produção orgânica.

Esta pesquisa teve, portanto, o potencial de desencadear uma ação política transformadora. Os processos de facilitação das potencialidades dos atores envolvidos contribuíram, ao menos em alguma medida, para a superação do fatalismo nesse contexto, para o rompimento da visão inautêntica do mundo forjada pela subjetividade colonizada (Montero, 2004).

Os esforços realizados no sentido de buscar mudanças por meio de um processo desenvolvido com a participação efetiva da comunidade permitiu que todos/as os/as envolvidos/as fossem mais que objetos de pesquisa. A busca pela redução das

desigualdades de poder na relação entre pesquisadora e pesquisados/as passa pelo cuidado de sempre respeitar os interesses dos sujeitos envolvidos, atribuindo-lhes o poder e controle sobre as circunstâncias de vida e possibilidade de transformação social (Montero, 2004).

Devido às limitações de tempo para a conclusão desta pesquisa, o trabalho de campo encerrou-se no momento da articulação entre alguns/as assentados/as e um coletivo de consumo de produtos agroecológicos que estava começando a planejar compras diretamente de um assentado. Inicialmente, a proposta é fortalecer o coletivo de consumo para ampliar a rede de pessoas interessadas.

No momento da finalização deste trabalho essa articulação está em andamento, e já foram realizadas atividades no lote com os membros em potencial para composição deste coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Figura 19 - Pôr do sol no assentamento. Foto: Caroline C. de Sousa.

O saber-fazer do camponês não é desvinculado das leis da natureza – é por isso que a agricultura é também uma arte e não apenas técnica desvinculada de contextos culturais e históricos (Brandenburg, 2010, p. 173).

Considerando a complexidade da experiência vivida em campo e todas as reflexões viabilizadas por este intenso trabalho de articulação entre a compreensão do contexto macro social e o modo como essa estrutura se reflete no cotidiano dos/as trabalhadores/as rurais assentados/as, se faz importante destacar algumas questões na conclusão deste trabalho.

Em primeiro lugar, os relatos e as experiências observadas revelam a necessidade de sustentar o debate acerca de como as representações sociais sobre o assentamento afetam as relações estabelecidas entre os/as assentados/as e seu entorno. Como bem destacou uma assentada, é preciso que a cidade compreenda o importante papel que eles desempenham. É preciso debater as implicações de se reconhecer enquanto sem-terra com terra, ou seja, trabalhadores/as rurais ou urbanos que se envolveram na luta pela posse da terra e que, apesar de terem sido assentados/as, necessitam manter a identidade de sem-terra, para continuar a luta por condições dignas de trabalho e sobrevivência na parcela de terra conquistada. Nesse sentido, a permanência deles/as no assentamento está sempre em jogo, de modo que sua organização e conscientização, enquanto parte de uma categoria, cria condições para o enfrentamento das adversidades.

Outra questão relevante é que os programas de subsídio à agricultura não podem ignorar a importância da participação ativa dos principais interessados/as na construção destas alternativas de incentivo à permanência delas/as na terra. Ao menos no que se observou em relação ao PAA, há muitas falhas no que diz respeito ao incentivo e sustentação de um coletivo articulado no contexto de assentamentos rurais. Com isso, percebemos a necessidade da realização de estudos que identifiquem como o incentivo ao fortalecimento da organização coletiva dos/as assentados/as poderia ser mais bem contemplado pelos programas federais e estaduais.

É importante que se compreenda que melhorar as condições de vida na zona rural não se reduz ao incentivo do desenvolvimento ou a geração de renda para esta população por meio de criação de postos de trabalho. Melhorar as condições de vida na zona rural significa romper com o modelo de concentração fundiária que ainda predomina no país, mesmo com a intensa luta de movimentos sociais do campo pelo

direito à terra. Significa viabilizar a reforma agrária de fato, para que o/a pequeno/a agricultor/a tenha condições de produzir e sobreviver de seu trabalho no campo. E mais que isso, possam ter condições de trabalho dignas e atrativas para as próximas gerações.

Finalmente, é importante destacar que, neste trabalho enfrentamos o grande desafio de articular áreas do conhecimento que teórica/epistemologicamente estão aparentemente distantes, mas que, na prática, podem ser muito bem articuladas. Esse é o caso da articulação entre a Psicologia Comunitária e a Agroecologia. Essas duas áreas podem, de acordo com suas especificidades, contribuir de maneiras diferentes para o fortalecimento da organização social no assentamento, oferecendo subsídios para as transformações das relações de produção e contribuindo com a possibilidade de permanência dos/as assentados/as na terra.

Referências

- Abramovay, R. (1998). Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, 28(1), 49-67.
- Abramovay, R. (2003). *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora UFRGS.
- Al., L. S. (2004). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora UNESP.
- Albuquerque, F. J. (2001). Aproximación metodológica desde la psicología social a la investigación en zonas rurales. *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros*, 225-233.
- Alessi, N. P., & Navarro, V. L. (1997). Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto. *Cadernos de Saúde Pública*, 13(Supl. 2), S111-S121.
- Alier, J. M. (1994). *De la economia ecologica al ecologismo popular*. Barcelona: ICARIA.
- Alvaides, N. K., & Scopinho, R. A. (2013). De sem-terra a sem-terra: memórias e identidades. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 288-297.
- Andrade, F. R. (2013). *O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos Assentamentos Rurais de Araras/SP*. Campinas: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.
- Antunes, R. (2000). *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Augusto, L. G. (2012). Agrotóxicos: nuevos y viejos desafíos para la salud colectiva. *Salud colectiva*, v. 8(n. 1), 5-8.
- Bagno, M. (2007). *Preconceito Linguístico*. São Paulo: Loyola.
- Barañano, M. (1992). *Mujer, trabajo y salud*. Madrid: Editorial Trotta.
- Bastos, E. R. (1984). *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes.
- Batista, A. S., & Codo, W. (2002). O trabalho e o tempo. In: M. d. Jacques, & W. Codo, *Saúde Mental & Trabalho. Leituras* (pp. 401-420). Petrópolis: Vozes.
- Bergamasco, S. M., & Norder, L. A. (1998). *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos.
- Bergamasco, S. M., & Norder, L. A. (2003). *A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política*. São Paulo: Terceira margem.
- Bernardo, M. H. (2009). *Trabalho duro discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir das vivências dos trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular.
- Bernardo, M., Sousa, C., & Garrido, H. (2013). Possibilidades de intervenção da psicologia social no contexto do trabalho. In: M. H. Bernardo, R. S. Guzzo, & V. L. (Orgs.), *Teoria e práticas psicossociais nos contextos do Trabalho, Educação e Comunidades*. Campinas: Alínea.
- Bihl, A. (2010). *Da grande noite à alternativa. O movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo.
- Bosi, E. (2004). *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Brandão, C. R. (1980). A cultura do povo e a Educação Popular. In: A. Bezerra, & C. R. Brandão, *A questão política da Educação Popular* (pp. 123-136). São Paulo: Brasiliense.

- Brandenburg, A. (março de 2010). A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores. *Ruris*, 4, 167-194.
- Brasil. (1964). LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. Estatuto da terra. Brasília, DF, Brasil.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. (Senado, Ed.) Brasília, DF, Brasil.
- Brasil. (1988). *www.planalto.gov.br*. (D. S. Brasília, Ed.) Acesso em 24 de 02 de 2014, disponível em Constituição da República Federativa do Brasil: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. (2003). II Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília.
- Brasil. (2009). Portaria no 2.728 de 11 de novembro de 2009. Brasil.
- BRASIL, R. F. (2003). II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. Brasília.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de gestão estratégica e participativa. (2008). Política Nacional de Saúde Integral dos Povos do Campo e da Floresta. Brasília.
- Brasil-CNAPO. (Setembro de 2014). Proposta Pronara – Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos. Brasília, DF: Presidência da República.
- Brenneisen, E. (2004). *Da luta pela terra à luta pela vida*. São Paulo: Annablume.
- Camacho, D. (1987). Movimentos Sociais: algumas discussões conceituais. In: I. Scherer-Warren, & K. P. J., *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense.
- Carneiro, F. (2015). O perigo dos agotóxicos. In: ABRASCO, *Abrasco n'O Globo: artigos publicados entre agosto de 2013 e outubro de 2014* (p. 11). Rio de Janeiro: ABRASCO.
- Carneiro, F. F., Augusto, L. G., Rigotto, R. M., Friedrich, K., & (org.), A. C. (2015). *Dossiê ABRASCO. Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. São Paulo: Expressão Popular.
- Carneiro, F. F., Tambellini, A. T., Silva, J. A., Haddad, J. P., Búrigo, A. C., Sá, W. R., et al. (2008). Saúde de famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e de bóias-frias. *Revista de Saúde Pública*, 42(4), 757-763.
- Carvalho, L. H. (2008). *A trajetória de vida dos assentados de Primavera e Belo Monte*. Franca: Dissertação apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
- Castel, R. (2003). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Certau, M. (2008). *A invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- CFP/CREPOP. (2013). *Referências técnicas para atuação das(os) Psicólogas (os) em questões relativas a Terra*. Brasília: CFP.
- CFP/ULAPSI. (2007). *Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas*. Maceió.
- Colmenares, C. G., García, A. H., & Aguilar, M. C. (2002). *El trabajo y la salud de las mujeres. Reflexiones para una sociedad en cambio*. Palencia – ES.: Cálamo.
- Cruz-Souza, F. (2006). *Género, psicología y desarrollo rural: la construccion de nuevas identidades: las repercusiones sociales de las mujeres en el medio rural*. Madrid: Ministerio da Agricultura, pesca y alimentación.
- D'Amore, E., Cowes, V. G., & Logiovine, S. (2015). Reflexiones y aportes de la psicología para pensar el processo salud-enfermedad-atención el el ámbito rural. In: F. L. (coord), *Hacia una psicología rural latinoamericana* (pp. 269-282). Buenos Aires: CLACSO.
- Dejours, C. (1986). Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 54 (4), 7-11.

- Dias, M. D. (2013). Compreender o trabalho na Atenção Primária à Saúde para desenvolver ações em Saúde do Trabalhador: o caso de um município de médio porte. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 38(127), 69-80.
- Engels, F. (1845/2008). *Situação da classe operária na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- Engels, F. (1894/1981). O problema camponês na França e na Alemanha. In: J. G. Silva, & V. Stolke, *A questão agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Farr, R. M. (1999). *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis: Vozes.
- Fleury, R. R. (2015). Reforma Agrária e estrutura fundiária no Brasil: uma análise a partir do I Plano Nacional de Reforma Agrária. Araraquara: Unesp.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- Freitas, M. d. (1998). Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. *Psicologia: Reflexão Crítica*.
- Freitas, M. d. (2004). Desafios contemporâneos à Psicologia Social Comunitária: Que visibilidade e que espaços têm sido construídos? *Psicologia Argumento*, 25-32.
- Geertz, C. (1926-2008). Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura. In: C. Geertz, *A interpretação das culturas* (pp. 3-21). Rio de Janeiro: LTC.
- Gemma, S. F., Tereso, M. J., & Abrahão, R. F. (2010). Ergonomia e complexidade: o trabalho do gestor na agricultura orgânica na região de Campinas - SP. *Ciência Rural (UFESM. Impresso)*, pp. p. 1-8.
- Goes, N. A., Ximenes, V. M., & Moura Jr., J. F. (2015). Relações de Psicologia Comunitária com a libertação a partir da dialética dominação-opressão. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 140-161.
- Gohn, M. d. (2006). *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola.
- Góis, C. W. (2008). Psicologia Comunitária. *Universitas Ciências da Saúde*, 277-297.
- Gonçalves, B. S. (2015). Psicologia brasileira y pueblos indígenas: retos y desafíos desde. In: F. L. (coord.), *Hacia una Psicología Rural* (pp. 107-110). Ciudad Autonoma de Buenos Aires: CLACSO.
- Guzzo, R. S. (2011). Da Opressão à Libertação: uma Perspectiva Urgente para a Psicologia - a conclusão de um projeto, a abertura de perspectivas. In: F. L. Junior, & R. d. Guzzo, *Psicologia & Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social*. Campinas: Alínea.
- Hammersley, M. &. (1994). *Etnografía: métodos de investigación*. Barcelona: Paidós.
- Heller, A. (2004). *O cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra.
- INCRA, I. N. (2010). Pesquisa de avaliação da qualidade dos assentamentos de reforma agrária. Brasil.
- Itani, M. (2007). Araras: Um estudo da interface rural-urbana dos assentamentos rurais no estado de São Paulo. In: M. L. Gitahy, & J. T. Lira, *Cidade: impasses e perspectivas*. Annablume/FUPAM.
- Jacques, M. G. (2007). O nexos causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 19(spe), 112-119.
- Jr., F. L., & Guzzo, R. d. (2001). *Psicologia social para a América Latina: O resgate da psicologia da libertação*. Campinas: Alínea.
- Kärner, H.-M. (1987). Movimentos sociais: revolução no cotidiano. In: I. Scherer-Warrner, & P. J. Krischke, *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul* (pp. 19-34). São Paulo: Brasiliense.
- Lacaz, F. A. (1996). Saúde do trabalhador: um estudo sobre as formações discursivas da academia dos serviços e do movimento sindical. Campinas, SP.: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas.

- Lacaz, F. A. (2007). O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(4), 757-766.
- Landini, F., Benítez, M. I., & Murtagh, S. (2010). Revisión de los trabajos realizados por la psicología sobre pequeños produtores agropecuários. *Anuario de Investigaciones de la Facultad de Psicología*, 221-229.
- Latouche, S. (2009). *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laurell, A. C. (1989). *Processo de produção e saúde. Trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec.
- Laurell, A. C., & Noriega, M. (1989). *Processo de produção e saúde. Trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec.
- Leite, J. F., Macedo, J. P., Dimenstein, M., & Dantas, C. (2013). A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais. In: J. F. Leite, & M. D. (coord.), *Psicologia e contextos rurais* (pp. 27-56). Natal: EDUFRN.
- Leite, S., & et.al. (2004). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora UNESP.
- Lopes, K. C., Lopes, P. R., & Borges, J. R. (2014). Saneamento ambiental no meio rural e transição agroecológica: um estudo no assentamento Horto Loreto - Araras/SP. *Retratos de assentamentos*, 07(02), 197-230.
- Malagodi, E., & Marques, R. (2007). Para além de ficar ou sair: as estratégias de reprodução social de jovens em assentamentos rurais . In: M. J. Carneiro, & E. G. Castro, *Juventude Rural em perspectiva* (pp. 197-214). Rio de Janeiro: Mauad X.
- Mantovanelli, D. F. (2012). *Quintais agroecológicos: sala de aula informal para capacitação formal. As experiências do assentamento rural Araras 4*. Araras: UFSCAR.
- Mariátegui, J. C. (2010). *Sete ensaios da interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular/CLACSO.
- Marín, G. (1980). Hacia una Psicología Social Comunitaria. *Revista latinoamericana de Psicología*, 12, n. 01, 171-180.
- Martín-Baró, I. (1983). Acción e Ideologia: Psicología Social desde centroamérica. San Salvador: UCA Editores.
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 7-27.
- Martínez, P., Carrasco, M. J., Aza, G., & Espinar, I. (2009). Género, empleo y maternidad: análisis comparativo de mujeres con trabajo remunerado y amas de casa. *Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia*, 193-216.
- Martins, J. S. (1998). *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec.
- Mayoral, R. M. (2007). A filosofia da práxis segundo Adolfo Sánchez Vázquez. In: A. A. Boron, J. Amadeo, & S. Gonzalez, *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas* (pp. 328-343). Buenos Aires: CLACSO.
- Menezes, M. A. (jan/jun de 2002). O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. *Raízes*, 21(01), 32-44.
- Monteiro, R. C. (2015). Educación y ruralidades contemporáneas. Aportes psicológicos para el debate. In: F. L. (coord.), *Hacia una Psicología Rural* (pp. 103-107). Ciudad autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- Montero, M. (1999). De la realidad, la verdad y otras ilusiones concretas: para una epistemología de la Psicología Social Comunitaria. *PSYKHE*, 9-17.

- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria. Desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2006). *Teoría y práctica de la psicología comunitaria : la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2010). Psicologia Comunitária: Uma práxis libertadora latino-americana. In: F. Lacerda-Junior, & R. S. Guzzo, *Psicologia & Sociedade* (pp. 45-81). Campinas: Alínea.
- Mujer, I. d. (2006). El trabajo no remunerado. In: I. d. mujer, *Las mujeres jóvenes y el trabajo*. Madrid: MTAS.
- Mujer, I. d. (mayo. Nº 5, de 2013). Mujeres en Cifras.
- OIT. (2001). *Recomendação 192 Sobre Segurança e Saúde na Agricultura*. Acesso em 04 de outubro de 2015, disponível em <http://www.oitbrasil.org.br>: <http://www.oitbrasil.org.br/content/seguran%C3%A7a-e-sa%C3%BAde-na-agricultura>
- OIT. (abril de 2012). *Promover a segurança e a saúde numa economia verde*. Acesso em 04 de outubro de 2015, disponível em <http://www.ilo.org>: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---safework/documents/publication/wcms_179093.pdf
- (2000). O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: R. C. Oliveira, *O Trabalho do Antropólogo*. Ed. Unersp.
- Paparelli, R., Sato, L., & Oliveira, F. (2011). A saúde mental relacionada ao trabalho e os desafios aos profissionais da saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 36(123), 118-127.
- Peres, F. (2009). Saúde, trabalho e ambiente no meio rural brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(6), 1995-2004.
- Pires, A. (2002). Família Rural: esta danada! Pequeno balanço bibliográfico sobre estudos que tratam da família rural. *Revista Debate e Reflexões Cut*, 151-165.
- Pires, A. (2004). Um sentido dentre outros possíveis. In: C. Campanha, & J. G. Silva, *O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização* (pp. 149-174). Brasília/DF: Embrapa.
- Porto, M. F. (2005). Saúde do trabalhador e o desafio ambiental: contribuições do enfoque ecossocial, da ecologia política e do movimento pela justiça ambiental. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4), 829-839.
- Porto, M. F., & Soares, W. L. (2012). Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora. *Revista brasileira de Saúde Ocupacional*, 37(125), 17-50.
- Puleo, A. (2011). *Ecofeminismo. Para otro mundo posible*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: E. Lander, *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais* (pp. 117-142). Buenos Aires: CLACSO.
- Ribeiro H. P. & Lacaz, F. A. (1985). *De que adoecem e morrem os trabalhadores?* São Paulo: DIESAT.
- Ripsa, R. I. (2008). *Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / 2. ed.* Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde.
- Rockwel, E. (1987). *Reflexiones sobre el proceso etnográfico*. Ciudad de México: DIE/CINVESTAV.
- Santos, J. C. (2011). “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e as relações entre saúde, trabalho e ambiente em um assentamento rural no estado do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

- Santos, J. C., & Hennington, E. A. (2013). Aqui ninguém domina ninguém: sentidos do trabalho e produção de saúde para trabalhadores de assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Cadernos de Saúde Pública*, 29(8), 1595-1604.
- Sato, L. &. (2005). Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4), 869-878.
- Sato, L. (2002). Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(5), 1147-1157.
- Sato, L. (2002). Saúde e controle no trabalho: feições de um antigo problema. In: M. d. Jaques, & W. Codo, *Saúde mental e trabalho: Leituras* (pp. 31-49). Petrópolis: Vozes.
- Sato, L. L. (2006). Psicologia e saúde do trabalhador: práticas e investigações na Saúde Pública de São Paulo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 11(3), 281-288.
- Scherer-Warren, I. (jan./jun. de 1998). Abrindo os marcos teóricos para o entendimento das ações coletivas rurais. *CADERNO CRH*(nº 28), 59-79.
- Scherer-Warren, I. (jan./abr de 2006). Das mobilizações às redes de Movimentos Sociais. *Sociedade e Estado*, v. 21(n.1), 109-130.
- Scherer-Warren, I., & Lüchmann, L. H. (outubro de 2004). Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil – Introdução. *Política & Sociedade*, pp. 13-35.
- Scopinho, R. A. (2008). TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR EM ASSENTAMENTOS RURAIS. *Revista ABET vol. VII — n. 1*, 152-171.
- Scopinho, R. A. (2010). Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(Supl. 1), 1575-1584.
- Scopinho, R. A. (2012). *Processos Organizativos de Assentamentos Rurais. TRabalho, condições de vida e subjetividades*. São Paulo: Annablume.
- Scott, J. C. (2002). Formas cotidianas de resistência camponesa. *Raízes*, 21(01), 10-31.
- Segre, M., & Ferraz, F. C. (1997). O conceito de saúde. *Revista de Saúde Pública*, 31(5), 538-542.
- Seifert, A. L. (2009). Formação dos profissionais das áreas de ciências agrárias em segurança do trabalho rural. *Ciência e Agrotecnologia*, 33(4), 1131-1138.
- Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortês.
- Seligmann-Silva, E., & Bernardo, M. H. (2010). O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde do trabalhador. *RBSO*, 35(122).
- Shiva, V. (2002). *Monoculturas da mente. Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia.
- Shiva, V. (2004). *Abrazar la vida. Mujer, ecología y desarrollo*. Madrid: Horas y Horas.
- Siliprandi, E., & Zuluaga, G. P. (2014). *Género, agroecología y soberanía alimentaria. Perspectivas ecofeministas*. Barcelona: Icaria editorial.
- Silva, M. d., Rigotto, R. M., & Rocha, M. M. (2015). "Agora é uma riqueza medonha e todo mundo é doente": repercussões da modernização agrícola sobre a saúde de mulheres camponesas na chapada do Apodi/CE. *Retratos de Assentamentos*, 18(1), 67-90.
- Siqueira, S. L., & Kruse, M. H. (2008). Agrotóxicos e Saúde humana: contribuição dos profissionais do campo da saúde . *Esc. Enfermagem USP*, 584-590.

- Sousa, C. C. (2011). *Relações cotidianas, contradições e articulações entre movimentos sociais: um estudo sobre a Flaskô e a Vila Operária e Popular*. Campinas: PUCAMP.
- Souza, O. T. (2010). A quem pertence o espaço rural? As mudanças na relação sociedade/natureza e o surgimento da dimensão pública do espaço rural. *Ambiente & Sociedade, 13(1)*, 51-64.
- Tambellini, A. T. (1998). A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos. *Ciência & Saúde Coletiva, 3(2)*, 47-59.
- Thompson, E. P. (1998). Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: E. P. Thompson, *Costumes em comum* (pp. 267-303). São Paulo: Companhia das letras.
- Tomaz Jr., A. (2001). Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil (uma contribuição à "Leitura" Geográfica do Trabalho). *Revista Pegada, Vol. 2, No 1*.
- Travassos, C., & Martins, M. (2004). Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde. *Cad. Saúde Pública, 190-S198*.
- Trigueros, M. E. (2011). *Evolución de la inserción laboral de las mujeres en Castilla y León. Documento Técnico*. Castilla y León: Consejo Económico y Social de Castilla y León.
- Vasquez, G. C. (2009). A Psicologia na área rural: os assentamentos da reforma agrária e as mulheres assentadas. *Psicologia: Ciência e Profissão, 29(4)*, 856-867.
- Wanderley, M. d. (jul/dez de 2000). A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 2*, 29-37.
- Wanderley, M. N. (2000). A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. *Estudos sociedade e agricultur, n. 15*.
- Weber, F. (2009). *Trabalho fora do Trabalho. Uma etnografia das percepções*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Ximenes, V. M., & Gois, C. W. (2011). Psicologia Comunitária: uma práxis libertadora latino-americana. In: R. S. Guzzo, & F. Lacerda Jr., *Psicologia & Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social*. Campinas: Alínea.
- Ximenes, V. M., & Moura-Júnior, J. F. (2013). Psicologia Comunitária e comunidades rurais do Ceará: caminhos, práticas e vivências em extensão universitária. In: J. F. Leite, & M. D. (org.), *Psicologia e Contextos Rurais* (pp. 453-476). Natal: EDURN.
- Zamora, C. (2015). Relaciones entre psicología comunitaria y ruralidad. In: F. L. (org.), *Hacia una psicología rural latinoamericana* (pp. 163-168). Buenos Aires: CLACSO.

Anexos



Anexo 1 - Mapa do Assentamento. Fonte: Imagem gerada pelo Google Maps.

ASSENTAMENTO ARARAS 1
MUNICÍPIO DE ARARAS

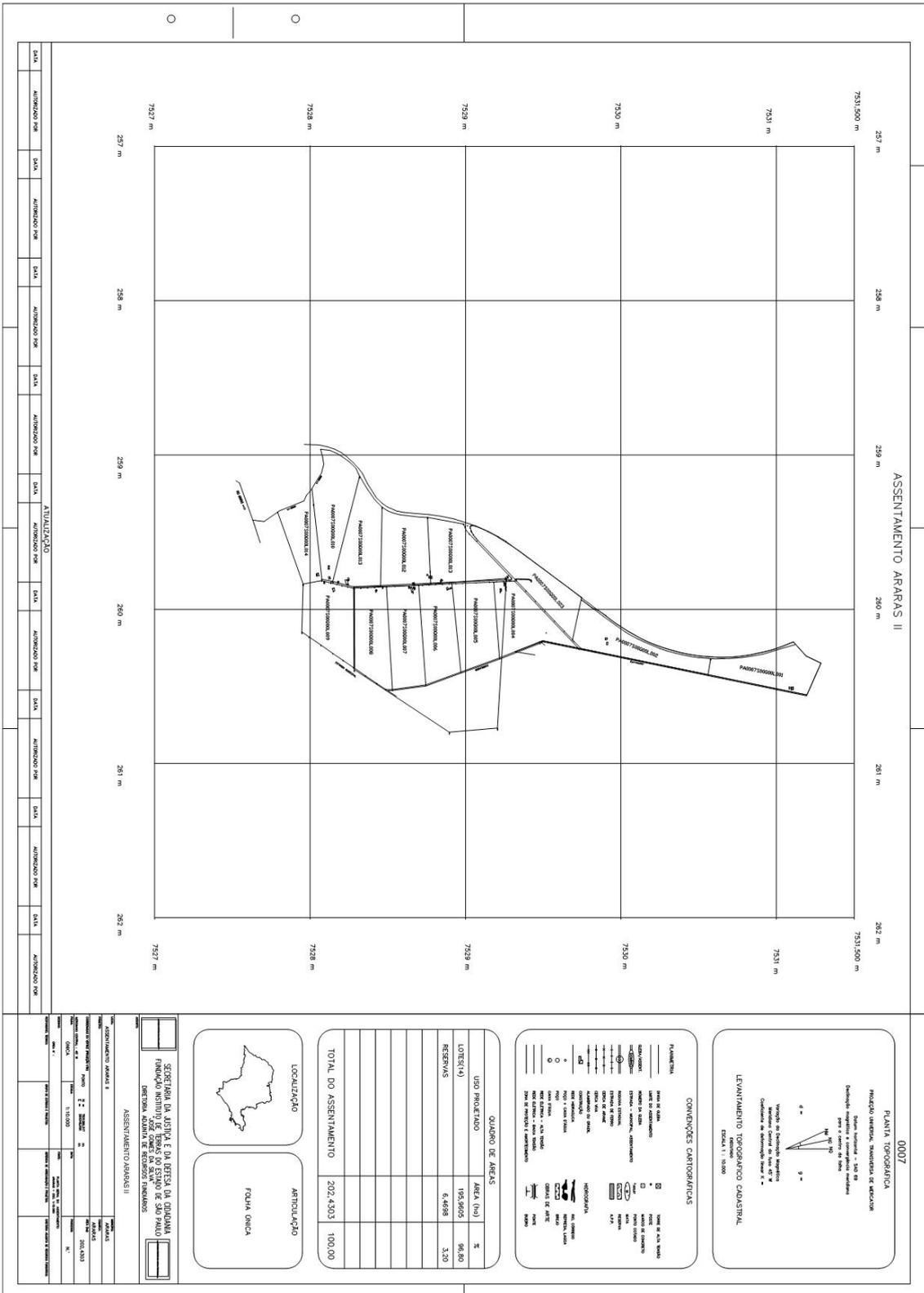


QUADRO DE ÁREAS

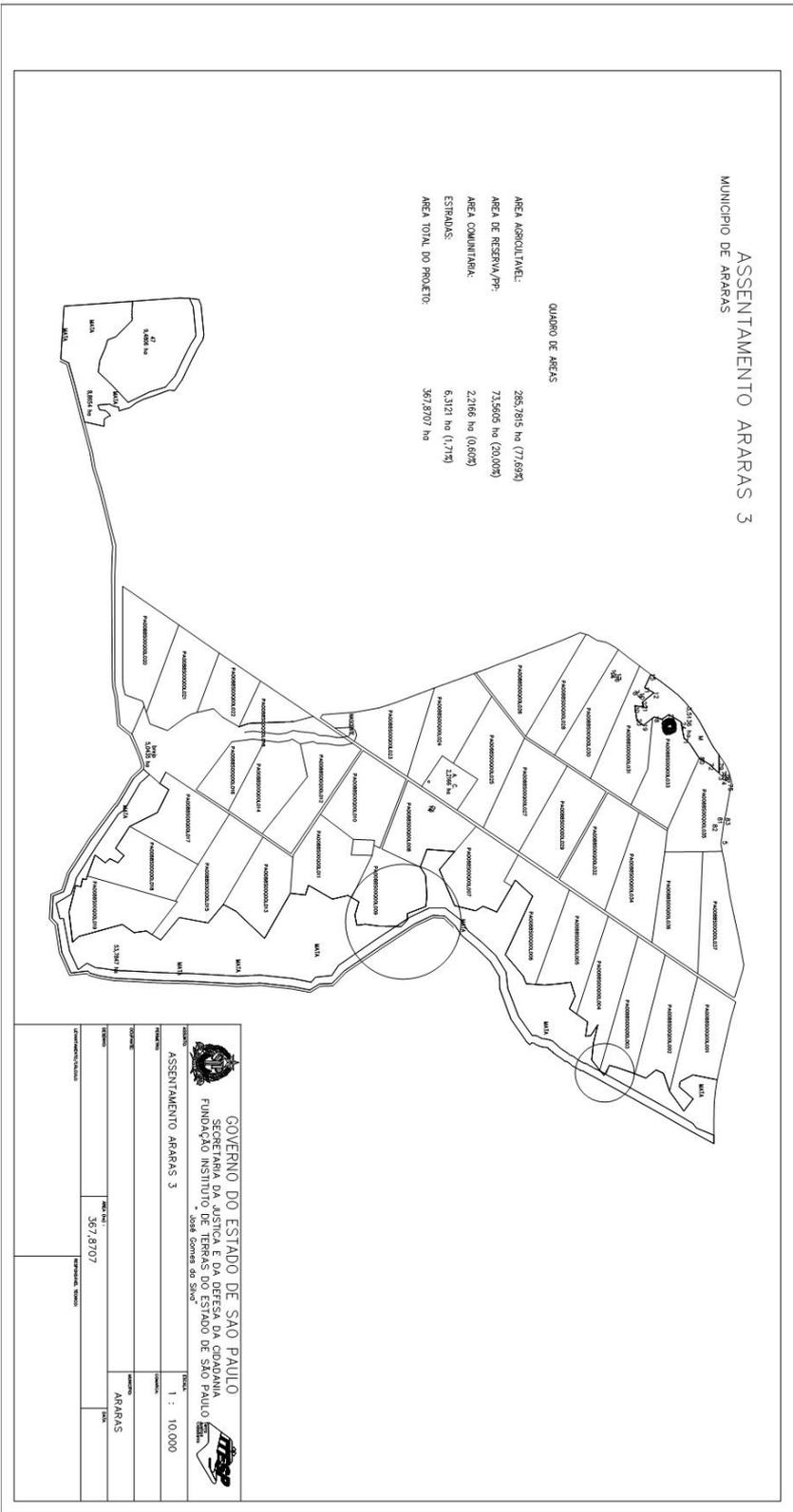
AGROVILA (9 Lotes de 0,82 ha)	7,380	8,92%
EXPLORAÇÃO (9 Lotes de 7,20 ha)	64,800	78,32%
COMUNITÁRIA DA AGRO VILA	0,820	0,99%
RUAS	3,428	4,14%
SANEAMENTO	0,365	0,44%
LAZER	0,569	0,69%
REPRESA	4,795	5,80%
DRENO	0,580	0,70%
TOTAL	82,737	100,00%

 GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO "José Gomes do Silva"		 ITESP
ESTADO: ASSENTAMENTO ARARAS I MUNICÍPIO: ARARAS	ESCALA: 1 : 10.000 COMARCA: ARARAS	DATA:
DATA: 82.737 REPRESENTANTE:	REPRESENTANTE:	DATA:

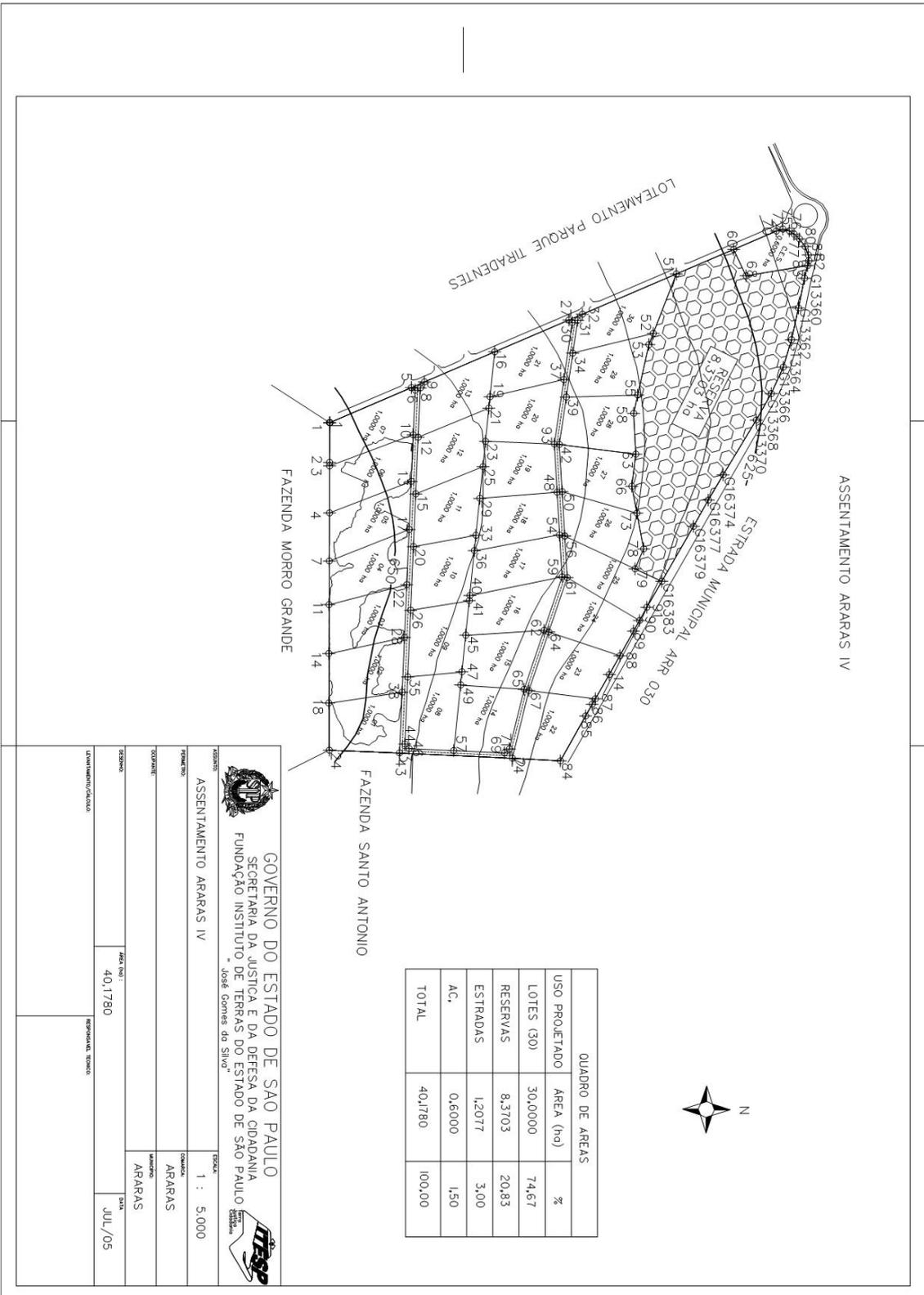
Anexo 2 - Mapa da Área I



Anexo 3 - Mapa da Área II



Anexo 4 - Mapa da Área III



Anexo 5 - Mapa da Área IV

“Histórico dos assentamentos”

Em meados do ano de 1994, um coletivo de trabalhadores sem-terra iniciam um processo de diálogo no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araras e região, na perspectiva de mapear a cidade com o objetivo, possibilitar a esses o acesso à terra.

Na época, já existia na cidade dois projetos de assentamentos rurais (Área I) com seis famílias e o (Área II) com 14 famílias, em área do Horto Loreto de propriedade da extinta Fepasa.

Além da necessidade explícita, um fator motivador desse coletivo de trabalhadores rurais foram as informações de que a Fepasa passaria por um processo de privatização e a totalidade das terras do Horto Loreto poderiam ser destinadas para projetos de assentamento rural.

Diante disso, em meados de 1995, esse coletivo ocupou o Horto e organizou um acampamento de famílias, iniciando um processo de luta pela posse da terra.

Após três anos de intensas negociações com o governo do estado, representado pela Fundação ITESP, foi concretizado o assentamento de 46 famílias nas áreas remanescentes que restavam do Horto Loreto e que deu-se início ao assentamento rural (Área III).

A partir daí, imbuídos de uma organização comunitária, fruto da vivência do tempo/espaço do acampamento, esses novos agricultores familiares se uniram para buscar soluções para uma diversidade de demandas e necessidades concretas do cotidiano das famílias, ou seja, exigiam fortalecer a organização comunitária objetivando a conquista dos direitos essenciais.

Nessa perspectiva, entre avanços e percalços da convivência coletiva, se consolidava uma comunidade e essa cada vez mais exigia aprimorar sua organização.

A partir desse desafio, em janeiro de 2003, foi realizada a assembleia de constituição da Associação Terra Boa, que propunha inicialmente unificar as áreas dos assentamentos rurais de Araras e, conseqüentemente, fortalecer a capacidade de intervenção comunitária frente as suas reivindicações por saúde, educação, acesso à crédito, produção, geração de emprego e renda, além disso fomentar o diálogo frente às demandas mais específicas que interagem com as questões de gênero no caso das mulheres e geração no caso da juventude.

A associação Terra Boa conta hoje com uma área comunitária de 24.200 m², na qual tem construído um centro comunitário de 526 m².

Além da sede da associação, esse espaço abriga todas as atividades socioculturais da comunidade e operacionaliza o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

A área comunitária abriga também um posto de atendimento do PSF (Programa de Saúde da Família).

Em 2008, adquirimos, fruto de emenda parlamentar, um trator Valtra BM100 com grade aradora e niveladora, o qual atende os agricultores mediante convênio estabelecido com a Prefeitura de Araras a um custo de R\$ 50,00/hora.

Quanto ao PAA, vale ressaltar que é nosso primeiro projeto, o qual foi assinado em agosto de 2013 com 31 famílias.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em participar na pesquisa de campo referente ao projeto de pesquisa intitulado(a) SAÚDE E ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA: A PERSPECTIVA DO TRABALHADOR RURAL ASSENTADO, desenvolvida(o) por Caroline Cristiane de Sousa a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (19) 9106-8625 ou e-mail carolinecpsi@yahoo.com.br. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é coordenada / orientada pela Prof(a) Dr(a) Marcia Hespanhol Bernardo.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

Fui informado(a) e me sinto esclarecido(a) sobre os objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais são compreender, por meio de um estudo etnográfico a relação entre a organização produtiva e a promoção de saúde nos assentamentos rurais de Araras – SP.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos e que o projeto de pesquisa foi avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade da PUC-Campinas, telefone de contato (19) 3343-6777, e-mail: comitedeetica@puccampinas.edu.br, endereço: Rod. Dom Pedro I, km 136, Parque das Universidades, Campinas-SP, CEP: 13086-900, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 08h00 as 17h00.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevistas com duração aproximada de uma hora, nas quais a pesquisadora poderá utilizar recursos de áudio, desde que informe em quais momentos utilizará esse recurso, e da participação em atividades observadas pela pesquisadora a serem realizadas a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou seu(s) orientador(es)/ coordenador(es). Por este instrumento dou plena autorização para que fotos e imagens (com utilização de tarjas adequadas que não permitam identificação direta), trechos de relatos ou qualquer informação obtida durante a pesquisa seja utilizada para fins de divulgação em livros, jornais e revistas científicas, desde que seja reservado sigilo absoluto de minha identidade.

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo/ pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo ou sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendado pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Araras, ____ de _____ de ____.

Pesquisadora responsável	Participante da pesquisa
<hr/> Caroline Cristiane de Sousa RG. 34835072-7	<hr/> RG. _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados de Identificação

Nome: _____

Data de nascimento: _____ Sexo: _____

Estado Civil: _____ Naturalidade: _____

Área/Número do lote: _____ Profissão: _____

Questões norteadoras

Conte sobre sua rotina de trabalho no assentamento.

Você considera que há relação entre a forma como desenvolve seu trabalho e sua saúde?

Quais você considera que sejam aspectos positivos ou negativos de sua rotina de trabalho no assentamento?

Como são as condições de saúde no contexto do assentamento?